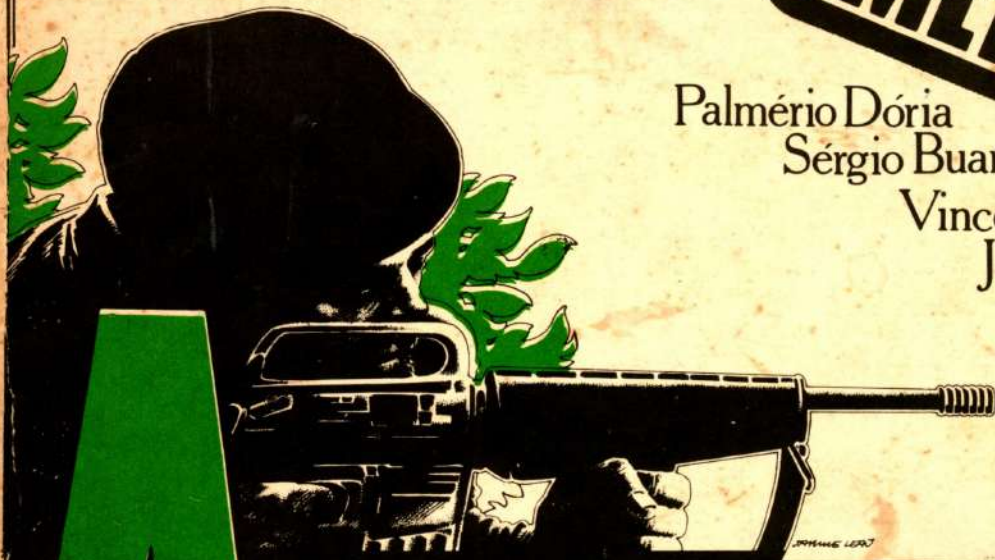


1 HISTÓRIA
IMEDIATA

Palmério Dória
Sérgio Buarque
Vincent Carelli
Jaime Sautchuk



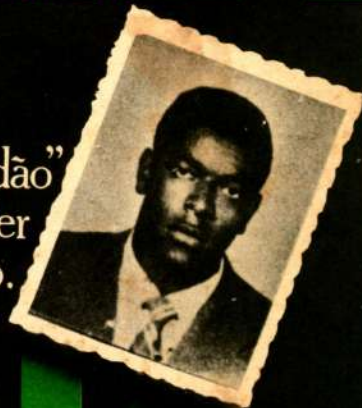
preço cr\$ 35,00

Reportagem completa:
"O mais importante movimento
armado já ocorrido no
Brasil rural." (Gal. Hugo Abreu)

A
GUERRILHA

DO

"Osvaldão"
- o líder
mais conhecido.



ARAGUAIA

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS



Combates e Batalhas
Um depoimento pessoal sobre a vida operária brasileira de 1917 a 1931
408pp Cr\$ 165,00



Expressão Amazonense
A realidade cultural da Amazônia na visão crítica de Márcio Souza.
218pp Cr\$ 115,00



Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo
Depoimento sobre a história política brasileira, dos anos 20 até a atualidade.
260pp Cr\$ 135,00



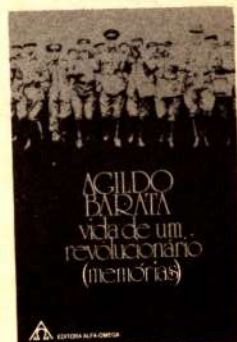
10 Dias que Abalaram o Mundo
Um clássico do jornalismo internacional: A Revolução Russa de 1917 e a tomada do poder pelos bolchevistas
316pp Cr\$ 90,00



Tempo de Ameaça
As novas histórias de ficção política de Rodolfo Konder. A autobiografia de um exilado.
112pp Cr\$ 55,00



A Saída do Primeiro Tempo
Segundo romance de Renato Pompeu, autor de Quatro Olhos. O Futebol e o Cotidiano das Cidades.
182pp Cr\$ 95,00



Vida de um Revolucionário
Autobiografia de um revolucionário de 1930, um dos chefes da insurreição comunista de 1935 e ex-militante do PCB.
416pp Cr\$ 185,00

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

A História me Absolverá
(Fidel Castro Ruz)

O célebre discurso do premier cubano frente ao tribunal da ditadura de Batista.

Cuba Hoje
(Jorge Escosteguy)
Uma nova reportagem sobre o país de Fidel Castro, os 20 anos da Revolução Cubana.

O Caso Eu Conto Como o Caso Foi
(Paulo Cavalcanti)
Da Coluna Prestes à queda de Arraes. A história política de Pernambuco contada por um ex-deputado do PCB.

O Problema do Sindicato Único no Brasil
(Evaristo de Moraes)
Uma obra que vem de encontro às aspirações do sindicalismo brasileiro

A GUERRILHA DO ARAGUAIA



Palmério Dória
Vincent Carelli
Sergio Buarque
Jaime Sautchuck



ATENÇÃO: nos pedidos superiores a Cr\$ 500,00 você receberá um livro grátis da Editora Alfa-Omega à sua escolha, dentre os títulos anunciados neste número.

LIVROS PELO REEMBOLSO POSTAL

ÍNDICE

História Imediata é uma publicação da Editora Alfa-Omega, Ltda./ Administração e Correspondência: 05413 Rua Lisboa, 502, tel. (011) 853 4489 e 644622. São Paulo, Capital./ Todos os direitos reservados. / Impresso na Poligráfica Ltda. à Av. Guilherme Cotching, 580 São Paulo./ Distribuída pela Abril S/A Cultural e Industrial à Rua do Emilio Goeldi, 575 São Paulo, Capital.

CAPA

Paulo Orlando Láfer de Jesus.

Arte

Paulo Orlando Láfer de Jesus, Virginia Fujiwara, Sérgio Fujiwara, Marcos Antônio Galante, Ronald Chira, José Isaías, Alexandre Bernardes.

Revisão

Júlio Cezar Garcia, Benjamin Sérgio Gonçalves.

Ilustração

Jaime Leão.

Fotos

Hélio Campos Mello, Sdonon Citronowicz, Luiz Humberto, Vincente Carelli.

Nota dos autores	4
Apresentação José de Souza Martins	6
Entrando na história	13
O militar — entrevista com Jarbas Passarinho	20
O guerrilheiro — Depoimento de José Genuíno Neto	26
Os combates na selva, segundo o Araguaia	48
Os índios suruis contam o fim da guerra	54
A Igreja — Depoimento do padre Humberto Rialland	58
Araguaia hoje — volta ao centro da guerrilha	64
Anexos — a militante, o regulamento, o programa	73

**A
GUERRILHA
DO
ARAGUAIA**

Há 6 anos, quando saíram as primeiras notícias sobre a guerrilha do Araguaia, nos interessamos pelo assunto. Guerrilha na Amazônia? Por ali andamos freqüentemente. Profissionais de imprensa, noticiamos a constituição da Transamazônica, os planos de colonização, a ocupação pelas grandes fazendas. Trabalhando para várias publicações nacionais (*Veja, Isto É, O Estado de S. Paulo*, entre outras) fomos colecionando informações sobre a guerrilha.

Oficialmente, nada se conseguia. O Exército não soltava nem comunicados oficiais. As autoridades faziam exíguas referências ao assunto. O general Médici, nem isso — jamais falou publicamente sobre a guerrilha. O general Geisel citou-a na mensagem que enviou ao Congresso, em março de 75, no capítulo que apresentava o esforço oficial para conter a subversão. Esporadicamente, outras autoridades diziam alguma coisa, como o senador Jarbas Passarinho (num debate no Senado) ou o deputado arenista Célio Borja (numa entrevista sobre outro assunto na *Isto É*).

A única reportagem publicada no Brasil, entre o início da guerrilha, em 1972, e 1978, saiu n' *O Estado de S. Paulo* em setembro de 72. Logo depois, a censura prévia abateu-se sobre a imprensa e a guerrilha do Araguaia permaneceria inédita.

Não era o caso, por exemplo, de movimentos guerrilheiros como aquele que o capitão Carlos Lamarca liderou no Vale do Ribeira, em São Paulo, em 1970; ou aquele deflagrado na serra do Caparaó, em Minas Gerais, em 1966. Estes foram amplamente divulgados pela imprensa — que, na época, acompanhava com desembaraço os passos dos órgãos de segurança e os da subversão. Políticos como Luís Carlos Prestes (do Partido Comunista Brasileiro) ou Carlos Marighella (da Ação Libertadora Nacional), mesmo procurados pela polícia, apareciam até em capas de revistas nacionais no começo dos anos 70. E, assim, a imprensa apenas cumpria seu papel de informar.

Durante negros e mudos anos, porém, à imprensa foi negada esta função. Hoje a situação é outra. Finalmente, temos oportunidade de publicar o material pa-

cientemente coletado durante uns 5 anos. Nesse período entrevistamos bispos, padres, camponeses, fazendeiros, bate-paus, índios, militares. O principal personagem, porém, seria José Genuíno Neto, um ex-estudante cearense que hoje trabalha em São Paulo. Preso em 72, julgado em 75 e solto em 77, narraria a fase de preparação da guerrilha.

Obtivemos documentos judiciais de processos de pessoas acusadas de participar da guerrilha, conversamos com advogados de alguns deles, lemos livros e artigos publicados no exterior sobre a luta armada no Brasil, pesquisamos jornais e livros sobre o Partido Comunista do Brasil (o PC do B), que dirigiu a atuação dos 69 guerrilheiros. Nos arquivos dos grandes jornais, copiamos alguns exemplares do *Araguaia*, o jornal editado no Rio de Janeiro como porta-voz das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Não foi fácil, nem tranquilo. Afinal, o que tinha aquela guerrilha de tão dantesco para não ser divulgada? Compreendemos algumas causas: o PC do B é ilegal. O interesse das autoridades era que, para evi-

tar “o efeito multiplicador da publicidade”, de que fala o coronel Passarinho, a guerrilha (e a forma de combatê-la) não viesse ao conhecimento do público. Hoje, porém, isso não se justifica, pois, não havendo guerrilha, não há “efeito multiplicador”.

De qualquer forma, era necessário ter, não apenas declarações de militares, como conseguimos, mas uma versão oficial. No início de 78, íamos fazer uma reportagem sobre a guerrilha para a revista *Repórter 3*, de São Paulo. A revista fechou antes que a reportagem saísse, mas, nos primeiros contatos, procurou o general Viana Moog, um dos chefes das tropas do Exército que combateram a guerrilha. Ele disse apenas, reservadamente:

— Foi o maior movimento de tropas do Exército, semelhante à mobilização da FEB (Força Expedicionária Brasileira, que combateu o fascismo na Europa, na Segunda Guerra).

Em julho, escrevemos a reportagem para o *Coojornal*, mensário da cooperativa dos jornalistas gaúchos. Naquele mesmo mês, já sem censura, o semaná-

rio *Movimento* ampliou a reportagem, publicando nosso material e fazendo um grande esforço para obter a versão do governo. Um repórter procurou os generais Viana Moog e Antônio Bandeira — que não falaram, embora tratassem o pedido de entrevista com naturalidade. Outro repórter foi à casa do ex-presidente Médici, em Copacabana, mas o chefe da segurança disse que o general, como é praxe, não fala nem ao *New York Times*.

O general Hugo Abreu, ex-chefe da Casa Militar do presidente Geisel e comandante dos pára-quedistas no Araguaia, aceitou receber um repórter do jornal para prestar esclarecimentos que ajudariam na elaboração da reportagem. Segundo Abreu, “o fato já é história”. Talvez essa conceituação explique a dificuldade para se obter informações: afinal, pelo mesmo motivo, até hoje o Itamaraty não divulgou os documentos sobre a guerra com o Paraguai (1860-66).

Os jornalistas, porém, sentem-se mais à vontade divulgando os fatos enquanto eles acontecem. Mas sabem que uma das formas de lutar contra a censura é contar o que antes era

proibido. Só lamentamos que a versão oficial não esteja suficientemente contemplada no livro, como gostaríamos. O ex-guerrilheiro que entrevistamos, por exemplo, diz que a guerrilha estourou em abril de 1972 porque eles foram atacados pelo Exército. E como foi combatida a guerrilha? Como, enfim, o Exército encara esse movimento? Um general de Brasília, que, pelo seu passado, está credenciado a falar sobre a guerrilha, nos disse que ela foi “o mais importante movimento armado rural já ocorrido no Brasil”. E que sobre ele existe um relatório final, possivelmente datado de janeiro de 75, que teria sido feito pelo Comando Militar da Amazônia.

No futuro, quando esses temas forem tratados com mais naturalidade, certamente o público terá maiores informações sobre a guerrilha do Araguaia. Assim como soube com detalhes o que foi a guerrilha de Canudos, relatada, no “calor da hora”, pelo jornalista Euclides da Cunha em artigos para *O Estado de S. Paulo* e depois reunidos no clássico *Os Sertões*.

Os autores
Agosto/78

Por que
tanto segredo?

APRESENTAÇÃO

Até onde se sabe, do pouquíssimo que se sabe, a guerrilha do Araguaia e o seu combate pelas Forças Armadas não tiveram correspondentes de guerra. Foi uma guerra suja, porca, no dizer de um coronel do Exército, ministro de Estado por duas vezes. Não teve vigência a Convenção de Genebra, segundo o mesmo coronel. Não havia, pois, o que informar. Oficialmente, desde 1964 vivemos o desenvolvimento com segurança. Não seria uma guerrilhazinha à-toa que iria desmentir a felicidade desse consórcio.

Mas nem por isso algumas notícias deixaram de circular. Os próprios guerrilheiros fizeram chegar às redações de jornais o *Araguaia*, periódico mimeografado que relatava sua luta. Mesmo na vasta área atingida pela repressão no combate aos guerrilheiros falava-se e ainda se fala no "tempo da guerra", em fatos espantosos nunca presenciados antes. Os índios Suruí perderam definitivamente a sua inocência e relatam estarrecidos a degola de um cadáver de guerrilheiro ou imitam deslumbrados o ruído de metralhadora.

E precisam falar, contar. Ninguém passa impunemente por uma experiência dessas, mesmo que não se suponha envolvido nela. Até mesmo sol-

dados e oficiais desesperaram-se na necessidade de falar, embora se policiem para não fazê-lo. Em várias regiões do Norte ouve-se histórias sobre isso. Nem poderia ser diferente.

Os autores deste livro são jornalistas que se impuseram uma tarefa difícil, quase impossível: fazer-se de correspondentes de guerra agora que a guerra acabou, agora que é impossível testemunhar diretamente os fatos da guerra ocorrida numa região do Araguaia de abril de 1972 a fins de 1974, para os lados da serra das Andorinhas, de Xambioá, na região fronteira de Pará e Goiás. Como o país não foi devida e claramente informado do que acontecia, não obstante ali, de lado a lado, estivesse sendo derramado sangue brasileiro, os autores lançaram-se no trabalho perigoso de reconstituir fatos sobre os quais oficialmente pesa ruidoso silêncio.

Como convém no jornalismo responsável e sério, empenharam-se na coleta de testemunhos, no registro o mais minucioso dos depoimentos que foi possível ouvir. Não enriqueceram ainda mais esta coletânea porque oficiais militares envolvidos no combate à guerrilha não quiseram falar, informar, esclarecer. Tentaram a reconstituição por meios indiretos, ouvindo a palavra de

quem pudesse dizer uma coisa ou outra. Agiram com exemplar imparcialidade. Pode-se imaginar as dificuldades que encontraram.

Transformaram-se em correspondentes de guerra — sem convite nem credenciais — para resgatar do silêncio, que acoberta mas não redime, os detalhes do acontecimento que nos afetou a todos, embora a imensa maioria de nós brasileiros não tivesse a mínima idéia do que ocorria. Se todos nós, em nome da segurança nacional, fomos transformados em cúmplices ou aliados, é justo que procuremos saber agora por que isso se deu. E só conseguiremos reconstituindo pacientemente e com a isenção possível os detalhes do acontecido.

Há, porém, nessa isenção, inquestionavelmente, um caráter político que a contradiz e engrandece. Omitir é muitas vezes mentir. Qualquer atividade que questione a mentira, oficial ou não, é necessariamente uma atividade política. É um elementar direito político democrático dos cidadãos do país o de serem informados do que se passa. Por isso estas reportagens são políticas. Além do que a guerrilha da palavra é um instrumento legítimo na luta pelo direito de falar e ouvir. Não é por menos que os regimes autoritários precisam

recorrer ao terrorismo da censura.

Nessa orientação é que pode ser situado este trabalho jornalístico. Seus autores procuram resgatar do *nada* da censura o *tudo* da História, já que os censores se incumbiram de impedir que a imprensa desse a conhecer o que vinha acontecendo no Norte do país. Somente há pouco partes deste trabalho puderam ser publicadas no *Coojornal*, de Porto Alegre, no *Movimento* e na *Isto É*, de São Paulo. Mas, isso só veio a ocorrer dois anos e meio após o Exército ter declarado encerradas as operações de busca e aniquilamento na região da guerrilha, após três campanhas militares, fato que se deu em fins de 1975.

Um trabalho desta ordem representa, também, um questionamento incisivo de uma certa concepção oficialista de história, que nada tem a ver com a História. Essa história de epônimos, que tem origens coloniais e monarquistas, frequentemente na boca e na cabeça de tanta gente neste país, desde governantes até tenras crianças do jardim da infância, é mera contrafação da História. Não é correta nem justa, pois se baseia num elitismo atroz e reacionário, que acaba fazendo do herói mera caricatura de herói. A História não é patrimônio do Estado — é

APRESENTAÇÃO

patrimônio do povo. É processo, é movimento que retém, num desenrolar tenso, a ação de todos e não só de alguns. A História não se faz nem se explica pela conta de ou pela onipotência da classe que domina ou dos burocratas que a representam. Por maior que seja a sua força, a sua capacidade de coagir e até de vencer. A maior demonstração da fragilidade dessa força está na necessidade de impor silêncio em relação a um acontecimento como o que é discutido neste livro.

É provável que esse silêncio esteja baseado em razões de segurança nacional. Mas, nenhum de nós, nem os governantes nem os governados, pode em sã consciência desconhecer que essas razões se transformaram em todos estes anos numa verdadeira paranoia, da qual o país a muito custo começa a recuperar-se, lentamente. Por isso é indispensável repetir que para que haja segurança nacional é preciso que haja nação. A segurança nacional é a segurança da nação, do povo, e não estritamente nem principalmente a segurança do aparelho estatal dos seus burocratas e dos seus milicianos. Por tudo isso, temos o direito de saber o que houve. Caso contrário teríamos que aceitar a concepção nazista de que uns brasileiros

são mais brasileiros que os outros. Esse não é assunto para ser sepultado no silêncio cúmplice. É preciso resgatar já os fatos desse acontecimento que foi a guerrilha do Araguaia. Temos que nos assenhorar deles, como direito, como manifestação de soberania e dignidade, para que não ocorra que tudo isso somente venha a ser conhecido daqui a meio século pelas mãos de "brazilianists" providenciais de algum país amigo...

Há um princípio metodológico subjacente a esta reportagem que permite ver com clareza e realidade as perspectivas das partes em conflito. É certo que os autores não se propõem a desenvolver um trabalho explicativo, sociológico. Mas não abriram mão de um entendimento totalizador do acontecimento, na medida em que tal orientação é possível no trabalho jornalístico.

As Forças Armadas de um lado e os guerrilheiros de outro foram, no Araguaia, protagonistas de uma tensão muito mais profunda e ampla do que a sua mera expressão local. O tempo e a História poderão até mostrar os equívocos de parte a parte pois o processo histórico quando não é bem entendido pode armar algumas ciladas políticas. Mas, deixemos de lado esse ponto, e agora cabe informar e compreender.

**O Araguaia
vai ferver!
(profecia do
padre Cícero)**

**"A História não
é patrimônio do Estado,
é patrimônio do povo"**

O conflito contrapõe num cenário único dois atores em graus variáveis estranhos à realidade imediata na qual se desenrolou. Do ponto de vista político esse é seguramente o aspecto mais complicado da guerrilha do Araguaia e só com o tempo e mais informações será possível compreender a complexidade e as implicações desse fato.

Há diferenças significativas entre a cidade e o campo, entre o processo de *exploração* do operário e o processo de *expropriação* do lavrador. Há projetos e visões de mundo distintos entre si, produtos de uma situação distinta em cada caso, que não convergem senão através de *mediações* significativas, de alianças complicadas, penosas, até lentas, de partidos sólidos. Diferentes situações de classe e diferentes contradições implicam práticas distintas.

Isso não quer dizer que essas mesmas contradições não sejam elementos de um único processo — o processo de produção e reprodução do capital. Entretanto, o modo de ver a exploração e a expropriação varia a partir de distintas situações de classe. Embora fundamentalmente o processo se *determine* pela reprodução do capital, ele se *expressa* de formas distintas e engendra distintas formas de

APRESENTAÇÃO

consciência. Logo, são distintas as atuações e as propostas políticas, embora seja comum o inimigo.

O fato de que os dois atores imediatos do conflito — os gueilheiros e os militares — procedessem de áreas e situações outras que não aquela em que o conflito se deu, não reveste o acontecimento de caráter postico, embora esses atores tivessem extração social distinta daquela da população local.

Os primeiros dentre os futuros gueilheiros começaram a chegar à região em fins de 1967. No ano anterior começaram a se implantar ali os primeiros projetos agropecuários selecionados e subsidiados pela Sudam — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. A internacionalização da economia brasileira, o seu ajustamento à dinâmica das multinacionais, consumada pelo golpe de Estado de 1964, produziu a grave repressão política, a drástica intolerância ideológica que encaminhou para a clandestinidade as tendências político-partidárias opostas ao novo regime e as tendências ideológicas que dele mais significativamente divergiam.

Ao mesmo tempo o próprio Estado, com o peso de sua força, econômica e militar, abriu espaços novos, geográficos e econômicos, para o capital. De um lado, transferindo largas

parcelas de recursos públicos para mãos privadas, através dos chamados incentivos fiscais. Até o mês de julho de 1977, a Sudam havia aprovado 336 projetos agropecuários que, a preços correntes, correspondem a Cr\$ 7.108.166.808,00. Dessa importância, Cr\$ 5.089.227.003,00 são relativos aos incentivos fiscais — dinheiro que deixa de ser aplicado em serviços essenciais e obras públicas úteis e necessárias ao povo para se transformar em capital privado de umas poucas centenas de capitalistas, que entram no negócio com recursos próprios desproporcionalmente pequenos.

Um país inteiro é expropriado e lesado para far vida a uma substância essencialmente morta, como é o capital. Jamais se deu sequer um centavo de incentivo fiscal a um posseiro, a um pequeno lavrador.

De outro lado, o peso do Estado se faz sentir num dos mais radicais e amplos processos de expropriação de que se tem notícia na história contemporânea. As terras novas, abertas aos "pioneiros", isto é, aos capitalistas, não eram e não são terras indepassadas. Muito ao contrário. Além das terras indígenas, secular e legitimamente possuídas por esses brasileiros, amplas faixas devo-

lutas já estavam ocupadas por milhares de posseiros provenientes sobretudo do Nordeste.

Quando o presidente Garrastrazu Médici afirmou, em depoimento dramático, que era preciso ocupar as terras da Amazônia sem homens com os homens sem terra do Nordeste, não disse nenhuma novidade para o lavrador nordestino. Largas correntes de retirantes já estavam há muito se estabelecendo nas terras amazônicas. Esses brasileiros não foram assistidos durante os muitos anos do seu êxodo por qualquer forma de incentivo ou subsídio. Migraram com sua miséria e nessa condição podem ser encontrados aos milhares no Centro-Norte.

A nossa "marcha para o Oeste" é bem diferente da marcha para o Oeste que houve nos Estados Unidos da América no século passado. Lá era pioneiro quem primeiro chegasse à terra e nela trabalhasse. Aqui é pioneiro quem primeiro chega aos cofres públicos, às burras abarrotadas da Sudam. O retirante, o homem que amansa a terra com seu suor, o seu sangue e a sua vida, e a sua família, o homem que possui a fonte básica de riqueza, que é a força de trabalho, esse permanece na terra apenas enquanto não aparece o "proprietário", o "pioneiro".

APRESENTAÇÃO

Este legítima as suas pretensões raramente com títulos legítimos. Via de regra, o título que sustenta as ações de despejo dos posseiros é indistigável fruto de trapaça. A tudo isso se fecha os olhos. É que a ordem é o capital e as instituições que sustentam e garantem a sua reprodução ampliada. Não obstante, já são milhares os posseiros lançados fora de sua terra pela mão truculenta de jagunços, policiais, oficiais de justiça. Os nossos jornais mais conservadores noticiam diariamente fatos desse tipo ou acontecimentos que se encaminham para soluções semelhantes. Índios e posseiros são hoje submetidos a todo tipo de violência, privada e pública, para abandonarem suas terras, às vezes conquistadas pelo trabalho de muitas gerações.

Há em vigor hoje no país uma esdrúxula doutrina militar, que é a da ocupação dos espaços vazios. Quem conhece a Amazônia sabe que na prática essa doutrina opera ao contrário. Ela se transformou numa doutrina de esvaziamento dos espaços ocupados. O chão que antes era do homem transforma-se no chão da vaca e do capital.

Durante anos, até mesmo depois de 1964, falou-se reiterada e cinicamente sobre os efeitos sociais desastrosos da

concentração fundiária no Nordeste. Nem mesmo faltou uma injuriosa assessoria especial para assuntos da área junto ao presidente Kennedy, já que se temia aqui uma nova Cuba. Além de não se ter feito praticamente nada a respeito — nem o Estado brasileiro nem os nossos "amigos do Norte" — reproduziu-se na Amazônia, deliberadamente, o mesmo padrão de concentração fundiária, com a agravante que se dá numa escala imensamente maior.

Os latifúndios do Nordeste parecem minifúndios perto das fazendas amazônicas. As terras do conhecido Projeto Jari, do milionário americano Daniel Ludwig, somam 60 mil hectares legitimados (basta lembrar que acima de 3.000 ha é preciso licença do Senado para adquirir uma propriedade). Na verdade, a fazenda tem área muito maior. As pretensões de Ludwig alcançam 3.600.000 ha, área maior que a de países como o Líbano ou a Holanda. Basta dizer que, em cálculos muito grosseiros, essa área poderia dar trabalho a um milhão de famílias de pequenos produtores, isto é, uns cinco milhões de pessoas, se considerarmos o padrão do minifúndio brasileiro.

Sempre que a chamada ordem pública é de alguma forma

"5 bilhões de cruzeiros de incentivos fiscais: um país é expropriado"

"Nossa marcha para o Oeste: aqui é pioneiro quem primeiro chega aos cofres públicos"

APRESENTAÇÃO

questionada, até mesmo por meios pacíficos, não tem deixado de haver quem fale em ameaça externa. Vivemos o terror dessa ameaça. Vivemos a iminência de uma infiltração estrangeira, como se essa infiltração já não estivesse ocorrendo: o agente externo já está dentro — regalado e farto, senhor de grandes territórios e de grandes lucros.

Até há pouco eram os nordestinos sem terra que se dirigiam para o Sul e Sudeste do país, buscando trabalho, buscando serviço. Hoje é o capitalista dessas mesmas regiões que desaba sobre o Norte com o peso do “seu” dinheiro, dos seus títulos, de suas desmedidas ambições. Mesmo quando se fala em pequena propriedade, nas tentativas de colonização, o protótipo invocado é o pequeno proprietário do Sul-Sudeste, identificado com o afã do lucro, um futuro “farmer” brasileiro — um Jeca Tatu recuperado pelo Biotônico Fontoura da extensão rural, dos financiamentos oficiais, dos preços mínimos, subjugado pelos interesses e pelas manipulações do capital financeiro.

Procura-se levar os homens e as idéias do Sul para a Amazônia, mas nada de levar a Amazônia para os homens que já estão na Amazônia. Aí se encontra um sem-número de casos pendentes, de conflitos

de posseiros com grileiros, de índios contra invasores, de índios e posseiros contra empresas agropecuárias e vice-versa. Os processos são morosos, as soluções distantes e quando ocorrem são lesivas ao lavrador.

Essa moderna forma de ocupação da Amazônia constitui uma devastadora sulização do Norte. “Tubarão” e “paulista” são palavras sinônimas na Amazônia, utilizadas para designar o expropriador de terras — grileiro, fazendeiro, empresário ou o que lá seja. É a mais imediata e lúcida apreensão da natureza do processo que institui ao mesmo tempo a hegemonia do capitalista sobre o lavrador, do proprietário sulista sobre o posseiro nortista, do branco sobre o “roxo”, do expropriador sobre o expropriado, do forte sobre o fraco, do armado contra o desarmado, do opressor sobre o oprimido.

Quando se fala em expansão do capitalismo na Amazônia, seria necessário pôr de lado a imagem idílica que essa expressão sugere — heróis civilizadores povoando, ocupando a selva virgem. Não se trata de uma romântica sujeição da natureza e do trabalho ao capital. Mesmo porque essa sujeição, sob outra forma, já existia há muito. É indispensável lembrar que esse proces-

so é violento. Expansão do capitalismo significa reprodução ampliada do capital. Mas não há reprodução ampliada (e extensiva, neste caso) do capital sem que o processo seja ao mesmo tempo um processo de reprodução ampliada das contradições do capitalismo. O capital não se expande sem levar consigo o germe de sua própria destruição.

As contradições desse processo são nítidas na Amazônia Legal, expressas num grande número de conflitos relacionados com a posse da terra (há a média constatada de um conflito por dia). Não pode o capital se expandir se não separar o trabalhador da terra em que trabalha, se não reduzir o trabalhador a proprietário unicamente de sua força de trabalho. Só desse modo é que a terra pode vir a ser renda territorial capitalizada, equivalente ao capital.

Essa forma de propriedade é radicalmente distinta daquela que tinha o posseiro. Para este a terra era objeto de trabalho, meio para a produção de valores de uso, coisas úteis, como o arroz para a comida e o algodão para o vestuário. Já a outra forma de propriedade é mero instrumento para extorquir, explorar força de trabalho alheia, já que o trabalho é a única fonte de capital. O capital não cresce sem trabalho.

Na Amazônia Legal essa contradição é agravada por uma outra. O processo de expropriação não visa fundamentalmente a proletarização do posseiro na própria Amazônia. Dificilmente podem as grandes fazendas de gado absorver toda a população dos territórios que disputam. O resultado é que a Amazônia sem homens agora sim vai se tornar sem homens, enquanto os homens sem terra continuarão sem terra.

Pasma saber que em cerca de 10 anos de incentivos fiscais, os beneficiários da Sudam não criaram mais do que 40 mil empregos em toda a região amazônica (uma única fábrica de São Paulo, como a Volkswagen, emprega quase o mesmo número de trabalhadores). Com o seu delírio negociata a classe dominante e o Estado que a representa fundamentalmente abriram um abismo para si próprios. A transferência maciça de capitais para as empresas instaladas na Amazônia desencadeou um processo de expropriação e proletarização em tal escala que as suas consequências o próprio capital não é capaz de atalhar e absorver.

O processo de instalação da guerrilha do Araguaia ocorreu simultaneamente com o processo de instalação da

APRESENTAÇÃO

agropecuária subvencionada e incentivada pela Sudam, respaldada pelo assim chamado Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portanto, ao mesmo tempo que um grupo, que afinal se constituiria de 69 guerrilheiros, integrava-se no mesmo local e nas mesmas condições dos posseiros, intensificavam-se as pressões pela expropriação de um grande número de lavradores.

Em toda parte, em lugares muitíssimos distantes de Xambioá ou de Marabá, podia-se e pode-se ainda observar a mesma resistência obstinada dos posseiros em deixar a sua terra, sua última esperança, sua “bandeira verde” das profecias do Padim Ciço. Este teria profetizado que seria necessário atravessar o Araguaia, buscar as “bandeiras verdes”, antes que fosse tarde. Um dia o Araguaia iria ferver e quem não tivesse passado não passaria mais. Além do que, previra para os primeiros anos da década de 70 o aparecimento do “capa verde”, o cão, dissimulado de amigo e conselheiro, fazendo a bondade e querendo a maldade, falando em paz e fazendo a guerra. Não há sertanejo que não conheça essas profecias em vastíssimas regiões da Amazônia, desde o Maranhão até Rondônia. A guerra de 72 a 74 no Araguaia não

foi para eles nenhuma novidade. Há três décadas ela era esperada.

Portanto, o mesmo processo que operava na região da guerrilha, operava e opera em toda a Amazônia Legal. As opções e tendências do regime de 64 fizeram com que se encontrassem longe dos centros de decisão política e econômica um grupo de guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil, erguendo a bandeira política da terra para quem nela trabalha e atuando no sentido de efetivar os seus princípios, e uma grande massa de posseiros submetida a um processo de expropriação de terras de trabalho. Esse fato levou a ver em todo conflito pela terra, em toda resistência de posseiros, o perigo da guerrilha.

A centenas de quilômetros do foco da guerra, como em Barra do Garças, São Félix do Araguaia, Luciara, onde havia e há graves tensões provocadas por flagrantes injustiças, houve operações militares não só preventivas, mas também repressivas, que deixaram marcas indeléveis, traumas que nenhuma Aciso — Ação Cívico Social — vai curar. O mesmo ocorreu no Maranhão.

Terminada a guerra, o governo promoveu a distribuição de terras unicamente junto às três estradas operacionais (OP-

“Há a média constatada de um conflito por dia pela posse da terra”

“Essa guerra já era esperada há três décadas”

1, OP-2, OP-3) abertas na emergência da luta para dar passagem às tropas (nas três campanhas de busca e aniquilamento efetuadas pelas Forças Armadas teriam sido mobilizados cerca de 20 mil soldados — segundo processos na Justiça Militar —, ou cerca de 10 mil — segundo alguns militares) e ao equipamento militar: uma reforma agrária muito circunscrita, com notórios fins estratégicos, com o fito de aliciar e silenciar os antigos posseiros da região.

Entretanto, há aí um novo e grave problema. Ou melhor, um velho problema agravado. É que os personagens dessa guerra não foram apenas os guerrilheiros e os militares, como mencionei acima por razões de exposição. Eles foram apenas a contrapartida necessária, nas circunstâncias, do verdadeiro conflito subjacente ao seu confronto: o conflito de classes entre posseiros-lavradores e grileiros-fazendeiros. Esse era e continua sendo o conflito real, o verdadeiro problema de Xambioá, de Marabá, do Araguaia, da Amazônia, de imensas regiões brasileiras.

Por isso, o personagem histórico essencial desse conflito foi e é o posseiro, o pequeno lavrador baseado no trabalho familiar. Ele foi fundamentalmente atingido pela repressão, já que

APRESENTAÇÃO

a bandeira levantada pelos guerrilheiros abarcava a sua luta pela terra de trabalho (é estarrecedor saber que o primeiro contato de sertanejos com o progresso da eletricidade foi através de um aparelho de choque, de um instrumento de tortura, de uma máquina de ordem).

A questão da terra (muita terra para poucos e pouca terra para muitos) não dizia nem diz respeito aos relativamente restritos limites da região conflagrada. Ela abrange o país inteiro. É óbvio que a questão fundiária brasileira não foi produzida pelos guerrilheiros do Araguaia. A subversão não estava neias mas na ordem política que os levou à guerrilha, na ordem econômica e jurídica que engendra e reproduz a situação do posseiro, o posseiro e a sua obstinada luta pela terra e pela liberdade. É uma ordem da desordem, que põe a si própria em crise.

A solução localista e estritamente militar para o problema da terra na região da guerrilha expressa de forma eloquente que o secundário, a guerrilha, foi tomado como principal e o principal, a situação dos posseiros, foi tomado como simples acessório. E o principal não se limitava a Xambioá. A lógica férrea do regime baseado no grande ca-

pital e na concentração fundiária obscureceu a realidade. Por isso, o combate à guerrilha teve uma grande eficiência militar e uma grande ineficiência política e econômica, pois não se desdobrou, na Amazônia e no país inteiro, no combate ao latifúndio e à exploração. Ficou circunscrito, preso aos aspectos técnicos, táticos, da guerra. Ocorre que por sob a guerra havia uma questão mais ampla e mais fundamental — havia e há ainda uma crescente e grave questão política, econômica e social. Em decorrência dessa concepção distorcida da realidade, desse compromisso com a lógica do regime, o combate à guerrilha agravou a questão da terra em várias regiões da Amazônia. É que o raio de ação repressiva foi imensamente maior do que o raio de ação na distribuição das terras aos homens que nela trabalham. O regime militar reprimiu e resolveu muito pouco. A derrota da guerrilha parece ter posto em xeque, contraditoriamente, o vencedor, aprofundando, revelando mais abertamente os limites, os compromissos e os impasses do regime. É provável que a forma assumida pela vitória militar no espaço da guerra seja também, ao mesmo tempo, uma derrota política no espaço do país.

José de Souza Martins
professor na USP



guerrilha do araguaia/ 12

Entrando
na história...



Osvaldo Orlando da Costa aos 19 anos.
Reproduzido do arquivo do Botafogo, onde se inscreveu em atletismo em março de 1957.
Nascido a 27 de abril de 1938, mineiro de Passa Quatro, morreu em 1974, no Sul do Pará.

Era antigo o interesse estratégico sobre a região. Já em dezembro de 1970, antes da Transamazônica, houve ali a Operação Carajás, o maior exercício feito até então pelas forças militares: cinco mil soldados, de vários pontos do país, com cobertura aérea, contra 80 guerrilheiros “de mentira” emboscados em cidadezinhas no meio da selva.

A manobra durou cinco dias. Os soldados vasculharam uma área de 100 quilômetros quadrados, os “guerrilheiros” se renderam e houve festa de encerramento, com desfiles de tropas em Marabá. Na festa, o comandante militar da Amazônia, general José Nogueira Paes, fez apelo para a integração do povo com as Forças Armadas, “num verdadeiro compromisso com a segurança nacional”.

O *Cruzeiro* deu a manobra em três páginas a cores. Dezembro quente no país. Na mesma edição, o seqüestro do embaixador suíço no Brasil, sem solução; a angústia de dona Aparecida Gomide, mulher do cônsul brasileiro no Uruguai, seqüestrado pelos tupamaros; a entrada apoteótica da ponte Rio-Niterói na baía da Guanabara; e o Fluminense Campeão do Prata.

Guerrilheiros de verdade começaram a chegar, no Sul e Sudeste do Pará, três anos antes da Operação Carajás, a partir do Natal de 67, pelos rios Tocantins e Araguaia, depois de pegar a Belém-Brasília, ainda uma estrada de terra batida, vez por outra interdita pelas chuvas.

Foram se estabelecendo, uns como vendedores ambulantes — ou marreteiros — outros compraram “direito de posse” no mato, outros abriram farmácia em lugarejos. Eram mais ou menos 10, preparando caminho para os que chegariam em 70 e 71.

Assim foram conhecendo tudo. Alguns andavam pelo Sudeste do Maranhão, Norte de Goiás, Norte do Pará. Mas se plantaram mesmo no Sul e Sudeste do Pará, região rica em vários sentidos — lá foi descoberta a maior re-

O FATO

serva de minério de ferro do mundo, na serra dos Carajás, quase ao mesmo tempo em que os primeiros futuros guerrilheiros chegavam; noutra serra, a das Andorinhas, tem ouro. É rica em castanha-do-pará, exportada para a Europa. Bonita, é em boa parte atravessada pelo rio Araguaia.

Foi ali que, desde 1966, mas principalmente depois de 70, se concentraram os grandes projetos agropecuários financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Geralmente em terra ocupada pelos lavradores, que entraram antes pelas picadas — não havia estradas, a Belém-Brasília passava longe. Só em 70 é que surgem as rodovias, a maior delas a Transamazônica. A maioria das terras era devoluta (pública), havia poucos conflitos entre posseiros e proprietários.

Os primeiros a chegar já eram conhecidos na cidade, alguns com antiga militância política:

Ângelo Arroyo — Operário metalúrgico no bairro italiano do Brás, em São Paulo. Participou da grande greve de São Paulo em 53 e do movimento de Formoso, uma revolta de camponeses dessa cidade de Goiás contra grileiros e a PM, em 1956.

Maurício Grabois — Deputado pelo Partido Comunista, na Constituinte de 46. Na Câmara foi líder da bancada do Partido.

Elza Monnerat — Ex-funcionária pública no Rio, velha militante do PC do B.

João Carlos Hass Sobrinho — Gaúcho, médico, ex-presidente do Diretório Acadêmico da Universidade Federal e da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul. Antes de chegar à região, morou em Porto Franco, Goiás. Construiu um hospital com o apoio da população e das autoridades municipais.

Paulo Rodrigues — Dele, sabe-se pouca coisa. Era gaúcho.

Zé Carlos — Dele também sabe-se pouca coisa. Era estudante.

Oswaldo Orlando Costa — Mineiro, quase dois metros de altura, sapato n.º 48. Oficial da reserva — fez o antigo CPOR, no Rio —, engenheiro, atleta do Botafogo.

José Humberto Bronca — Gaúcho, foi trapézista de circo, camelô, motorista de táxi e mecânico da Varig.

Paulo Rodrigues viveu como vendedor ambulante e depois comprou uma posse no município de São Geraldo do Araguaia. Ângelo, Elza, João Carlos, Zé Carlos e o Bronca foram trabalhar como camponeses. Oswaldo virou garimpeiro e mariscador (caçador de peles), depois comprou uma posse na localidade de Gameleira.

O que os levou para lá?

Segundo processos que depois seriam peças na Justiça Militar, foram “organizar os camponeses visando incorporá-los no processo de transformação social brasileira”. Através de pequenos grupos, se pretendia formar o “embrião de um exército popular, ponto de partida para a tomada do poder pela luta armada”.

E por que se instalaram na margem esquerda do rio Araguaia?

Ali é confluência de uma região de selva — espessa vegetação, com árvores de 25 a 60 metros de altura, onde o limite de visibilidade não passa de 20 metros — e outra bem habitada — para os padrões da Amazônia.

A área escolhida era pouco policiada, longe dos principais centros militares. Além dos pequenos destacamentos das PMs estaduais, havia apenas um Tiro de Guerra do Exército em Marabá, a maior cidade da região. A população andava normalmente armada, comprava armas com facilidade. Havia grande movimento de garimpeiros e castanheiros. Vinha gente de todos

O FATO

os Estados; muitos, tocados pelo latifúndio em outros lugares, entravam na mata como formigas, principalmente maranhenses, gente sem técnicas agrícolas, sobrevivendo com o mesmo método dos índios: plantar, depois queimar e deixar a capoeira.

Oswaldo ficou o mais conhecido de todos. O *Oswaldão* era o que mais circulava. É uma lenda. Tornou-se padrinho de crianças em vários lugares, se dava com políticos, caçava com a população — onças, gatos-maracajás e caítilus. Bom atirador, também se fala que tinha muita força: “Carregava um saco de 60 quilos num ombro, outro de 60 quilos noutro ombro”. Virou garimpeiro outro tempo, mas acabou se fixando como lavrador entre a serra das Andorinhas e a serra dos Carajás, na localidade de Gameleira, município de São João do Araguaia, às margens do rio Gameleira.

Comprou um direito de posse por Cr\$ 50,00 em 1970 — capoeira antiga, sem nada, com tudo a fazer, sem gente na redondeza, o comércio mais perto a pelo menos duas léguas.

A posse de Oswaldão seria mais tarde sede de um *destacamento*. Cada destacamento era formado por cerca de 21 pessoas, dividido em três grupos de sete. Haveria três no Araguaia: o de Oswaldão, na Gameleira; outro em Apinajés, perto de Marabá; e o último em Caiano, perto de São Geraldo, em frente a Xambioá.

O destacamento da Gameleira começou com Oswaldão e um velhinho de cabelos brancos: João Amazonas de Souza Pedrosa, ex-deputado pelo PC em 46, um dos dirigentes do PC do B, hoje vivendo na Albânia. Mais tarde chegou José Genuíno Neto, ex-presidente do DCE da Universidade Federal do Ceará. Depois chegaram mais Antônio Ribas, o *Ferreira*, paulista, ex-presidente da União Estadual dos Estudantes Secundaristas. Ferreira foi ser castanheiro, a 18 quilômetros da posse de Oswaldão. De

Dezembro de 67 a dezembro de 76: resumo dos 9 anos de história da guerrilha e alguns de seus personagens.

O FATO

guerrilha do araguaia/ 14



Operação Carajás

70 a 71 chegaram Flávio, Amauri, Sueli, Maria-dina, João, Lourival e outros.

Quem chegava da cidade precisava se adaptar à selva. De dia, o novato trabalhava na roça, cortava madeira, melhorava a casa. De noite, ouvia dos mais antigos explicações sobre os costumes do lugar. Aprendia o que era *juquirá* (trabalho de roça), *terecô* (a macumba local), *bate-pau* (dedo-duro). Recomendação importante: ouvir muito e falar pouco. Todos pegaram malária. À noite ouviam rádios estrangeiras e nacionais para se informar. Osvaldão, já enraizado no local, apresentava os mais novos à população. Eles iam nas novenas, batizavam crianças, participavam dos *adjuntos* (mutirões).

Ao lado do trabalho na roça, faziam o treinamento para a guerrilha: ginástica, caminhadas na selva, estudos de táticas militares. A preparação dos três destacamentos se completaria em dezembro de 1972.

A região já está bem mudada. Em junho de 70, o Governo Federal lançou o Programa de Integração Nacional, cujas pilastras eram a rodovia Transamazônica, atravessando parte da área onde estavam os futuros guerrilheiros, e o plano de "colonização da Amazônia com um milhão de famílias". A Amazônia virou vedete da imprensa. Só se falava na nova estrada e no novo país que ela ia significar para os "homens sem terra" do Nordeste. Multiplicam-se as grandes fazendas de gado financiadas pela Sudam.

A vida da população do Araguaia mudou da noite para o dia — a posse da terra passou a ser um problema mais grave: além dos grandes projetos, chegam mais lavradores. O Governo reservou para si uma faixa de 100 quilômetros de cada lado das estradas federais da Amazônia, colocando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para administrá-la.

Abril de 1972. O Exército começa a chegar — dois anos depois da Operação Carajás. Pequenos grupos, em trajes civis, instalaram-se em Marabá e Xambioá, e aos poucos foram entrando na mata. Os futuros guerrilheiros perceberam com antecedência e embrenharam-se na mata. Diziam-se perseguidos aos seus conhecidos, mas não iriam se deixar prender. Resistiriam na região. Ia começar a guerrilha no Araguaia. Vão chegando tropas. Começam a entrar na mata. Procuram suspeitos, chegam às antigas casas dos guerrilheiros.

Xambioá é, hoje, uma grande praça de

O FATO

guerra onde caminhões, jipes, oficiais e soldados circulam fortemente armados por suas ruas de terra, suas casas de taipa e sob sol escaldante.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, a 24 de setembro de 1972, seis meses após a chegada do Exército, publica uma reportagem, a única, entre 72 e 78 sobre a guerrilha no Araguaia. O título — *Xambioá: guerrilha e atraso*. Trechos da reportagem:

Enquanto as forças conjugadas do Exército, Marinha e Aeronáutica somam, nas selvas da margem esquerda do Araguaia, cerca de cinco mil homens na caça aos guerrilheiros, o Exército iniciou ontem, em Xambioá e Araguatins, em Goiás, à margem direita do rio e no extremo Norte do Estado a Ação Cívico Social (Aciso) visando levar assistência à população da área. O Exército transportou até a região 2,5 toneladas de medicamentos para combate à lepra, leishmaniose, malária, tuberculose, paralisia infantil e quase toda sorte de endemias encontradas na área.

Xambioá é um município com 10 mil habitantes, dos quais apenas três mil se localizam no setor urbano. Apesar de manter tropas na região desde maio, o Exército não influi nas disputas políticas.

Em Araguaína, distante 150 quilômetros de Xambioá, à margem da Belém-Brasília, um vereador comentou:

— Deus que me perdoe, mas a presença de terroristas por aqui até que foi uma bênção porque chamou a atenção das autoridades para a região.

Esse mesmo político reproduz, como ilustração, o diálogo que ocorreu há dois meses, entre o comandante da 3.ª Brigada de Infantaria, general Antônio Bandeira, e o engenheiro-chefe do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás:

— Engenheiro, eu preciso de uma rodovia de 30 quilômetros pronta dentro de dois meses, ligando Araguaína e Araguanã.

O engenheiro, profissional muito respeitado no Estado, procurou mostrar a impossibilidade de realizar a obra em tão pouco tempo.

— O senhor não me entendeu direito — insistiu o general. A obra tem que ficar pronta em dois meses porque vou passar por ela com minhas tropas. Os problemas a resolver são seus.

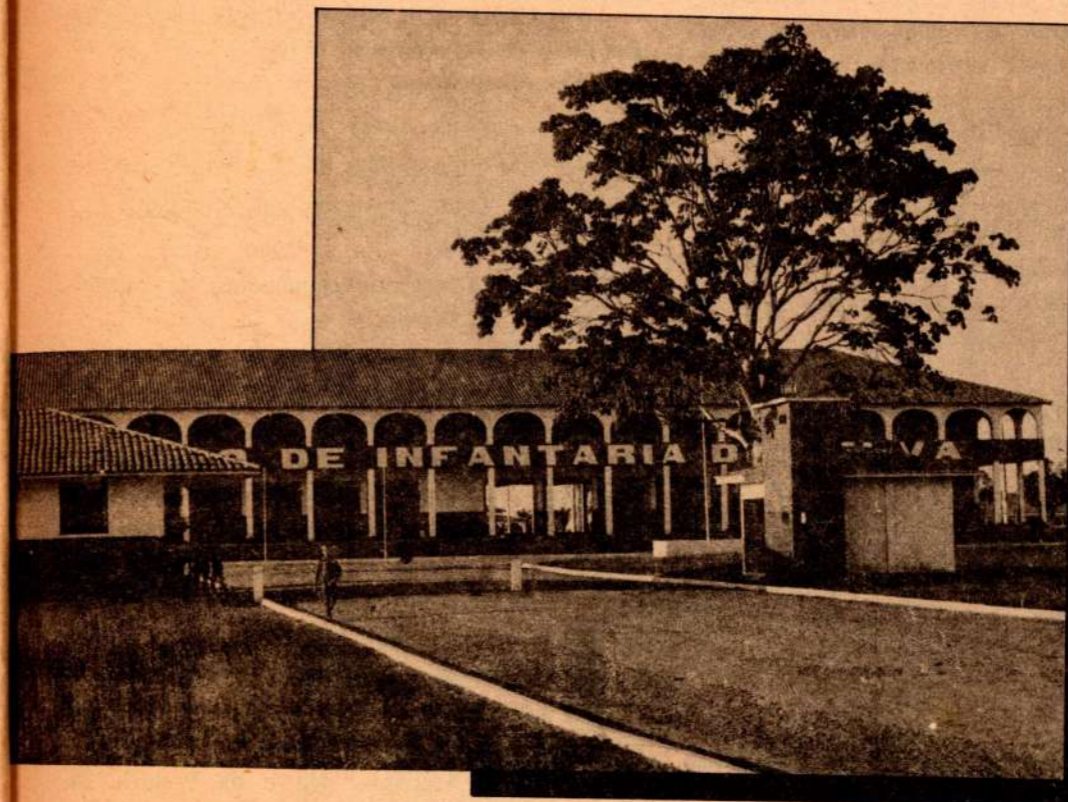
E no início de setembro, quando as chuvas voltaram a cair e a engrossar o caudal dos rios, o comandante cruzava a mata na boléia de um caminhão do Exército.

A guerrilha já deixou mortos e feridos entre os militares, mas a expressão "guerrilheiro" não é empregada. Os militares usam o termo "terrorista", afastando, dessa forma, qualquer conotação aventureira ou romântica. Há nos acampamentos muitos oficiais de informação, inclusive do Cenimar, que interrogam os prisioneiros. Esses foram reunidos num enorme buraco cavado na terra e coberto por uma rede de

O FATO

arame farpado. Acima do buraco, três soldados mantêm guarda permanentemente.

Não há um número preciso que defina os efetivos guerrilheiros. Alguns militares chegam a estimá-los em 30, ao todo. Toda a operação está sendo conduzida, pessoalmente, pelo general Viana Moog, comandante militar do Planalto. Ele se afastou da região temporariamente na quinta-feira, para receber, em Goiânia, o presi-



52.º Batalhão de Infantaria de Selva
km 8 da Transamazônica



Os comandantes do
Exército: Antônio Bandeira,
Hugo Abreu e
Viana Moog

Xambioá — 7 de setembro de 1977



guerrilha do araguaia/ 17

dente da República. Ficou comandando as tropas o general Antônio Bandeira.

Até mesmo as cartas, que os soldados enviam para suas famílias, são censuradas e têm que ser endereçadas em envelopes abertos. Soldados e oficiais que ingressam nas matas devem fazê-lo portando um cordão com placa metálica, contendo em código nome, posto e outras indicações. Fora esses, não há outra identificação possível: até os nomes escritos nos uniformes são apagados quando o militar entra na selva.

Nas escaramuças verificadas esta semana, houve apenas uma baixa entre os militares: morreu um soldado natural de Santa Catarina e pertencente ao Regimento de Cavalaria de Guardas, de Brasília. Seu corpo foi transportado terça-feira para a Capital a bordo de um Búfalo da FAB. Dos terroristas, não se conhece o número de baixas. O Exército mantém absoluta reserva, ficando o assunto circunscrito à área dos acampamentos.

Segundo o prefeito de Xambioá, o Exército mantém, desde maio, cerca de 200 homens no acampamento. Esse número se elevou a partir da semana passada para cinco mil, distribuídos entre Araguatins, Araguaianã e São Geraldo. É porque, decidido a acabar de vez com a ação terrorista na região, o Exército resolveu "varrer" toda a margem esquerda do rio Araguaia e penetrar na selva, até então "santuário" dos guerrilheiros".

Essa foi a Segunda Campanha feita pelas Forças Armadas. Durou dois meses — setembro a outubro de 73. No mato, os 69 das Forças Guerrilheiras do Araguaia estavam formados nos destacamentos A (Apinajés, em Marabá), B (Gameleira, em São João do Araguaia) e C (Caiano, em Conceição do Araguaia).

Eram chefiados por uma Comissão Militar composta por Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e João Carlos Hass Sobrinho. Sua área de ação era de aproximadamente 20 mil km², pegando zonas daqueles três municípios — só Conceição do Araguaia e Marabá, juntos, equivalem ao tamanho dos Estados de Sergipe e Alagoas.

Após o início da guerrilha criaram a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), que lançou um programa — *Em Defesa do Povo Pobre* — havia então na área cerca de 30 mil habitantes. Também criaram um jornal — *Araguaia*, editado no Rio.

Para combatê-los, espalhados em Xambioá e outros lugares da região, as seguintes unidades:

Do Exército:

— Batalhão de Guarda Presidencial

O FATO

- 8.º Grupo de Artilharia Antiaérea
- Regimento de Cavalaria de Guarda
- Polícia do Exército de Brasília
- 10.º Batalhão de Caçadores de Goiânia
- 6.º Batalhão de Caçadores de Ipameri
- 36.º Batalhão de Infantaria de Uberlândia
- tropas do Comando Militar da Amazônia
- 12.ª Região Militar, através do 1.º e 2.º Batalhão de Infantaria de Selva
- Da Aeronáutica:
 - 1.ª Zona Aérea, de Belém
 - 6.ª Zona Aérea, de Brasília
 - 3.ª Zona Aérea do Rio de Janeiro
- Da Marinha:
 - uma tropa do Grupamento de Fuzileiros Navais, de Brasília

Havia ainda funcionários da Polícia Federal. Nas frentes de combate se destacavam os soldados da Brigada Aeroterrestre e do Cosac — Centro de Operações de Selva e Comando. Estavam estacionados permanentemente em Xambioá dois aparelhos Búfalos, um Catalina, três helicópteros e dois C-47. Noite e dia descia a cada 10 minutos um aparelho.

Em certos períodos de 72 e 73 o Exército chegou a fazer batidas a cerca de mil quilômetros da área da guerrilha, na região de Luciara e Barra do Garças, também cortada pelo rio Araguaia, dentro da Prelazia de São Félix — Mato Grosso.

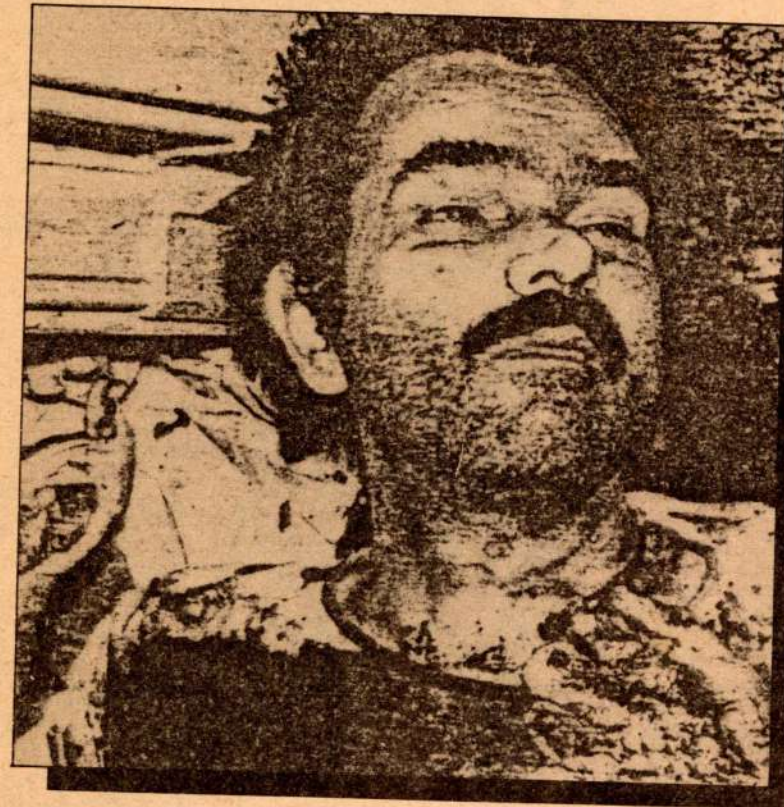
Em outubro as Forças Armadas param as incursões na área da guerrilha. Vão para cidades próximas ou voltam para seus Estados, preparar-se para a Terceira Campanha, feita um ano depois, de outubro de 73 a maio de 74.

Enquanto isso o Exército constrói mais quartéis, abrem-se mais estradas na zona guerrilheira e se exerce redobrado policiamento e controle da população da região. Centenas de lavradores afastam-se, aumentam os conflitos com a Igreja.

Na Terceira Campanha as Forças Armadas vieram com tropas treinadas para a luta na selva, sabendo usar melhor os guias da região, como os índios Suruí. Dos combates corriam histórias entre a população. Uma delas diz que Dina foi a mulher que mais se notabilizou no grupo, pela pontaria certa. Dina da Conceição, geóloga no Rio, mulher de personalidade tão forte que em São Geraldo, enquanto era professora, chamavam seu marido, também geó-

logo, de Antônio da Dina. Em maio de 74, morre Osvaldão.

Dezembro de 1976. O Exército invade a casa n.º 767, na rua Pio XI, na Lapa, em São Paulo, quando se realizava uma reunião do PC do B, onde se fazia uma análise da experiência do Araguaia. Um dos três mortos era Ângelo Arroyo, que aparentemente foi um dos poucos a escapar da região, assim como Elza Monnerat, presa no mesmo dia com mais cinco pessoas.



Ângelo Arroyo, um dos três mortos na Lapa. Haroldo Lima, membro do Comitê Central do PC do B, foi preso na mesma ocasião e condenado a oito anos de prisão. Numa carta, conta que se fazia a análise do Araguaia na casa da Pio XI. E ouviu uma reflexão da experiência de Ângelo sobre os combates na selva: "Nosso pessoal demonstrou estar mais preparado para morrer do que para matar..."



rua Pio XI, Lapa



Elza Monnerat



Jarbas Passarinho

O MILITAR

“Uma guerra civil”

O coronel e ex-ministro Jarbas Passarinho fala sobre a guerrilha: “guerra suja dos dois lados”

Um dos políticos mais influentes do Pará, onde foi governador, o coronel e atual senador Jarbas Passarinho é uma das poucas autoridades a falar sobre a guerrilha do Araguaia. Ex-ministro do Trabalho no governo Costa e Silva, Passarinho atravessou todo o governo Médici (1969 a 74, a época da guerrilha) como ministro da Educação. Neste posto, participava das reuniões do Conselho de Segurança Nacional e, portanto, certamente teve acesso a informações militares sobre os acontecimentos no Sul do Pará.

Em 22 de abril de 1976, num debate com o senador Marcos Freire (MDB-PE), no Congresso, Passarinho citou a guerrilha. Ele rebatia acusações de torturas e desaparecimentos de presos polí-

ticos e, dando o exemplo de duas pessoas que dizia terem sido presas por envolvimento com a guerrilha, assegurava que pelo menos nesse caso não houvera “desaparecimentos”.

Em julho de 78, Passarinho falou amplamente sobre a guerrilha ao jornal *Movimento* (n.º 159, página 7). Abaixo, reproduzimos a entrevista na íntegra, por considerá-la não a palavra oficial, mas sim a versão de um militar e autoridade destacada no governo passado e porta-voz (é vice-líder no Senado) do governo Geisel. Se, no governo Médici, Passarinho defendia o “silêncio tático” a que a guerrilha foi submetida, não sendo permitida a sua divulgação, hoje o senador não se esquivava de falar sobre os acontecimentos em seu Estado.

Movimento — O Coojornal, de Porto Alegre, é o primeiro jornal brasileiro nos últimos 6 anos a falar sobre as guerrilhas no Pará e Norte de Goiás. Nós, do Movimento, queríamos aprofundar o assunto, dando também a versão oficial — do governo ou de seus representantes — sobre os fatos. No Senado Federal o senhor já falou sobre isso, num debate com o senador Marcos Freire...

Jarbas Passarinho — É, eu citei as baixas da área legalista, autorizado naquela ocasião por um documento que me foi dado por um companheiro do Exército. Eu não sabia do número de mortos... Eu tenho isso em Brasília. Se eu for no arquivo eu encontro. Inclusive tem a relação dos feridos e dos mortos, militares e civis. Não tenho do outro lado. Acompanhei, por ouvir dizer. Geraldão parece que era o líder da guerrilha. Era um aumentativo, parece que era Geraldão. Um rapaz de Recife, que foi pra lá. A rádio de Tirana, da Albânia, todos os dias dava informações...

M — Com certeza, o senhor está razoavelmente informado sobre a questão.

JP — Naquela altura estava no Ministério da Educação, então tinha pouco relacionamento inclusive com a área militar, que passei a ter mais como senador. Naquela altura, como ministro da Educação, eu ouvia referências. Primeiro ouvi referência de que se tratava de um movimento que foi subestimado pelo Governo. Então pensavam resolver aquilo com uma demonstração de força. Reuniram tropas aqui na 8.ª Região Militar, na Região Militar do Planalto e o resultado foi negativo, totalmente negativo.

Então, o que eu ouvi dizer foi a maior escola que o Exército teve da contra-insurreição, foi justamente combater a guerrilha de Xambioá, como eles chamavam. Porque o pessoal tinha treinamento, tinha treinamento teórico, etc., mas não tinha enfrentado o problema na prática, numa área muito bem escolhida...

M — Por que o senhor acha?

JP — Muito bem escolhida, em primeiro lugar porque era uma área de junção de comandos. Entre os militares isso é muito interessante, porque três comandantes se superpõem. Então daqui a pouco ninguém sabia quem era o responsável. Então entrava o Comando Militar da Amazônia, entrava a Região Militar sediada em Fortaleza, que é a 10.ª, e a Região Militar do Planalto. Quer dizer: daqui a pouco tava a complicação pra saber quem era quem. Então eu acho que quem escolheu essa área deve ter tido naturalmente orientação militar também,

O MILITAR

provavelmente um militar cassado ou participante do movimento daquelas várias facções que houve na altura, à esquerda do PC.

M — O senhor acha que a guerrilha poderia estar ligada a militares dissidentes naquela altura?

JP — Sem dúvida...

M — Militares brasileiros?

JP — Militares brasileiros, além naturalmente de guerrilheiros treinados especialmente em Cuba, onde havia três campos de treinamento. E não só em Cuba, também em outros países, mas fundamentalmente em Cuba. Então essa guerrilha escolheu uma área do Sul do Pará, de Marabá, etc., a área de exploração de castanha. Uma área onde o Governo só se fazia presente para cobrar impostos. Não tinha assistência, não dava assistência, porque era precária em tudo. E os castanheiros, que eram explorados por financiadores da produção de castanha, seriam então muito sensíveis a qualquer movimento que fosse capaz de dar a eles a assistência que nunca tiveram.

Então, o que eu soube é que nessa ocasião o grupo de guerrilheiros muito bem treinados em tiro estabeleceu também um apoio logístico, a querer que uma área fosse liberada. E esse apoio dava assistência médica — sobretudo obstetrícia, parto — e medicamentos. Com isso conseguiu o que nenhum movimento guerrilheiro tinha conseguido no Brasil até então — e que é fundamental para a guerrilha — que é o apoio da população civil local. O que eu soube então é que o Exército se deu conta disso, compreendeu, fez a crítica de sua ação inicial e passou a agir da mesma maneira. Passou a agir com grupos reduzidos, em vez de grandes efetivos. Reduziu os grupos, passou a dar assistência, ele mesmo se sobrepondo ou se antecipando ao papel do Estado, e com isso conquistou as simpatias também na própria área. Quer dizer, é o velho processo de homeopatia. A partir daí é que as forças legais começaram a ter êxito na redução do bolsão.

M — O senhor faz alguma ligação dos guerrilheiros com qualquer das várias organizações clandestinas de esquerda?

JP — Inicialmente o que chegou ao meu conhecimento é que se tratava do grupo dissidente do PC do B. Até se falava muito, porque, essa área, Xambioá, Pará, se falava muito que o João Amazonas Pedrosa podia ser um dos inspiradores disso. Mas o que estou dizendo a você pode amanhã ser até ridicularizado pelos fatos. Eu estou contando coisas de ouvido. Não tive

acesso a documentos. Nem sei se o João Amazonas Pedrosa teve alguma participação nisso. Mais tarde eu fui ver, por exemplo: você sabe que os dissidentes do PC, o primeiro cisma do PC se deu pela altura de 51, mas se manteve sem uma ruptura definitiva, foi aparecer em 61, quando o Prestes queria legalizar o Partido Comunista — e havia condições naquela altura para a legalização do PC, de novo. Então o Prestes querendo evitar reações maiores propôs a retirada do estatuto do Partido de duas condições que estavam lá explícitas — uma, de que o Partido era marxista-leninista; e a outra, de que o Partido em vez de se chamar Partido Comunista do Brasil, passasse a se chamar Partido Comunista Brasileiro, para não parecer uma seção brasileira de uma organização internacional. E eu chamo até dissidência paraense, como eu interpreto. Porque a dissidência que se deu na ocasião foi sustentada fundamentalmente por três homens: João Amazonas Pedrosa, paraense; Pedro Pomar, paraense — foi meu contemporâneo de ginásio; garoto novo quando eu entrei no 1.º ano, o Pedro Pomar era do quarto ou quinto ano, estava fazendo aqui a briga contra os bombeiros e depois a revolução de 32; e o Grabois — o único que não era paraense. E também, eu creio que o Agildo Barata.

Então este grupo só veio a romper com o Prestes depois de 64. Esse grupo então ficou com o nome de PC do B, insistiu com o mesmo nome, insistiu que o Partido era marxista-leninista, não podia fazer concessões às condições burguesas que hoje está sendo caracterizada pelo eurocomunismo. Então eu até analiso isso como uma semente anterior ao eurocomunismo, essa atitude do Prestes. E ao mesmo tempo porque ainda ontem num programa de televisão (TV Liberal) eu chamei a atenção de que o Partido Comunista, chamado o Partidão, reage ainda hoje a esse tipo de atuação, a esse tipo de guerrilha — como mais tarde a do Marighella que ficou com o Prestes nessa ruptura, só depois é que ele veio a romper — e que o PC condena sob o nome de golpismo. Quer dizer: o aventureirismo armado que, segundo o PC, provoca reações exatamente opostas às desejadas.

Provavelmente, esse pessoal era foquista, esse pessoal achava que fazia um foco, e a partir desse foco podia irradiar o movimento.

Isso tudo deu chance para que as forças de sustentação do governo se treinassem na luta contra eles. Eu soube que houve atividades até de pára-quadistas, que teriam sido mal-sucedidas.

O MILITAR

M — Muitos consideram esses episódios do Sul do Pará como aqueles em que houve a maior repressão, uma matança mesmo sobre o outro lado.

JP — O que alguns podem chamar de chacina, eu honestamente não conheço o fato que se deu numa luta, numa guerra civil, numa guerra civil declarada, um processo de guerrilha que eliminou muita gente do lado de cá. Por exemplo, eu sei que na operação de pára-quadistas, houve um ferimento num filho de general. Ele saltou e levou um balaço na clavícula. O outro recebeu no queixo, entrou uma bala por um lado e saiu pelo outro.

M — Era filho de que general?

JP — Eu não vou te dizer o nome. Mas era filho de um general da ativa do Exército Brasileiro, que era pára-quadista, tenente ou capitão. E outros casos. Contam uma história, que não sei se faz parte do folclore ou não. Nessa ocasião eu ouvi também que havia uma moça loura que era parece quem dava mais assistência, inclusive de obstetrícia. E num combate que houve, de curta distância, corpo-a-corpo, estava um capitão com um sargento e um cabo. Eles viram um pequeno grupo do outro lado e trocaram tiros e a moça foi atingida. Os outros fugiram. Então, como o Exército Brasileiro sempre foi treinado de acordo com as regras da Convenção de Genebra, de que o prisioneiro é intocável, uma vez feito prisioneiro ele fica com a responsabilidade de quem aprisiona...

M — Mas o senhor acha isso?

JP — Estou falando numa guerra clássica. A guerrilha, a guerra subversiva, ela é uma guerra suja. E eu acho que ela termina sendo suja de ambos os lados. Porque é uma guerra do terrorismo. É uma guerra suja, uma guerra porca. Então a Convenção de Genebra vai para o diabo, desaparece a Convenção de Genebra.

Então — foi quando eu interrompi para lhe dar esta informação — o que eu soube é que esse capitão ou tenente teria procurado socorrer a moça ferida. A partir daquele momento ele ainda estava imbuído desses princípios. E quando ele se aproximou dela com a arma baixa — ela estava muito ferida — ela meteu a mão no cano da bota, e ele não tinha visto que ali tinha um revólver, e ela que estava muito ferida ainda acertou um tiro: foi esse que pegou o maxilar e saiu pelo outro lado do rosto. Então as pessoas que o acompanhavam metralharam a moça que já estava muito ferida.

Então veja o episódio, como prova a radi-

calização e a total inexistência de escrúpulos de ambos os lados.

M — O que o senhor acha de um acontecimento desta ordem, que envolveu milhares de pessoas, só agora estar vindo a público?

JP — Acho que esse silêncio foi tático. O auge da guerrilha urbana pegou o general Médici quando assumiu. Tinha havido uma tentativa de guerrilha, de muito má preparação, provavelmente dirigida por grupos aventureiros, que tinha sido facilmente destruída, que foi a guerrilha de Caparaó, que se diz que era inspirada por grupos do Brizola. Essas guerrilhas não tiveram o menor apoio da população e foram tipicamente aventureiras. As guerrilhas que cresceram mais já vão aparecer na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) com o Lamarca, que expandiu a guerrilha urbana para a guerrilha rural enquanto a guerrilha urbana crescia violentamente, sob o comando de Marighella. O Lamarca fez uma guerrilha no lugar mais difícil de São Paulo, de condições de vida mais precárias que é o Vale do Ribeira. Então no tempo do general Médici, pra ter maior flexibilidade na luta contra a guerrilha, tanto urbana como rural, ele dividiu a área brasileira em áreas de comando, e deu a maior autoridade aos comandos. Os comandos locais atuavam com a maior rapidez e portanto sem nenhum obstáculo burocrático, sem ter que ouvir Ministério da Guerra, Ministério disso ou daquilo. Eles atuavam por conta própria, e apenas coordenavam suas ações em nível nacional. Portanto, essas ações só podem ser historicamente reproduzidas a partir dos testemunhos dos comandos de área. Você vê por exemplo que

O MILITAR

essa guerrilha de Xambioá, que foi a única no meu entender bem preparada, a única mais conseqüente. A organização era típica de quem aprendeu guerrilha no exterior.

M — O senhor ainda não respondeu à pergunta. O senhor disse que o motivo desse silêncio todo seria tático...

JP — Tático. Porque uma divulgação disso, na medida por exemplo em que uma guerrilha de Xambioá durasse um ano, para ser combatida ela poderia, pelo noticiário feito a respeito dela, induzir a ações semelhantes. A grande massa desconheceu pura e simplesmente o assunto e sobre ela não se fez o efeito multiplicador da propaganda.

E vocês, estão levantando agora o problema?

M — Estamos.

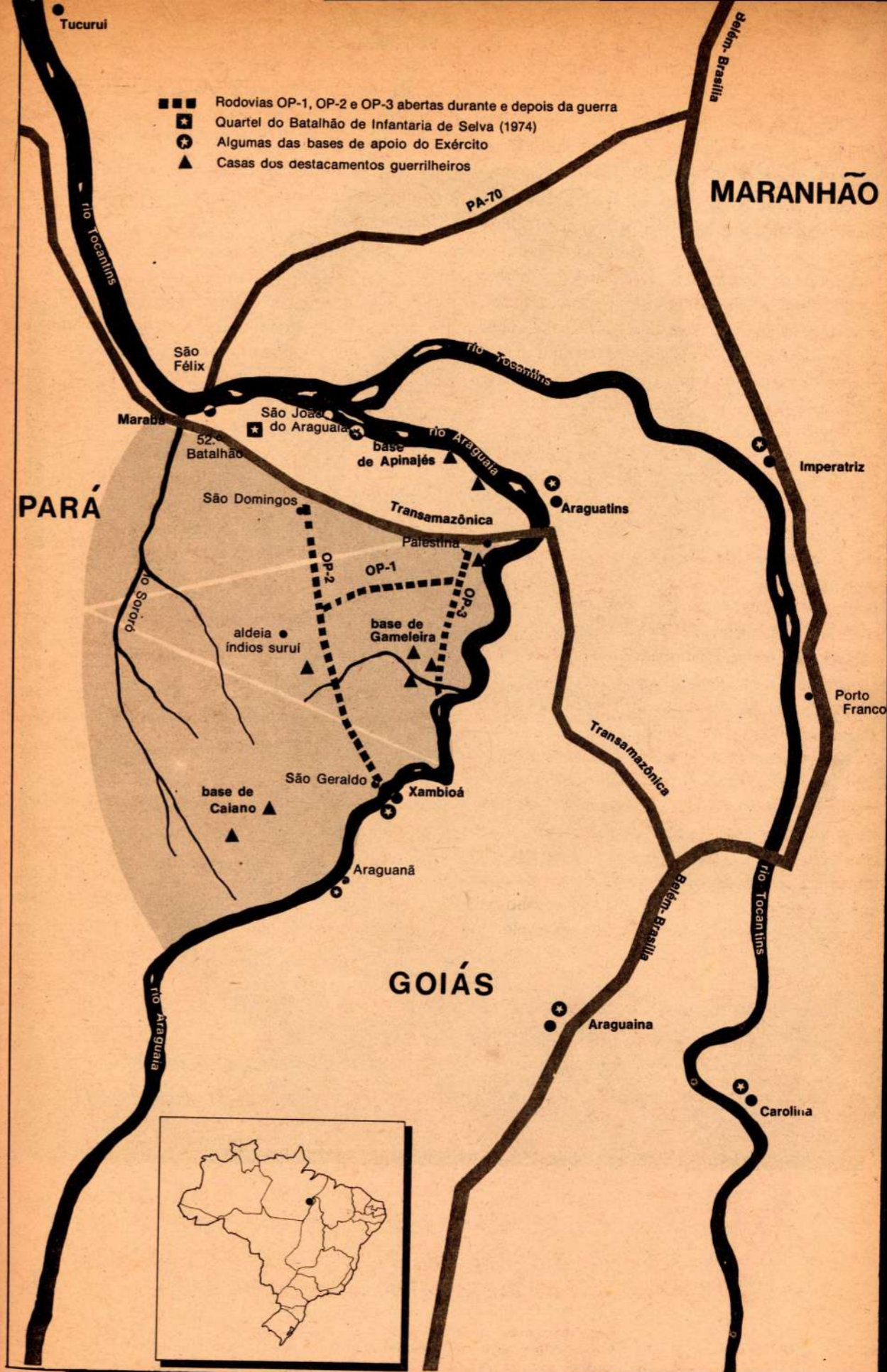
JP — Nessa matéria, tudo que eu posso dar é uma pista. Porque como ministro civil eu não tinha informação sobre isso. Comandava a região naquela ocasião um grande amigo meu. Talvez vocês pudessem ouvir — não sei se ele fala. É o general Ivan de Souza Mendes. Não, mas o Ivan já veio depois. Quem estava nesse momento, nessa ocasião era o Jardim de Matos.

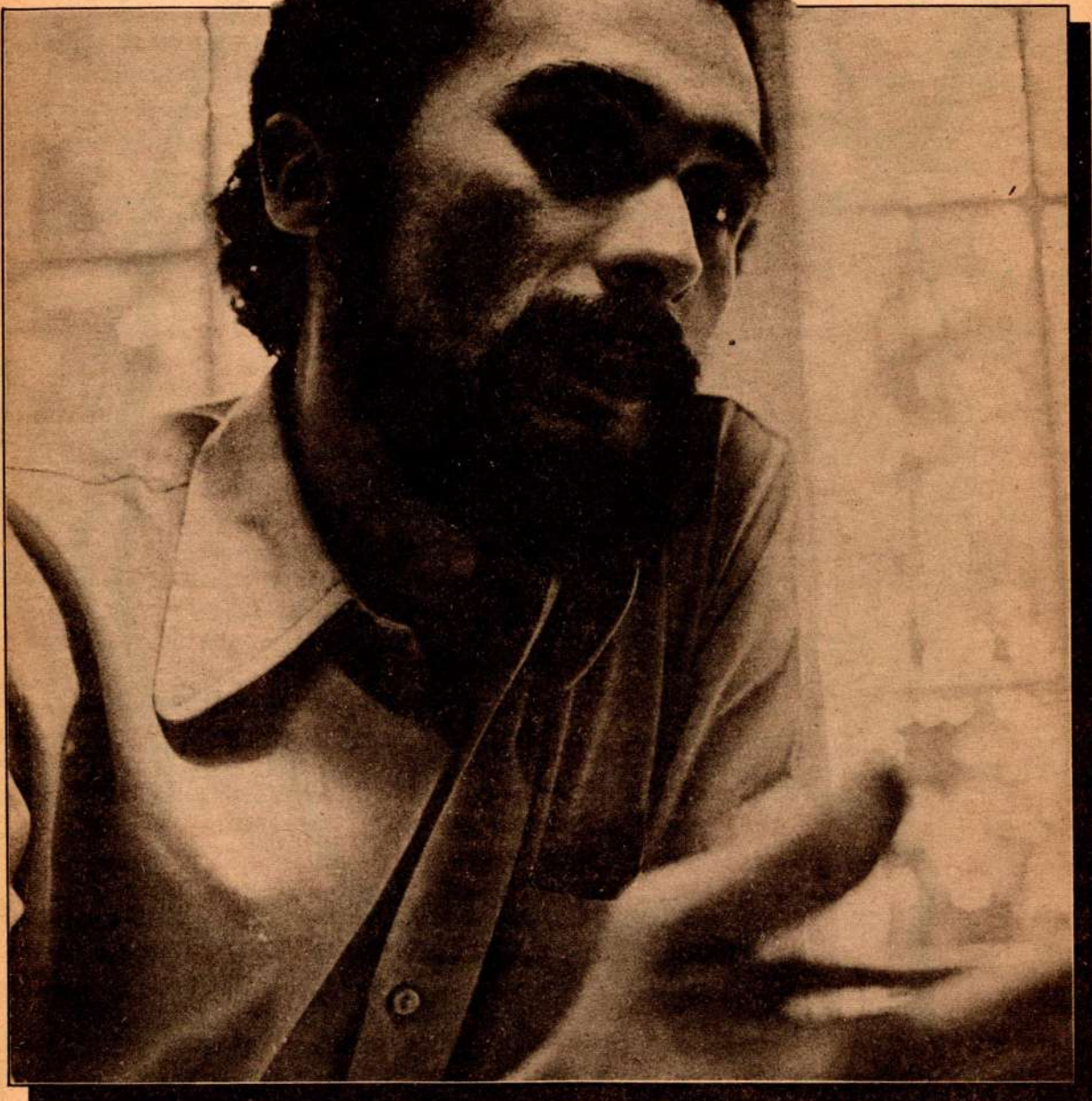
M — O general Euclides Figueiredo também?

JP — Não, o Euclides já foi no final. Pegou o rescaldo do incêndio. O Jardim de Matos, irmão do brigadeiro Délio, se vocês pudessem localizar, talvez pudesse dizer alguma coisa. Embora, de modo geral, eles tenham restrições, não falam sobre isso.



João Amazonas e Maurício Grabois (ao lado de Prestes), na bancada do PC na Constituinte de 45: 20 anos depois, guerrilheiros no Araguaia





José Genuíno Neto

O GUERRILHEIRO

“Queríamos a guerra popular”

José Genuíno Neto, um dos 69 guerrilheiros do Araguaia, narra a preparação e explica os planos da guerrilha

José Genuíno Neto, 32 anos, cearense de Quixeramobim, o mais velho dos 13 filhos de um lavrador. Garoto, participou das chamadas frentes de trabalho durante a seca de 1958. Mudou-se para Fortaleza aos 14 anos. Foi expulso, do colégio, por causa da política estudantil. Para entrar na Faculdade de Filosofia teve que fazer o artigo 99. Operador de máquina da IBM, largou pela política. Presidente do Diretório Central de Estudantes, o DCE do Ceará, acabou sendo expulso em 1968 pelo 477.

Mudou-se para São Paulo após o AI-5. Entrou na Diretoria da UNE, juntamente com Jean Marc – banido –, Elenira Resende, Honestino Guimarães, Humberto Câmara, Gildo Macedo – mortos. Em 1970, aos 24 anos,

Genuíno passou a morar na localidade de Gameleira, Sul do Pará, onde foi preso em 1972. Permaneceu incomunicável 13 meses. Só foi julgado em março de 1975. Em seu processo não aparecia a guerrilha. Por isso, apresentou no julgamento uma carta em que pôde falar pela primeira vez sobre os acontecimentos no Araguaia. Cumpriu cinco anos de pena em Brasília, São Paulo, Fortaleza.

Nosso primeiro encontro se deu em São Paulo, em maio de 1977, um mês depois de sua liberação. Nesse encontro, e nos que se seguiram, fomos lhe pedindo que falasse da viagem, dos companheiros, da escolha da região, da preparação, do convívio com a população, do convívio entre os guerrilheiros, da chegada dos Exército, da prisão, de suas lembranças.



Depois de chegar ali, não voltava mais

Ninguém sabia — saindo de Porto Alegre, Rio, Fortaleza... — para onde ia. A gente se comunicava com algumas pessoas que conheciam a região, viviam lá, e a própria confiança nos levava para o Pará sem saber que estávamos indo para lá. No meu caso, saí de ônibus de São Paulo para Anápolis, em Goiás.

Lá encontrei o José Humberto Bronca, que sabia que íamos para a Gameleira. Passamos um dia e uma noite em Anápolis. Fizemos pequenas compras — remédios, roupas, facão, machado, panelas e alguns mantimentos. E fomos para Imperatriz, no Maranhão, fazendo de conta que não se conhecia no ônibus.

Em Imperatriz — centro relativamente grande — ele se hospedou num hotel e eu noutra, São Francisco. Tive que me identificar no hotel como um vendedor que estava pesquisando a região. Ficamos três dias; a gente estava precisando de tudo, porque estava começando a explorar a região, mas não fazíamos compras juntos.

No barco São José a gente já demonstrava que se conhecia. Era um barco simples, com muitos camponeses a bordo, — o Bronca se dava com alguns — com muita mercadoria, e fomos como se fôssemos moradores da região — uma viagem de cinco dias, de Imperatriz a Santa Isabel, no rio Araguaia.

Quando a gente ia entrar no Tocantins para subir o Araguaia, região já mais tranqüila, eu já falava para onde ia. Dizia que tinha um tio que morava no Sul do Pará, que eu ia morar um tempo lá. A partir de Imperatriz a gente não tinha mais ponto de referência, só selva e rio, um mundo diferente, as casas na beira do rio. Várias vezes o barco parava, se encaixava em alguma cachoeira e eu tentava descer para nadar.

Essa viagem já era um entrosamento com a selva. Ao chegar em Araguatins deu para sentir bem essa distinção da selva do Maranhão e Goiás para a Amazônica. Saímos de Araguatins à tarde e fomos pernoitar na Palestina — a gente dormia no barco.

Saímos de manhã, 25 de julho de 70. Íamos para Porto Isabel, onde tivemos outra surpresa, na subida da cachoeira Santa Isabel:

O GUERRILHEIRO

o rio baixou demais, o piloto não tinha condições de levar o barco, e um velho que morava em Santa Isabel, a própria figura do paraense, veio pegar o comando. O Bronca também se dava com ele. Fizemos nossa mochila e fomos a pé para a Gameleira, a 14 quilômetros. Saímos por volta do meio-dia e chegamos às 5 da tarde.

Eu estava curioso para saber quem era aquele tal de “Osvaldão”, “negão”, “mineirão” que todo mundo perguntava para o Bronca durante a viagem de barco, queria saber se era da cidade ou da região. Ao chegar na casa, um pequeno rancho numa região de capoeira, vou encontrar um “negão” mesmo, fritando bife de veado, e um velhinho de 60 anos, que estavam esperando pela gente lá. Foi uma recepção calorosa.

De noite eles me colocaram a par do trabalho que íamos ter e da situação da região, da população pobre, vivendo essencialmente da lavoura, constituída de posseiros, o controle violento da polícia.

Era colocado também que aquela decisão nossa de ir para lá era irreversível: depois de chegar ali, não voltava mais; qualquer coisa a gente resistiria e lutaria.

Nessa recepção também se recebia arma, facão e botina. À medida que a gente ia enfrentar aquela dificuldade de alimentação na selva, a arma era um dos instrumentos. A gente estava trocando a Universidade pela vida no campo. A região para nós era uma universidade diferente.

A terrinha tinha sido comprada por 50 cruzeiros pelo Osvaldão. Para todos os efeitos, o direito de posse era dele, eu era “sócio” e “sobrinho” daquele velhinho que estava lá. Esse velhinho, que depois eu soube que era o João Amazonas de Souza Pedrosa, pegou o calendáriozinho, tirou a folhinha e disse:

— Guarda isso contigo.

Era 26 de julho, data da revolução cubana. Fomos dormir na selva, numa casa de palha, só com uma cobertura, sem parede, vendo a lua, as estrelas, os bichos correndo lá perto.

Tudo era novidade!

No dia seguinte começamos a desbravar a região. Era juntar lenha para construir a nova casa, cortar palha para cobrir a casa, abrir picada até o rio Gameleira, brocar no mato em volta das bananeiras. Enfim, aquele lugar estava sendo habitado. Era uma posse.



Lei geral: ouvir muito, falar pouco

Chegamos na época de seca, mesmo assim começamos a brocar para o inverno de 71, abrir uma roça de 50 metros perto de casa. Na medida em que nos colocávamos como posseiros — porque de fato éramos posseiros — tínhamos que construir nossa casa. Em menos de um mês ela estava pronta, um bananal limpo e uma capoeira que começamos a derrubar para queimar.

Nesses primeiros dias vou ter uma primeira experiência de vida mais disciplinada que na cidade — horário para acordar, ginástica, preparo físico, endurecer os músculos, criar calos na mão... Sabíamos que o principal para conseguir essa consistência física, essa envergadura, era trabalhar como lavrador. A gente, com esse trabalho na roça, ia se preparar física e militarmente.

O trabalho na roça também era um ponto de aproximação entre nós e a população. A gente tava lá como posseiro, vindo de outra região. Se a gente não trabalhasse, não produzisse, a população ia ver a gente como?

Os primeiros contatos mais fortes foram com o povoado de Santa Isabel, de umas 100 casas, depois Santa Virgem, umas 300 — os dois lugares mais próximos de onde a gente morava. Existiam os “centros”, que são casas isoladas, situadas e espalhadas nas margens do Gameleira. Na região em que morávamos tinha umas 60 casas no raio de seis quilômetros.

E é exatamente com essa população que se vai conviver. Eles vêm visitar a gente, a gente vai na casa deles, vai se conhecer. É a primeira conversa, o contato simples e pequeno.

Não falávamos uma linguagem que identificasse a gente como político, falávamos uma linguagem comum, aprendemos que *juquirá* era trabalho na roça, que *terecô* era a macumba local... Conversávamos sobre a peste, a falta de feijão, os grileiros, o arroz que tá ruim, como não perder arroz.

Tinha uma espécie de lei geral: “ouvir muito e falar pouco”. Não havia mesmo condições de discutir sobre o que não se sabia. O nosso professor era exatamente o pessoal da região, maranhenses, baianos e muitos goianos.

A gente precisava viver nesses primeiros contatos: tinha uma reza, chamavam a gente; tinha uma festa, a gente ia lá. Normalmente

O GUERRILHEIRO

as mulheres dos moradores não vinham em nossas casas. Só depois que a confiança se solidificou. E fui vendo a realidade que depois descrevi num pedaço da carta-defesa que escrevi aos membros do Conselho de Justiça Militar, em fevereiro de 1975:

“Nesta vasta e rica região, o homem morre de malária e de doença venérea, leishmaniose, verminose de todos os tipos, reumatismo e infecções respiratórias. Isto sem falar no grande número de pessoas que morrem de picadas de cobras venenosas, animal tão familiar aos moradores das regiões da selva.

Não existe nenhum serviço de combate científico à malária, pois quando aparecem, limitam-se a visitar algumas cidades e povoados das margens do rio Araguaia. É grande a mortalidade infantil e as crianças que sobrevivem crescem raquíticas ou deformadas pela doença e pela miséria. É comum as mulheres morrerem durante o período de gestação ou durante o parto; a mulher é mal alimentada, não recebe nenhum tratamento médico, é obrigada a trabalhar nos serviços de lavoura durante a maior parte do período da gravidez.

É coisa normal, nas casas do interior da mata, as mulheres ficarem escondidas, por não terem roupa para vestir, quando a sua única peça está sendo lavada. A prostituição é generalizada nos povoados e cidades da Amazônia. Cedo a juventude emigra à procura de uma vida melhor, que dificilmente encontra. O analfabetismo domina a maior parte dos moradores, anda-se léguas para encontrar uma pessoa que saiba ler uma carta ou uma bula de remédio, quando ocorre o caso raro de o medicamento chegar às mãos do povo. Não existem escolas e as raras que ainda têm vida se localizam em alguns povoados da margem do Araguaia.

(...) Os moradores da Amazônia vivem abandonados e suas lavouras ficam entregues inteiramente às condições da natureza: se são boas, tudo dá certo; se aparece algum imprevisto, tudo se perde. Em várias ocasiões, os lavradores perdem todo o seu trabalho, devido à grande incidência de pragas em suas lavouras. Noutras ocasiões é sobre os moradores que aparecem a febre, a malária e outras doenças, impedindo-os de cultivar ou colher suas roças. É baixo o nível de alimentação e muitos sofrem os males da desnutrição.

Os únicos instrumentos com que contam para o trabalho são o machado, o facão e uma espingarda para caçar. Não recebem nenhuma ajuda ou qualquer assistência e quando aparecem os representantes do poder público é só para cobrar impostos e fazê-los passar vexames. Os camponeses não têm meios de escoar seus produtos, o que os obriga a vendê-los por preços irrisórios. Quando acumulam um excedente de arroz, feijão ou farinha ou quebram o coco de babaçu além de suas mínimas necessidades e procuram vender tais produtos, encontram preços muito baixos. Na maioria das vezes trocam-nos por café, açúcar, munição, botinas, alguma peça de roupa e remédios que geralmente ostentam o rótulo *Amostra Grátis*. Mas quando têm que comprar o que não conseguiram produzir em suas roças, encontram pelo dobro ou o triplo do preço normal.

(...) Predomina o trabalho semi-escravo. Os grandes latifundiários usam o barracão como forma de pagamento e o trabalhador desconhece qualquer lei trabalhista. O analfabetismo é usado como arma dos poderosos no roubo descarado dos lavradores que não sabem ler.

(...) Um seringueiro produz uma tonelada de borracha por ano. Troca toda produção pelas mercadorias essenciais que o barracão lhe vende. E ainda fica devendo. Ele produz a borracha, deixa secando ao sol. Depois vende. O seringalista desconta 10% do peso. Diz que é a água... É a famosa "instituição" da TARA!

(...) A castanha-do-pará, recurso natural da região que devia servir para melhorar a situação do povo, está controlada por grandes grupos econômicos, especialmente estrangeiros, que roubam do castanheiro no pagamento do seu ordenado, na medição dos seus produtos e na soma de suas despesas. O castanheiro — homem que junta, corta e lava a castanha — vai para a mata na pior época do ano, a das chuvas; recebe no barracão do castanhal um adiantamento de farinha, sal, fumo e munição.

Depois de permanecer quatro ou cinco meses na mata, tempo necessário para concluir a colheita de castanha, tem estipulado o preço do hectolitro da castanha (5 latas de 20 litros) em apenas Cr\$ 10,00 ou Cr\$ 12,00 e recebe seu saldo, quando existe, em gêneros alimentícios. O hectolitro de castanha, em 1972, custava em Marabá ou Belém Cr\$ 60,00 ou Cr\$ 70,00, o que já é um bom preço para as companhias exportadoras.

Enquanto isso, o castanheiro paga pela farinha, sal, fumo, café munição, etc., um preço duas, três ou mais vezes maior que o normal das cidades próximas, onde o custo de vida já é bem alto. Depois de tudo isso, o gerente ou capataz deforma a lata de medição e "erra" para mais, na soma das despesas do castanheiro. Mas os maiores beneficiários da castanha são as companhias exportadoras que exploram os pequenos comerciantes, os que transportam o produto e até mesmo os que possuem pequenos castanhais; levam, assim, em forma de grandes lucros, o suor, a força e a vida dos que na castanha trabalham.

Na extração da madeira, a exploração é semelhante à da colheita da castanha. As companhias madeireiras costumam despedir os trabalhadores sem pagar nem mesmo em gêneros alimentícios os seus já minguados Cr\$ 5,00 por cada mogno derrubado. Convém lembrar que, muitas vezes, o camponês abandona sua lavoura, indo para as companhias que prometem "mundos e fundos" para atrair o trabalhador, já que precisam tirar a madeira na época das chuvas, aproveitando as enchentes dos rios para transportar os toros de madeira.

Os trabalhadores sofrem muitos acidentes, várias vezes fatais; usam unicamente o machado, derrubam as árvores trabalhando sem qualquer segurança e com a preocupação de aumentar o número de mognos derrubados. Tal preocupação pouco influirá no aumento de seus ordenados e, como geralmente não os recebem, isso só aumentará a soma dos seus atrasados na companhia, que sempre lhes diz que falta dinheiro e o único jeito é comprar no armazém. Quando vão cobrar o seu pagamento, conforme o estabelecido no

contrato oral, os trabalhadores recebem dos capangas e pistoleiros ameaças de morte ou um tiro fatal.

(...) Nem mais à terra o povo daquela região tem direito. Os grandes latifundiários, com seus projetos aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e protegidos pela política de incentivos fiscais, intensificam na Amazônia o que já é comum no resto do Brasil; a grilagem de terras (...). Os moradores expulsos de suas terras, muitos dos quais ali trabalhavam há mais de 10 anos, vão ser submetidos ao barracão das grandes fazendas e às ameaças de forças policiais, dos capangas e pistoleiros. Vivendo na miséria e na opressão, vêem suas terras sendo povoadas pelos grandes rebanhos bovinos.

Uma das causas que contribuem para o empobrecimento cada vez maior do povo brasileiro também age sobre a população da Amazônia — a invasão estrangeira. Invasão que se dá sob a forma de firmas estrangeiras que agem sozinhas, ou, então, associadas com firmas nacionais, nas quais detêm o controle acionário (...). Nela hoje encontramos o capital estrangeiro, especialmente o norte-americano, espoliando nossas riquezas. O governo militar vem sempre tentando calar com as denúncias que são feitas e que já proporcionaram a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 1967. Com a proteção dos militares, o imperialismo prossegue sua ação lenta, ençoberta e criminosa. Recentemente, o governo militar legalizou a ocupação estrangeira no campo, através do decreto sobre venda de terras a estrangeiros. Tal decreto oficializa o que há muito tempo, vinha sendo feito clandestinamente.

O solo está dominado e dividido. Medem-se terras de avião e planta-se capim de helicóptero. É a era dos "impérios amazônicos"!

No Mato Grosso, a Companhia Brasil Lond Cattle Packing toma conta de 2.881.053 hectares de terras, espalhadas nos municípios de Cáceres, Corumbá, Três Lagoas e Campo Grande. Nas margens do rio Jari, na fronteira do Pará com Amapá, existe o já famoso Projeto Jari, de propriedade de um dos maiores magnatas do mundo, o norte-americano Daniel Ludwig cujos investimentos alcançam a escandalosa cifra de 1,5 bilhão de dólares.

(...) Logo abaixo da Jari, no sentido da foz do grande rio encontram-se a Georgia Pacif Corporation com 500 mil hectares de terras, a fazenda do sr. Robin Hollie McCohn, conhecido negociador de terras no Norte do país e Toyomenka, o quarto grupo mundial da madeira, estas últimas com 400 mil hectares cada uma.

(...) O consórcio King's Ranch-Swift-Armour, três dos maiores grupos mundiais da carne, montou em Paragominas, Pará, a fazenda Companhia Agropecuária do Pará, com mais de 200 mil hectares de terras. Há ainda a Companhia Agropecuária Suiá-Missu S/A, do grupo paulista Ometo (hoje do grupo italiano Liquigás), que possui mil 678 hectares de terras no município de Barra do Garças, no Mato Grosso. A Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codelara), localizada no município de Luciara, no Mato Grosso, é outra que se coloca entre as grandes empresas latifundiárias da Amazônia, com 196 mil hectares. E assim por diante, vai crescendo de ano para ano, o número de grandes latifúndios naquela região.

Os recursos do subsolo da Amazônia, como do resto do país, estão sob o controle de grupos imperialistas, tendo à frente os norte-americanos, que encontraram na exploração dos minérios a fonte de grandes lucros. A mina de ferro da serra dos Carajás, situada nas vizinhanças de Marabá e calculada pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerárias em mais de 12 milhões de toneladas de ferro, está nas mãos da United States Steel, que tem outros grandes investimentos no Brasil (...). Para encobrir sua ação monopolizadora, esta companhia norte-americana age em associação com a Companhia Vale do Rio Doce.

(...) Um projeto semelhante já funciona no Amapá, com a exploração do manganês. A Icomi S/A, cujas ações são monopolizadas pela Bethlehem Steel, explora há 14 anos o manganês da serra do Navio, no Amapá (...). A bauxita é explorada pela Mineração Rio do Norte S/A, firma ligada à Alcan — Aluminium Company of Canadá.

(...) No roubo dos nossos minérios é onde se verificam os maiores consórcios, as maiores negociatas e os acordos que representam verdadeiros atentados aos interesses do povo brasileiro e contra a soberania nacional.

(...) É crime contra a segurança nacional entregar nossas terras, nossas florestas, nossos recursos minerais, nossa economia ao capitalismo estrangeiro, em detrimento dos interesses nacionais".



"Fomos experimentar o que é dormir na selva"

Na verdade, o início de nossa preparação na Gameleira — o destacamento B — não começou no momento em que cheguei lá, não era do zero. Existia um trabalho anterior desde 67, como também Apinajés (Marabá) — destacamento A — e Caiano (Conceição) — destacamento C. Ao chegar lá, ia se situando a partir do trabalho feito pelo Osvaldo, porque ele era conhecido por todo mundo. Sabia como caçar, o que caçar, a topografia do lugar, as principais fontes de abastecimento e o roteiro para se entrar na região.

O Osvaldo era uma pessoa muito respeitada. Ele era o comandante do Destacamento B. Todo mundo confiava nele, um cara sério, um cara que antes de mandar o outro fazer uma coisa ele diz como é que faz, sabe fazer, faz. Camponês que ia lá resolvia até problema de casamento com ele, era padrinho de todo mundo, toda a população conhecia muito ele.

O tipo dele também ajudava muito, um cara assim muito forte, de quase dois metros. Por

exemplo, a população via que ele atirava muito bem porque ele caçava junto com a população. Era um cara que botava um saco de 60 quilos num ombro e um saco de 60 quilos no outro e carregava. Não encontrava camisa ou sapato — calçava 48 — que servisse nele.

Ele gostava do mato, gostava mesmo. Às vezes, se ficava muito tempo na casa, ele dizia: "Vou um pouco pro mato". Sabia imitar passarinho, imitava bicho pra pegar, caçava onça, imitava a onça esturrando.

Uma vez a PM foi lá, para matar um rapazinho que tinha matado um grileiro em Goiás. Os soldados queriam pegar o menino no mato e pediram para o Osvaldo mostrar o caminho. O Osvaldo disse então que sabia o caminho mas que eles não iam acertar. E ganhou tempo para avisar o menino para fugir.

O roteiro para se entrar na região não era uma coisa estabelecida aqui na cidade. Era feito a partir de uma pesquisa aprofundada de quem já vivia na região, desse grupo inicial que foi pra lá.

Por que a lavoura?

Porque era a atividade que ia possibilitar um convívio maior com a população e nos fixar na região. Ao mesmo tempo, dadas as características da região, tínhamos certas condições de nos preparar militarmente.

O destacamento B começou com cinco pessoas — Osvaldo, Bronca, eu, Glênio e o João Amazonas — mas permanentemente eram 4 — alguém sempre viajava para lugares que eu, por exemplo, não sabia e nem queria saber. As atividades desses quatro eram desbravar a região, começar o trabalho na roça, se relacionar com a população e, com muito cuidado e jeito, andar na mata, caçar percorrer a região. Não havia ainda uma atividade militar sistematizada; estava se criando condições, lá na Gameleira, para vir mais gente e — aí sim — formar um destacamento, uma unidade militar.

Nessa primeira fase tínhamos um conjunto de normas, nada estruturado ou esquematizado, escrito a mão em cadernos, que se levava a sério: como era o trabalho na roça, como se preparar politicamente na região, a hora de acordar e trabalhar.

Também nessa fase se vai sofrer muito por causa de doenças. Não sabíamos como conviver com a doença. Pegamos malária — geralmente a primeira é a mais violenta. A gente tinha um caderninho escrito com as doenças e a receita. Quando pegava malária ficava bem baqueado

até descobrir o que era. Depois se consultava o caderninho e ia tomando os comprimidos recomendados.

Não tinha médico e nada organizado em termos de saúde — resolviam-se os problemas baseados em como a população fazia. Quase que eu ia pro bebeléu por causa de malária, por falta de conhecimento que a gente não tinha, que vem mais tarde quando se organiza todo um serviço de saúde, principalmente com o trabalho daquele médico, o Carlos Hass Sobrinho. A gente ficava parado 15 dias na rede, não agüentava trabalhar.

De noite, como não tínhamos acesso a jornais e revistas — passavam-se meses e meses para chegar um *Estado*, uma *Veja*. . . —, tínhamos um horário rigidamente programado para ouvir rádio, o noticiário nacional e estrangeiro para ficar mais ou menos a par das coisas. Era o som de um modesto rádio *Companheiro*: BBC de Londres, Tirana, Voz da América, Rádio Havana, emissoras ouvidas na região. Para notícias mais detalhadas do Brasil, ouvíamos a Rádio Bandeirantes, de São Paulo.

Até se sistematizava a troca de opiniões. Mesmo isolados, não podíamos ficar por fora das coisas, porque estaríamos contrariando a nossa própria missão lá. Passamos a nos transformar em camponeses e fugir da perseguição da cidade para incorporar o camponês num processo político de transformação radical da sociedade; nosso objetivo era crescer, avançar para outras regiões mais povoadas — daí a necessidade de debates e as trocas de opiniões entre nós.

Criávamos animais, cachorros para caçar, guardar casa, burros para transportar os mantimentos. Também aprendíamos a trabalhar na cozinha, lavar roupa, costurar, fazer comida — o sistema era de rodízio.

Com essa base inicial, fomos vencendo os primeiros obstáculos. Até experimentar o que é dormir na selva, se afastar 200 metros e voltar para casa. Ficávamos completamente perdidos. O Osvaldo ia com a gente 200 metros longe da casa e perguntava:

— Como é que faz pra voltar?

A gente não sabia. Era um desafio, porque não eram só 200 metros que se tinha que dominar, e sim 200 quilômetros. Num dia de domingo, então, a gente almoçava, entrava dois ou três quilômetros; ficava contente porque já conseguiu dominar um pouco.

Uns sofriam mais, outros menos, mas todos estavam dispostos a vencer os desafios. Traba-

O GUERRILHEIRO

lhar com enxada, facão, machado, foice: caçar, aprender a atirar, correr no mato, Sobreviver. Um dia, um de nós, ao cortar lenha com o machado, rachou as mãos. Era preciso não ter medo de cobra, comer todo tipo de carne, nadar e carregar peso.



“Entram a Operação Carajás e a Transamazônica”

O destacamento ia crescendo. Em outubro de 70, chegou Antônio Ribas, o *Ferreira*, paulista, ex-presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas. A gente se conheceu no Congresso de Ibiúna. Chegou do mesmo jeito que eu, só que com outro roteiro de viagem, direto pela Belém-Brasília, Xambioá, serra das Andorinhas e Gameleira.

Com a chegada dele, veio a necessidade de abrir outra casa; não havia condições nem era bom morar todo mundo na mesma casa. Ele já começou a trabalhar em função de abrir um castanhal para nós, a 24 quilômetros da Gameleira — uma atividade diferente, que dava oportunidade de conhecer o problema do castanhal, saber como utilizar a castanha. O castanhal ficava numa zona mais deserta, onde se podia ter mais liberdade de movimento.

Logo mais chegaram o *Ciro Flávio de Oliveira Salazar*, ex-estudante de Arquitetura no Rio de Janeiro, e *Amauri*, ex-bancário em Minas Gerais, vindos da Palestina, onde tinham uma pequena farmácia. Mudam-se para a Gameleira.

Eles vão morar com o Ribas no castanhal — eram duas casas em duas regiões diferentes. Todos os moradores sabiam que a gente se dava com os que chegaram, mais como amigos do Osvaldo. Para a população, eu não conhecia o Ribas, nem o Flávio ou o Amauri.

Em fins de 70, começaram os preparativos para a construção da Transamazônica, na Palestina. Depois veio a notícia de que os militares iam fazer um exercício na área, a Operação Carajás. Certos locais da beira do Araguaia, como a Palestina, não ofereciam mais segurança. Mas eles ficaram um ano lá. Assim, a Palestina ficava incorporada à área de nosso trabalho. Depois o Amauri, que conhecia um pouco de saúde, foi morar no povoado de Santa Cruz, levando o mesmo tipo de vida que na Palestina, ajudando

o povo no tratamento de certas doenças.

Entra então a Operação Carajás, juntamente com a Transamazônica. Sabíamos que existiam planos de estradas para a Amazônia; o que não se sabia direito era o traçado, até que chegaram os primeiros homens na região de Estreito, começaram a entrar no Pará e instalaram um grande acampamento na Palestina.

O pessoal do acampamento consumia tudo do lugarejo, a vida passou a girar em torno do acampamento. Com muita mão-de-obra de fora, o custo de vida subiu. A população chamava até de Transmiséria aquela estrada maluca, de traçado confuso. O pessoal se assustava.

Entre nós discutíamos que a Transamazônica tinha interesse econômico, político e militar. Econômico porque era voltada para beneficiar os grandes grupos econômicos que estavam se fixando na região através da política de incentivos. Em segundo lugar, o grande objetivo da estrada era de interesse estratégico. Isto é: cortar uma grande região de selva, já que os militares consideravam aquela região como área potencialmente favorável para o desenvolvimento de guerra revolucionária partindo do campo; o negócio era cortar as reservas que existem na área.

Chegamos à conclusão de que a abertura da estrada, na medida em que a gente já estava instalado na região, não ia trazer grandes problemas para nós. Se ela tivesse sido aberta antes da chegada de homens nossos, aí sim. Víamos até elementos positivos: por ela ia chegar muita gente para a Amazônia. Para fortalecer esse objetivo estratégico, veio a Operação Carajás; foi exatamente no projeto de abertura do traçado, principalmente Marabá e Araguatins.

Lá por novembro, a gente já sabia que os militares iam fazer uma operação antiguerrilha em Imperatriz e Marabá. Essa operação ia se dar na área do nosso destacamento de Marabá. Então, nos preparamos em dois sentidos: primeiro, sabíamos que quando eles fazem operação antiguerrilha, amedrontam a população, prendem gente, depois soltam. Não famos chamar a atenção pelo tipo físico ou fala; os que estavam bem curtidos continuaram a viver nas áreas da operação — e se possível iriam presenciar.

A operação envolveu toda a região. Desembarcaram tropas, andaram em algumas picadas. Eu presenciei no mato, porque os helicópteros passavam bem perto da área da gente. Não chegaram a baixar em casa, mas nas áreas dos outros destacamentos eles baixaram.

O GUERRILHEIRO

Fizemos uma análise da manobra, que se diferenciou muito da tática que eles usaram contra a gente depois, em 72. Porque nessa manobra eles foram convencionais: ocuparam certos pontos físicos em determinados lugares. Isso, numa guerra de guerrilhas, foge inteiramente.

Vimos que eles estavam mais ou menos preparados para o combate na selva. Serviu como alerta de que eles estavam atentos. Em áreas vizinhas, como Carolina e Imperatriz, foram fixados aqueles cartazes de pessoas procuradas na cidade e pediam a ajuda do povo contra hipócritas guerrilheiros.

De um lado a gente estava entrando lá, se consolidando; de outro, com os grandes projetos agropecuários, a situação da maioria do povo do Sul do Pará, principalmente a dos posseiros, se tornava aflitiva. O choque pela posse da terra passou a ser uma constante. Também falo nessa situação na carta-defesa aos juizes militares:

“A abertura de estradas na Amazônia é voltada para interesses estratégicos de natureza militar, econômica e política. Segundo relatório do Conselho Nacional de Segurança e do Conselho de Política Econômica Internacional dos EUA, a Amazônia está entre uma das três mais importantes fontes mundiais supridoras de recursos naturais.

(...) Durante o período de construção dessas estradas, as companhias construtoras receberam vultosas somas dos cofres públicos. Desmatam selva sem nenhum planejamento, os trabalhadores contratados pelas construtoras recebem um salário de miséria e ainda são espoliados pelo sistema do barracão.

(...) A colonização da Amazônia, divulgada como medida para salvar a população pobre e abandonada do Nordeste e de outros Estados do país, tem aumentado a situação de miséria dos que, sonhando com a “terra prometida”, se deslocam para aquela região, indo servir de mão-de-obra para as grandes companhias estrangeiras. A colonização através das agrovilas é um sistema sobejamente conhecido. Apresentada como “terra da promessa” para o povo pobre, atrai muitas famílias. Essa população será a vanguarda de um exército que lutará contra a floresta, contra a fome, a miséria e a doença. E vencerá à custa da morte de seus filhos, da perda de seus bens, tornando essa terra produtiva. Para depois ser expulsa pelas grandes companhias.

(...) Quando os moradores exigem seus direitos e resistem à exploração e às humilhações, eis que os capangas, as tropas da Polícia Militar e das Forças Armadas estão prontas para cumprir com sua missão.

Foi assim que tiveram lugar os acontecimentos de São Domingos do Capim, em outubro de 1971, quando os proprietários da Fazenda Paraporã expulsaram 600 famílias, incendiando suas casas e roças. Em outra ocasião, a Companhia Agropastoril Lago Azul, situada nas margens da rodovia PA-70 e dirigida pelo coronel reformado da Força Aérea norte-americana, John Davis, convocou a polícia para expulsar os moradores que

ocupavam o seus 400 mil hectares de terra no município de Paragominas.

Em junho de 1970, a Frenova (Fazendas Reunidas Nova Amazônia), instalou-se no município de Luciara, no Mato Grosso. Conseguindo alguns títulos de posse, começou a ameaçar 35 famílias daquele povoado. Ainda em 1970, os proprietários da fazenda, com a ajuda da Polícia Militar, concluíram uma cerca de arame farpado no meio da rua, derrubando casas e atravessando as roças dos moradores daquele povoado. Em dezembro de 1971 ameaçaram envenenar a água do lugarejo. Em novembro de 1972 é a vez do Exército entrar no povoado.

(...) Em fevereiro de 1972, os proprietários e capangas da fazenda Codeara, em união com soldados da Polícia Militar, invadiram o povoado de Santa Terezinha, no município de Barra do Garças, no Mato Grosso, dizendo-se donos daquelas terras. Há anos que esta empresa ameaçava e perseguia os posseiros daquele povoado. Como a ameaça não bastasse, destruíram o ambulatório e o poço d'água. Os posseiros e meeiros foram perseguidos, presos e espancados pelos agentes da empresa e da polícia. Em consequência, alguns morreram e o padre Francisco Jentel, que há muitos anos vivia naquela pequena cidade, servindo e defendendo o povo, foi preso, condenado e viu-se forçado a abandonar o país.

Em fevereiro de 1972, a minha posse, como de muitos outros moradores dos lugarejos de Santa Isabel e Santa Cruz do Araguaia, foi ameaçada de invasão pelo grileiro Olindo, capitão reformado da Aeronáutica e dono da fazenda Capingo (Capim Goiás), no norte do Estado de Goiás.

Em julho de 1973, dois mil trabalhadores de Conceição do Araguaia denunciaram em cartas dirigidas aos ministros do Trabalho e da Agricultura as precárias condições em que viviam e a ameaça permanente de serem expulsos de suas terras pelos proprietários da Companhia Agropecuária Rio Araguaia (Capra), pertencente ao grupo Bradesco. Relataram ainda a morte do lavrador Francisco Moura Leite como consequências da perseguição de que foram vítimas.

Em princípios de julho de 1973, ocorreram fatos que afligiram a população da Prelazia de São Félix do Araguaia e a igreja; seu bispo, dom Pedro Casaldáliga, foi submetido a prisão domiciliar e alguns de seus assessores foram presos e levados para local ignorado".



"A Sueli, nissei, filha única deixou tudo..."

Em cima dessa situação era preciso tomar certas medidas para acelerar o quanto antes a nossa preparação, que também era feita em outras áreas — Caiano e Apinajés. Os outros grupos tinham suas particularidades, mas o caminho de preparação era o mesmo.

Em 71 já se tinha condições de dar um passo mais significativo, não só pela chegada de

O GUERRILHEIRO

mais companheiros — que até a metade de 71 já eram 20 — como também devido à experiência que se tinha acumulado no último semestre de 70. Isso já possibilitava desenvolver o nosso trabalho de domínio da mata de maneira mais fácil. Se antes a gente tinha dificuldades, a partir de 71 elas vão ser maiores, já que vamos ter que atuar numa área mais ampla, com mais gente. Mas também já tínhamos mais condições de resolvê-las, mais experiência, mais conhecimento, maior domínio do terreno.

A partir de 71 chegam vários companheiros, durante o inverno — de janeiro até fins de maio é inverno bravo. E é exatamente a partir desse inverno que se vai desenvolver esse trabalho de roça. Duas coisas a gente estava tocando: a construção de mais casas para os novos, e a partir disso vai ser aberta a casa no pé da serra das Andorinhas, a 6 quilômetros da casa da Gameleira, e mais outra descendo o rio Gameleira no sentido do Araguaia, também mais ou menos a 6 quilômetros da casa principal.

A abertura dessas casas envolvia muito trabalho, não era só chegar lá, fazer a casa; significava abrir uma roça, viver nessa região. Além desse trabalho estávamos fazendo a colheita de nossa roça de um alqueire na Gameleira; e no castanhal a gente tinha que deixar a castanha pronta, não só para vender como para comer.

Foi também nesse ano que chegaram as primeiras mulheres. A Sueli, nissei, filha única, professora, deixou tudo. Nunca tinha saído de casa, sem experiência no campo, 22 anos, estudante de Letras. Ao chegar lá, ficamos preocupados com a sua fase de adaptação, mas foi uma surpresa para todo mundo: ela se integrou com as mulheres da região e facilitou em muito o nosso trabalho. Com elas chegaram outras companheiras: a Tuca, de São Paulo, enfermeira profissional, e do Rio veio a Lia. Chegou a Mariadina e a Valquíria. Mariadina era estudante de Geografia na Bahia.

As mulheres participam de todos os trabalhos. Enfrentam maiores dificuldades na adaptação, devido toda a herança de formação anterior. Foi importante sentir o engajamento da mulher no mesmo nível do homem, e observar que a diferença seria eliminada a partir do próprio homem ao confiar na capacidade da mulher, e da própria mulher demonstrando a sua força política, física e militar.

Nessa época chegam também dois companheiros da cidade — o Zezinho e o Gil — mas que viveram muito tempo no mato com expe-

riência de roça, caça e orientação na mata.

Assim nos instalamos numa área extensa — 20 quilômetros de frente por 20 de fundo.

Essa região ia da Palestina a São Geraldo, pegando os fundos da mata, região nossa! Com a chegada dos outros começou a ter condições de se criar um *Destacamento*. Antes disso se formaram os *grupos* de guerrilheiros, cada um com sete. A primeira tarefa era desenvolver nosso trabalho de roça, aprofundar a atuação política, resolver o problema de mantimentos, se fixar todo mundo. E aí dar um salto.

No terreno político, a fase de pequenas conversas vai dar lugar a um relacionamento muito mais direto e integrado com a população: vamos trabalhar juntos, abrir picadas de uma casa pra outra, fazer mutirão para trabalhar na roça. A gente era um deles!

Em meados de 71 vamos elaborar, junto com a população, um programa com as reivindicações da região, desde o problema de terra, grilagem, saúde, miséria, falta de comércio até o problema mais geral dos camponeses, que desemboca na reforma agrária.

Era um programa de 27 pontos que se propagava naturalmente. Porque, se íamos juntos para as novenas e festas, ficávamos conhecendo os problemas deles. Esse programa, quando ia pros mutirões, era discutido numa conversa natural. Com base nele foi organizado o movimento ULDP (União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo).

Na preparação vinha a questão de como tratar a violência. Como disse em minha carta-defesa:

"Cuidava da defesa militar para me defender das arbitrariedades cometidas na região, como também porque, sabendo que poderia voltar a ser perseguido, não encontramos outra forma de defesa que não fosse contar com as armas, a selva e seus recursos".

Agora, se a gente tivesse condições de o povo se organizar livremente, de fazer um trabalho com ele sem precisar de armas, se fazia isso. Quer dizer: o uso das armas não é pelo desejo de pegar em armas simplesmente, era uma necessidade. Na medida em que os canais normais são obstruídos, você cria outros canais — e as armas aí estavam para abrir novos caminhos.

Veja que até hoje a situação no interior do Brasil inteiro é tensa; qualquer pessoa que faz um trabalho junto à população é perseguida e presa. Veja o que aconteceu: mataram padre,

O GUERRILHEIRO

ameaçam expulsar bispo... Porque ninguém se preocupa com a situação dos camponeses. Se alguém começa a fazer um trabalho, eles caem em cima.

O interior é onde está a força mais reacionária do país — os grandes proprietários de terras. Mais obscurantista, mais violenta, que tem uma tradição maior de massacre do povo, desde o coronelismo até hoje.

Na cidade até que existem certas coisas atenuantes, né? Você imagina: se um camponês fica sem terra no interior, como é que ele vai fazer para acertar o problema? Vai apelar pra quem? Se tudo que existe no interior é em defesa do fazendeiro-chefe político... Ele fica à mercê do cara. Pra ele poder conquistar o dele, tem que se organizar independentemente e tudo. Aí os caras vêm em cima.

Assim, essa questão lá do Araguaia coloca um problema muito sério do Brasil, o drama desse povo que trabalha no interior. Ele parece que faz uma procissão todo dia, permanentemente, é sempre escorraçado. Esse processo é secular, deu motivo a Canudos, Lampião, Contestado, Porecatu, Formoso. E também ao Araguaia.

E aí tem que se considerar um dado: que aquela população que vive na Amazônia já vai fugida de outras regiões para lá, considerando aquilo como um lugar tranquilo. Onde a gente morava, inclusive, todo mundo comentava:

— Pelo menos aqui a gente tá sossegado.

Esse problema se reflete também em cidades como São Paulo e outras, cheias de favelas, desemprego, problemas sociais, porque aí eles vêm a perspectiva da cidade como ascensão, uma melhoria, e nada.

E tudo isso é uma questão simples, simples para resolver mas difícil porque depende do poder político: é resolver a questão da propriedade da terra. Se resolver isso, o resto vai fácil. Mas emperra ao passar no problema político. É só ter liberdade para os camponeses terem sua terra, cultivar, se organizar em cooperativas e sindicatos que a produção aumenta, e melhora seu nível de vida.

Na cidade sempre discutíamos "o caminho para levar o povo ao poder". O que podíamos fazer? Como eliminar os grandes obstáculos que se colocavam? Como acionar o potencial político dos camponeses no Brasil? A luta deles pela posse da terra e por melhores condições de vida é uma realidade. Mas, para nós, ela só pode dar resultado se os lavradores se unirem

com os trabalhadores da cidade, sob a direção de um partido político. Achávamos que a luta armada era um meio para isso, situando-se naturalmente no dia-a-dia dos conflitos armados que ocorrem no campo.

Fomos para o Sul do Pará, ponto de partida de uma caminhada. Só vivendo com os camponeses, baseados em nossa experiência política e em nossas convicções, poderíamos contribuir para que eles se unissem com a classe operária e outras forças progressistas nas lutas pela transformação da sociedade.

Mas, nossos planos não se limitavam ao Sul do Pará. A partir dessa área, queríamos alcançar outras regiões do campo, mas sempre em estreita relação com a cidade, que também contribuiria com apoio político e material.

Queríamos desenvolver a luta dos trabalhadores na cidade, mobilizar politicamente os democratas e patriotas em torno das questões mais sentidas com o objetivo de participar na formação de uma frente democrática e popular. A gente via a luta nas cidades como estímulo à luta no campo e vice-versa. Das cidades se esperava solidariedade na divulgação, ajuda material, cobertura...

Na fase inicial, a luta se daria a partir de pequenos grupos em áreas favoráveis do ponto de vista político e geográfico, com retaguarda segura — de um lado, a selva; do outro uma região bem habitada para os padrões amazônicos —, com cobertura da mata e longe das bases de apoio das Forças Armadas.

Tínhamos que contar com o apoio de nossas próprias forças. O trabalho de transformar a selva de inimiga em aliada e se vincular com o povo da região. Com o tempo instalaríamos bases de apoio em áreas libertadas. Com o correr da luta, planejávamos a criação de um Exército Popular com sólida base política no campo e na cidade. Sabíamos que a luta ia ser prolongada e difícil. A Guerra seria de todo o povo.



“A selva —
o nosso
refúgio, a nossa casa”

Cuidar do aprendizado militar era para nós uma questão inteiramente nova. Tínhamos que saber usar a topografia e as armas da região. O

O GUERRILHEIRO

primeiro passo era a adaptação física. A preparação não nasceu e nem podia nascer de outros instrutores de fora da guerrilha, em outros lugares em que já se conhece a guerra de guerrilha.

A nossa preparação nascia na própria região. Por exemplo: fazer uma emboscada na selva é uma coisa; emboscada na serra é diferente. A gente também levava em conta que não podia contar com o apoio político declarado da população, porque, se houvesse isso, a repressão vinha e nos pegava.

Nessa época já tinha mais ou menos 20 pessoas. Depois chegou mais um ou dois. A idade média era 27 anos — gente de 22 a 40, o mais velho era o João Amazonas. Havia cinco mulheres.

Aí passamos a viver mais dentro do mato. Nossa vida tinha o aspecto normal da casa, dos lugares que a gente habitava e a nossa vida dentro da mata.

Com a chegada, em julho de 71, dos últimos, e a preparação que já se tinha, começamos a ter uma vida mais disciplinada, inclusive como condição fundamental dessa preparação militar.

Em casa, tínhamos um programa que ia das 6 às 10 da noite. A casa era um barraco grande, não tinha quarto. Lá ficava a cozinha e o lugar das redes. Nessa época tínhamos um equipamento — armas, remédios, mantimentos — e uma mochila que não ficava em casa, justamente porque os lavradores não têm mochilas.

Numa emergência se correria em determinada direção levando o que fosse necessário. Na minha casa morávamos em quatro — eu, Sueli, Osvaldo e Glênio. A média das outras casas era essa mesma. Tinha quatro casas nessa época. No castanhal morava mais gente, porque era uma casa mais afastada, e montar um castanhal precisa de mais gente; já a roça, precisa menos. Nossa casa era a mais procurada.

A gente acordava às 6 em ponto. Fazia ginástica de características militares, exercícios para enrijecer os músculos. Era feita no terreno de casa, porque na área, das 6 às 7 e 30, não circula ninguém. Uma corrida, um pique, camuflagem, rastejamento; carregar peso, ficar com o braço estirado para adquirir resistência no pulso, carregar um companheiro imobilizado. Uma hora e meia de ginástica pesada. Era geralmente dirigida pelo Osvaldo, o comandante geral.

Cada grupo tinha um chefe. Tínhamos uma norma geral: ficar correndo durante uma hora sem parar dentro do mato. Como se morava às margens do Gameleira, tinha quase meia

hora de natação. A gente atravessava o rio com peso nas costas.

Quando se ficava em casa, uns trabalhavam na roça ou apanhando arroz, de acordo com a programação — tinha banana, inhame e mandioca —, outros iam para o mato caçar. Ao mesmo tempo, treinamento de sobrevivência e resistência.

Então a gente ficava o dia inteiro na roça, e comia um prato que chamamos de quebra-jejum. Ia para a roça, ficava até umas 6 horas, jantava e ficava à disposição do noticiário.

Quando se estava no mato era bem diferente. O tempo que se ficava dependia do que a gente estivesse fazendo: reconhecimento, caçando ou fazendo treinamento militar. Na selva nem se fazia ginástica porque a vida dentro do mato já é uma ginástica. Ficávamos andando, caçando, reconhecendo grotas, tipo de vegetação, de morro. Ia até umas 4 da tarde, dormia até umas 5 e meia, no outro dia levantava acampamento — 5 e meia, 6 horas.

Ia para o mato de dois ou três, nunca ia só e geralmente um era responsável pelo resto. Vamos treinando e a vida na mata vai se tornando cada vez mais importante, cada vez se dedica mais tempo. Isso porque a guerra ia ser travada essencialmente na selva, o nosso refúgio, a nossa casa.

A medida que a gente tinha uma vida aberta com o povo, não tinha problema viver com certos cuidados dentro da mata. Também dentro dela a gente fazia muito trabalho com o pessoal dos lugares por onde se passava; era também uma espécie de treinamento.

O mapeamento que já se tinha era mais das linhas gerais da região: Gameleira, Araguaia, as principais áreas, os lugares.

A preparação era organizada em três itens: primeiro, a preparação teórica da guerra — leis gerais de guerras na região, as características gerais da guerra de guerrilha, discussão feita em cima dos clássicos, de Visconde de Taunay (*Retirada da Laguna*) e Euclides da Cunha (*Os Sertões*). Era preciso se habituar com a linguagem da guerra, porque ia servir para o dia-a-dia. Que eu saiba, quem tinha tido treinamento de guerra era basicamente o Osvaldo, que fez o CPOR, e o Arroyo, que participou daquele movimento de camponeses em Formoso, Goiás.

Outro ponto dessa preparação teórica era sobre as qualidades de um guerrilheiro. Nossa concepção era a de que o guerrilheiro é um cara que faz tudo: trabalha na roça, faz política,

O GUERRILHEIRO

combate. A gente discutia muito as qualidades morais de um combatente: solidariedade, respeito ao povo, espírito coletivo — isso se colocava até na prática: ou vence todo mundo ou não vence ninguém. Um tipo de vida em que não podia ter um cara que era o bom: ou vencia o grupo ou não vencia ninguém. Se você faz uma marcha e um grupo marcha bem, outro mal, o que ocorre é que não há um nível único de preparação.

A outra fase de preparação era de natureza mais tática: usar os principais conhecimentos que a gente tinha, baseado na região e nas experiências universais. Por exemplo, sobrevivência na mata: já tínhamos um manual de sobrevivência na mata — as principais frutas, as principais caças, como tratar da caça, como obtê-la sem risco; como fazer fogo na mata, como despistar, correr... Também catalogamos as principais raízes, os cipós que davam água, os tipos de fruto de cada área.

Outro ponto: a orientação. Um grupo que não sabe onde vive, uma guerrilha sem domínio do terreno é uma guerrilha cega. Nos orientávamos pela bússola, a Lua, o Sol, as estrelas — e havia companheiros com conhecimentos mais gerais de Astronomia e Geologia.

Um método é utilizar o Sol, que todo mundo usa. Mas o Sol não é tão preciso, é mais para a pessoa não se perder, se orientar, saber andar com ele na frente ou nas costas, o Sol de dia e de tarde. Quando era meio-dia, parávamos — ninguém sabia para onde ele caminhava.

Tinha a orientação pelo sistema de drenagem, porque uma grotta vai dar na outra até dar no Araguaia e do Araguaia, o mar. Esse conhecimento era fundamental mas não suficiente, porque e se a gente usa um sistema desses em combate e sai no lugar em que o inimigo estiver? O Cruzeiro do Sul também servia.

Tínhamos os mapas oficiais do IBGE, mas também não eram suficientes, não davam grotta, tipo de selva, o rio. Era preciso um conhecimento detalhado. Começamos a mapear a região a partir do meio de 70. Antes a gente tinha os pontos gerais de referência — Araguaia, serras das Andorinhas, serra dos Carajás. Partindo desses pontos, começamos.

Uma grotta. A gente pegava bússola, saía do ponto inicial do Araguaia, andava 5 minutos — e você tem uma base mais ou menos de que andou alguns metros e marcava na bússola que dá 30°; depois anda mais 5 minutos e dá 40°, e vai marcando num caderninho. Chegando em

GUERRILHEIRO

casa você pega o papel apropriado para mata e joga aqueles dados numa grotta — e tinha a direção da estrada.

Daí vai colocando os morros, as características da selva. Por exemplo: mata avarandada, mata de babaçu. Você não só tem a direção específica daquela grotta, como também o tipo de vegetação, de solo, de morro. Se for planejada uma marcha naquele terreno, você sabe o ritmo da marcha. Uma coisa é você marchar numa mata tipo avarandada, outra é numa mata de cipoal. Aquele papel era o nosso guia.

Existiam vários grupos mapeando ao mesmo tempo. Todo mundo ficava conhecendo aquela grotta. Esses mapas geralmente ficavam com o responsável pelo grupo. Usavam-se tubos de bambu para guardar o mapa, porque não podia dobrar nem molhar.

Íamos para o mato de mochila, mas colocada dentro de um saco branco: amarrávamos as duas pontas de cada lado, formando uma alça que se usava como mochila. Nesse reconhecimento, passávamos vários dias na mata — cinco dias a partir de 70. O meu destacamento mapeou a região que vai da Palestina a São Geraldo.

A gente também tinha aula prática de acampamento. Tem que fazer camuflado, não pode fazer em região que pode cair pedra, pau, água, nem em beira de estrada. Tinha também a parte de emboscada, assalto, fustigamento.

A terceira fase era a preparação de caráter individual. Por exemplo, habilidade de correr. Já avançando na preparação, saímos de casa dois, três, quatro, só com sal, farinha e munição, para passar um mês na mata. Nas marchas, por exemplo, em grupo pequeno ou grande, já se ia treinando tudo. Quando se passava, não quebrava galho, não quebrava nada, porque daí era muito mais fácil camuflar; atrás vinham os camufladores e mais atrás um observador, que via como tudo era camuflado. Também se fazia treinamento de um grupo sendo guerrilha e outro não sendo; então ia um grupo marchando, ia outro atrás para pegar.

Geralmente, quando a gente acampava, construía um local para fazer nossas necessidades fisiológicas num lugar só, e depois tampava. Armavam-se redes, não se deixavam rastros, depois saía e camuflava aquilo. O importante era se movimentar, parar mas ao mesmo tempo não deixar rastro, aprender a despistar e cortar rapidamente o contato com o inimigo.

Nos treinamentos de assaltos a gente se aproximava de lugares sem ninguém perceber.

Nos fustigamentos dávamos tiros com bala de festim... Esses treinamentos vão nos aproximar da realidade da guerra, porque eram duros. Se tinha alguém com malária, ele participava do treinamento para ver sua resistência, marchando assim. Era preciso ver o nosso ritmo na mata com os 20 quilos da mochila.

Essa preparação era diária, a gente fazia em casa ou na mata, durante o inverno, principalmente, porque aí os rios enchem e há menos gente na mata.

Junto com essa preparação militar, teórica e prática, e com o próprio avanço que a gente já tinha conseguido, constituímos um destacamento. Um destacamento não se constitui do zero, surge a partir das necessidades internas de nossa preparação, da vida com o povo e dos objetivos políticos e militares.

A nossa tática geral era a seguinte: fomos para lá contribuir com a organização da população e, para fazer esse trabalho, tínhamos que nos organizar em pequenos grupos de guerrilheiros que pudessem fazer um trabalho político com a população e estendê-los à população. Então, nossa organização era descentralizada por baixo e centralizada por cima. Descentralizada pela base porque se tinha três grupos, com sete companheiros cada, e tínhamos as nossas casas. O meu grupo era o pessoal da minha casa e o da serra das Andorinhas. Cada um tinha um chefe e todos eram coordenados pelo Osvaldo, o comandante militar, e o Bronca, vice-comandante.

A comunicação com fora — São Paulo, por exemplo — existia. Agora esse é um assunto que na época eu nem sabia como era feito e até hoje ainda não sei.

Os grupos eram pequenos para facilitar o trabalho político. Cada um tinha sua área de atuação, para facilitar um combate — não poderíamos ser cercados todos juntos. Cada grupo tinha autonomia em treinos de sobrevivência, para resolver seus problemas alimentícios...

O Osvaldo acompanhava a programação no dia-a-dia e via onde estava furado, onde estava a falha. Quanto mais a gente se preparasse, mais tinha condições de enfrentar o tipo de guerra que ia existir na região. A preparação é a porta de entrada da guerra.

Tudo que se fazia era avaliado coletivamente, nada ficava com uma só pessoa. Do ponto de vista do trabalho, se avançava na tática militar e no trabalho de roça. Do meio de 71 para 72 era uma fase assim de conhecimento

geral de nosso trabalho. Vamos desenvolver uma roça grande, vamos fazer muitas roças, participar com muito adjuntos, de grandes mutirões e ao mesmo tempo fazer treinamento. Nessa fase — no início a gente folgava aos domingos — não se folgia mais.

Outro aspecto eram as possíveis saídas de emergência das casas. Eram previstos ataques do inimigo: ataque instantâneo, de helicóptero, de pequenos grupos. No meio da noite, você dormindo, vinha um aviso e você tinha que acordar. Treinava retirada da roça, decidia para onde ia. Ataque aéreo era colocado para a gente como problema permanente, porque a qualquer momento a gente podia ser atacado. Daí se planejava para fugir... pontos de reencontro na mata, não se podia deixar pista.

Essa fase vai ser de uma certa forma concluída em sua primeira etapa. Fizemos um plano geral de trabalho na roça, de treinamento de capacitação individual, de estudo teórico, que era um planejamento levando em conta o seguinte: adquirir as condições mínimas — as próprias lutas dos posseiros da região, o clima tenso que existia e a nossa própria capacidade de defesa junto com o povo. Estabelecemos um prazo: até dezembro de 72.

Conseguimos organizar um serviço de saúde. Vamos ter aulas práticas e teóricas de primeiros socorros e cada grupo tinha alguém encarregado da parte de saúde. Vamos resolver problemas como o da malária, que se enfrenta de maneira mais organizada. No segundo semestre de 70, quando cheguei, o Osvaldo teve uma malária que quase morria. Mesmo sem conhecimento, tivemos que aplicar soro na veia dele.

A gente treinava correr com um amigo baleado, como enfaixar uma perna quebrada, como estancar uma hemorragia. Aprendemos a tratar dente ou mesmo arrancar: sentava num jirauzinho e colocava uma forquilha no pescoço; aplicava anestesia e arrancava o dente. Arranquei dois dentes assim. Tinha um companheiro com segundo ano de Medicina.

Então, o fim de 71 para 72 foi uma fase de grandes êxitos para nós. Estávamos com grandes roças plantadas e abertas, o castanhal cultivado... Aí juntamos todo o destacamento na casa principal, na noite de 31. Junto todo mundo — às 9 da noite vinha chegando gente do mato — num ambiente de alegria.



“Ano novo: todos juntos, felizes”

Íamos comemorar uma passagem do ano diferente da de 70 para 71, que foi com um número reduzido de pessoas, mais ou menos cinco, com malária, a gente sem conhecer a região, sem relacionamento com a população, meio perdido ainda.

Essa agora era uma passagem vitoriosa: havia três grupos! Cada um preparou um teatrinho. O nosso fez uma espécie de jogral mostrando o roteiro da nossa vida desde que a gente saiu da cidade. Colocávamos as dúvidas: deixar a família, a Universidade, a cidade, até a decisão; as primeiras impressões no mato, as primeiras mancadas, a gente pisando em ovos e a fase de domínio da região.

Outro grupo fez um jogral tipo literatura de cordel, com o programa dos 27 pontos, e o outro apresentou como era a vida na mata. Uma alegria geral. Teve muita cantoria, emboladas, o Idalício tocava violão. A gente caçou carne, catou fruta e o arroz de nossa roça. Cantamos “Apesar de Você”, “Viola Enluarada”... músicas que tinham relação com nossa vida de estudante.

A gente tinha alimentos, remédios e munição na mata. Essa era uma das tarefas mais sigilosas. Cada destacamento tinha uma logística porque ninguém conhecia tudo. As nossas armas foram conseguidas na região: espingarda — 12, 16, 20, 36 —, revólver 32, alguns 44. Nada conseguido fora. Algumas coisas compramos no comércio de Xambioá e Marabá, outras a gente trocava. Chegamos a enterrar armas, colocar dentro de troncos de árvores. Deixei farinha ficar um ano e depois ela tava boa. Cada um tinha uma técnica e um local desconhecido pelos outros.

Quando começa 72, vamos avançar em todos os sentidos. Por exemplo: no nosso trabalho de 70 e 71 foi a fase de inverno e de chuvas e logo em seguida a colheita. Cada grupo produziu além do consumo dos sete combatentes, uma produção que poderíamos até estocar.

Os três primeiros meses de 72, que antecederam o ataque do Exército, foram marcados pela intensificação da preparação e um aumento dos conflitos pela posse da terra. Viemos de uma experiência vivida no ano de 70 e 71. tí-

nhamos avançado no exercício de nossa preparação política e militar e já estávamos adaptados.

Quanto ao relacionamento com a população, começam nessa época os grandes conflitos pela posse da terra com os grandes grileiros, grandes fazendeiros da Amazônia. Vamos fazer um trabalho mais avançado com a população, se integrar mais naquela luta com os posseiros. Começa a ameaça.

Lá na Gameleira, como também em todos os outros lugares, a gente vivia integrado com a população. Os nossos vizinhos sempre nos ajudavam e vice-versa. Tinha moradores que sempre que matavam uma caça, mesmo que fosse um tatu, davam um pedaço. Também fazíamos o mesmo.

Logo que chegamos lá, a malária nos maltratava muito. Um dia estávamos sem nada o que comer e um vizinho nos ensinou a arrancar inhame, deu uma verdadeira aula. Um casal que teve duas crianças gêmeas deu uma das crianças para um casal que, como a gente, vivia lá há algum tempo. A Tuca, uma enfermeira, normalmente ajudava nos partos das vizinhas dela. Lá em Caiano, a Dina era professora, parteira.

O João Carlos, que era médico, mas que não podia se apresentar como tal, certa vez ao saber que uma mulher estava quase morrendo devido a um parto incompleto e com o filho já morto, não teve dúvida, disse que entendia de medicina e com apenas uma gilete tirou o menino morto e salvou a mulher.

Depois que nos tornamos lavradores, a confiança na gente era muito grande. No início de 1972, eu e o Osvaldo, quando passávamos na casa de um lavrador que morava na mata, assistimos a uma cena emocionante: ele começou a chorar juntamente com a mulher e uma filha, nos mostrou a documentação real dele e lamentou não poder usar seus documentos com nome verdadeiro, porque era perseguido do Maranhão devido a problemas de terra.

Nossa área era muito cobiçada, porque fica entre a serra das Andorinhas e o Gameleira. Terras férteis e boas para a criação de gado. Nosso destacamento começa a sofrer ameaça de expulsão. Então, a gente vai conversar com todo mundo, a população começa a procurar a gente. E se acerta coletivamente, com todos os moradores da região, que ninguém devia sair de lá, não dar a posse pra nenhum grileiro. Era ameaça para toda a região — Santa Cruz, Santa Isabel e mesmo as margens do Gameleira. Au-

O GUERRILHEIRO

menta a perseguição política, inclusive pelos órgãos de segurança.

Estávamos numa corrida contra o tempo. Só aí é que vamos homogeneizar a preparação, porque até aí cada grupo tinha feito um treinamento inteiro, e agora vamos ter uma programação mais coletiva. Fizemos uma manobra simulada de todo o destacamento.

Fizemos tudo: desde retirada da casa, ida para o mato, marcha, acampamento, emboscada, tudo feito em pleno inverno — 20 pessoas no mato, mais ou menos uma semana. Me lembro que, no dia que a manobra terminou, dois estavam com malária — o Idalício e o Ferreira.

Chegamos em casa cantando. Chegamos no castanhal, o lugar mais afastado. Era a segunda vez que o destacamento se reunia todo. Trouxemos um veado. Aí fomos balancear toda a manobra, e se constatou que existia algumas debilidades: alguns camuflavam bem, outros não; uns tinham facilidade para correr na mata, outros não... Então se ia tapando essas debilidades.

O treinamento ocupava uma parte da atenção, mas isso não significava que a gente ficasse só treinando. O trabalho de roça era um dos maiores que tínhamos. Agora, como aumentou nossa capacidade, nossa experiência e o número de pessoas, tínhamos mais condições de fazer mais coisas.

De março para abril de 72 começamos a colher o arroz plantado em dezembro, uma grande quantidade, uma admiração. Estávamos sentindo na prática que éramos de fato lavradores e pessoas naturalizadas na região.

Em fevereiro, fui conhecer a área de outro destacamento, o do Paulo Rodrigues, em Caiano, São Geraldo. Conheci em função da necessidade de algum dia ir lá, transmitir algum recado, articular o esquema de retirada da região. Quando fui, só eu fiquei sabendo. Fui com o Paulo, já conhecia ele, sempre estava na Gameleira. Caminhamos uns 70 quilômetros, um dia todo — saímos de manhã e chegamos à noite. Fomos conhecendo a região. Agora, é claro que estávamos ali cumprindo uma tarefa, treinando para o dia que fosse preciso avisar alguma coisa, como de fato aconteceu mais tarde.

Eu ia com aquela alegria de conhecer outros companheiros. E de fato essa grande alegria aconteceu. Lá tinha um companheiro... nós estudamos juntos, éramos da mesma Universidade, da mesma entidade estudantil — em 67, quando eu era presidente do DCE do Ceará ele era vice — o Bergson Gurjão Farias. Depois

reencontrei ele em São Paulo, fomos presos no Congresso de Ibiúna, mas não sabia que ele estava no destacamento.

Então, de noitinha, estava tomando banho no igarapé, ouvi a fala dele. Relembramos toda a nossa vida até lá, as pessoas, os amigos. Passamos uma noite conversando sobre tudo. Encontrei com ele mais 3 pessoas — Ari, Áurea e Paulo. O Paulo foi pra lá na mesma época do Osvaldo. Entrou como vendedor ambulante. Era o comandante do destacamento. Agora, o que ele fazia antes, não sei. O Bergson tinha mais ou menos a minha idade. Antes fazia Química.

Uma coisa que marcava todo mundo lá era a chegada de novos companheiros. Existia autêntica alegria quando a gente reencontrava alguém. Então, quando chegou lá a Sueli... a Sueli a gente tinha se conhecido aqui em São Paulo; a Valquíria também conheci em São Paulo; o Cumprido, que morava comigo numa pensão aqui — quando cheguei de uma viagem em casa, ele tava lá junto com outros moradores da região; falei com ele como se não conhecesse, um grande esforço para não demonstrar nada. Ele foi apresentado a mim. Até que conseguimos sair à noite e fomos nos encontrar calorosamente fora dali, dar uns pulos.

Inclusive a adaptação dessas pessoas que chegavam lá e encontravam gente conhecida era muito mais fácil. Em 72 existia entre nós um clima de euforia, com o avanço geral, e também um clima de apreensão diante dos acontecimentos na região.

Em março de 72 eu fui pra Xambioá. Ia sempre fazer compras — sal... No dia anterior os caras de Brasília tinham passado, à paisana. Vou prum hotel, é, como a mulher me conhecia bem, falou:

— Olha, passaram os federais aqui, procurando "terroristas"...

Isso ocorreu depois da morte do Jeová, em Guará, Norte de Goiás. Era dos companheiros do Molipo, dos que vieram do exterior e se instalaram ali, na beira da Belém-Brasília. Jeová inclusive foi morto num campo de futebol, fuzilado pelas costas, e surgiu o boato de que dois fugiram.

Passei em Xambioá no dia 22 de março. O pessoal me falou mas eu tinha elementos pra saber que não era a gente que estavam procurando.

A gente estava mais ou menos no geral preparado para, a qualquer momento, ser forçado a resistir.

O GUERRILHEIRO



O que mais se ouvia era: chegou a hora!

O Exército entrou no dia 12 de abril, nosso destacamento recebeu a notícia no dia 16, à noite. Nessa fase uma boa parte estava no mato — o Flávio, o Bronca, o Zezinho. Eu tinha ido fazer um trabalho com o Osvaldo no dia 15 de manhã, cavar uns buracos, mas a pá que levamos quebrou. Voltamos no mesmo dia à noite. Me lembro que, quando a gente ia chegando em casa, matamos um macaco. Chegamos, ninguém esperava, tinham passado o dia colhendo arroz, tava todo mundo cansado. Tava chovendo, tudo cheio de água.

Todo o grupo tava reunido. Estavam lendo um livro — *A Estrada de Volokolanski* —, romance que mostra um destacamento formado na época da guerra de guerrilha quando o exército alemão atacou a Rússia. E vimos uma luzinha se aproximar da casa, ficamos atentos... Quem vinha era o Idalício, marido da Valquíria, que morava no castanhal.

Ele chega pro Osvaldo, diz que tinha um companheiro do Destacamento de Apinajés, Marabá — o que sofreu o primeiro ataque — que tava querendo falar com ele, tava lá no castanhal, no sentido de Marabá. Osvaldo foi pra lá. Tivemos que tomar algumas providências: naquela noite mesmo a gente teve que se preparar, organizar nossas bagagens, tirar o máximo que pudesse tirar de casa.

A última vez que vi o Osvaldo foi exatamente na meia-noite do dia 15. Ia andar umas quatro léguas na mata. Saiu com uma capa preta, tava chovendo. Ele se despediu, deixou as tarefas — uma delas, contatar o pessoal na mata, que morava no Gameleira, e o Amauri, lá em Santa Cruz. Enfim, reuniu todo mundo: o pessoal ia se reencontrar na mata e eu ia levar a notícia a outro destacamento.

A notícia não era de ataque, mas de "coisas estranhas". Nada claro, tanto que no dia 15 ainda não recebi ordem de ir noutro destacamento. No dia 16, ao meio-dia, veio outro companheiro do lugar onde estava o Osvaldo confirmar que eu tinha que ir ao Caiano.

A frase que a gente mais ouvia era:

— Chegou a hora!

Aí ficamos, de 16 para 17; o Exército não tinha atacado o nosso destacamento, nem sabia

que estava lá, e ficamos de guarda, aprontando as coisas pra ir embora.

No dia 17, às 5 da manhã, me despedi do grupo. Eles saíram para uma direção, eu pra outra. Uma parte da minha bagagem a Sueli levou — me lembro que tinha um com malária, se retirou assim mesmo; uma bagagem de mais de 20 quilos — uma muda de roupa, botina, arma (rifla 44) e revólver. Dei o relógio pro Cumprido. Me despedi dele:

— Está tudo claro e amanhã à noite a gente se encontra.

Inclusive naquele dia 16 à tarde alguns lavradores estiveram lá em casa. Viram que estávamos num clima de tensão. Falamos:

— Os grileiros estão querendo perseguir a gente. Não vamos querer ser presos, não vamos ficar em casa, vamos nos defender!

Todo mundo dizia:

— Podem contar conosco! Como é que é? Vocês vão pro mato?

A gente ia falar pro povo agora abertamente, falar o que estava existindo, o que é que era mesmo.



“Botaram um álbum com fotos do pessoal preso em Ibiúna...”

Saí às 5 da manhã com uma mochila — rede, plástico, botina, saco de remédio, revólver, facão. Cheguei às 5 da tarde, andei 60 quilômetros para chegar à casa que eu tinha ido em fevereiro. Não encontrei ninguém. Perguntei prum morador:

— Olha, vi o pessoal aqui ontem...

Fiquei procurando nas redondezas. Fui numa outra casa; não conhecia, mas tive que ir lá, e apenas reconheci que era casa do pessoal porque existiam dois burros que eu conhecia. Fiquei preocupado, porque ia levar um aviso. Isso já era noite, eu tinha me estourado todo porque fiz a viagem a pé. Dormi no mato, na noite do dia 17. Estava chovendo, armei uma rede, dormi.

No dia 18, ia voltando pro meu destacamento quando encontrei um bando de bate-paus, conhecia alguns deles, nenhum era do Exército. A gente se cumprimentou, perguntei como estava a estrada. Ao passar no meio deles, me pegaram. Eram uns 10. Tentei reagir, não con-

O GUERRILHEIRO

segui. Com eles tava o delegado de Xambioá, que me conhecia.

— É, a gente tá pegando todo mundo que tem ligação com os terroristas! Um capitão do Exército vai te interrogar!

Eles me algemaram, a mão pra frente, o saco amarrado nas costas. Botaram um cara na frente, de cavalo, outro atrás. Aí eu fujo, dou uma corrida pro mato, grito para eles atirarem — uma tentativa de escapar das mãos deles e, em segundo lugar, resistência à prisão, porque a gente tinha como princípio não se entregar vivo. Gritei:

— Podem atirar!

E eles atiraram, não para matar, o único tiro raspou a blusa. Aí foi um verdadeiro pesadelo, eu correndo com as mãos algemadas, um saco nas costas, eles atrás; caí em cima de um emaranhado de cipós, eles me pegaram. Me amarraram pela cintura, amarraram no cavalo e começaram a bater com relho de cipó até a casa onde eu tinha ido procurar o pessoal; depois me levaram de volta pro Caiano.

Eles mesmos começaram a interrogar, perguntar pelo pessoal, pela Dina, pelo Antônio, diziam que eu tinha dormido na casa deles. Ficaram das 7 da manhã às 2 da tarde me interrogando, dando pontapés... eu estirado no chão do barraco, com os braços espichados numa direção e as pernas para outra.

Aí chega um helicóptero com os militares, elementos do Codi de Brasília. Me lembro bem do major Oto, um cara de tipo alemão, cabelos grisalhos. Eles caíram em cima, já começaram com a faca, ameaçavam furar a barriga. Queriam saber onde estava o pessoal, e eu não sabia onde estava; queriam saber o meu nome, e meu nome era o que estava usando, Geraldo. Dizia que tinha dormido no mato, estava procurando o pessoal porque tinha negócio de arroz com eles, não tinha encontrado e estava voltando para casa.

Aí ficou, da noite do dia 18 para 19: eu amarrado num tronco de árvore, eles me interrogando. Nesse dia aconteceu um negócio: o cachorro da casa do Paulo me conhecia — os nossos, lá na Gameleira, nós tivemos que matar na retirada —, veio para mim, me lambeu:

— Tá vendo, você conhece o pessoal!

Sei que na madrugada do dia 19 eles pararam de bater; caí no chão, o cachorro cheirou meu corpo, encostou o focinho.

À tarde, eles — uns 10 — incendiaram a casa, jogaram granada no terreno, deram rajadas de metralhadora. Veio um helicóptero da Me-

ridional, como se chama a United States Steel lá na serra dos Carajás, me levaram para Xambioá.

De 19 a 24 fiquei na cadeia de Xambioá. No aeroporto, tava lá o Demostino, um grande comprador de castanha.

— Esse cara está sempre aqui.

Vieram de novo. Perguntavam meu codinome, eu dizia:

— Que é isso?!

Fico esses dias todos na cadeia e eles me interrogando. E daí falaram que eu era sócio do Osvaldo, e eles queriam saber para onde ele tinha fugido. Eu disse que não tinha nada a ver com isso, que eu era lavrador, era sócio, não tinha nada a ver com outra coisa. Eles olhavam minhas mãos, olhavam o meu pé — estava preto, porque eu tinha viajado com botina nova e o pneu soltou a tinta. Eles achavam que aquilo era para despistar.

Aí fui para Brasília — Xambioá, Araguaína, Porto Nacional, Brasília — num helicóptero C-43 com uns 30 militares. Eu de calção, perna toda cortada, corrente nas pernas e algema para trás. No aeroporto de Brasília me colocaram um capuz. Fomos num carro fechado para o chamado Setor Militar Urbano.

Cheguei no dia 27 e só fui interrogado 28 à noite, no Pelotão de Investigações Criminais — PIC, o DOI de lá. Botaram um álbum com fotos do pessoal preso em Ibiúna — 70 por cento desse pessoal tá morto — e me identificaram como Genuíno.

A idéia que eles tinham era que a gente estava fazendo um trabalho político no campo, mas nada de guerrilha. Eles organizaram uma expedição, uma manobra bem grande para vasculhar a região, mas não tinham idéia do que havia lá. Nessa ida das tropas me levam de volta para Xambioá, desta vez uma semana de Belém-Brasília num carro do Exército, uma espécie de pick-up, escotado por três elementos do PIC, o tempo todo amarrado.



“O primeiro morto: meu melhor amigo”

Xambioá estava praticamente ocupada. A essas alturas já havia uma base no aeroporto, instalada pelos pára-quedistas do Rio — eu fui

nessa base. Paramos antes na praça principal, no meio tinha uma fonte. Como eu tava muito sujo, me tiraram a algema, lavei o rosto. E chegam os pára-quedistas, gritam lá meu nome, dizendo que eu ia ser fuzilado.

No momento que entrei na praça, todo mundo me conhecia. O pessoal vinha, colocava a cara na porta e saía. Vinha menino, velho, me olhar. Daí me levaram de novo para a base. E de novo os interrogatórios. Já fazia mais de um mês que eu estava preso.

Nesse momento, há o primeiro choque armado de militares com o grupo comandado pelo Osvaldo. Chego, então, a Xambioá naquele clima de guerra, eles me batendo, me interrogando sobre o Osvaldo. Passei uma noite sendo interrogado, levando muita pancada. Daí eles me entregaram para a unidade de Belém.

Me lotam no 1.º BIS, no 2.º BIS, nos pára-quedistas... que eram várias unidades separadas dentro da base. Um dia, à tarde, me colocaram na frente de 50 militares, de sargento para cima, pra me verem, olharem minha cara:

— É um estudante que ficou 10 dias como camponês; então eles vivem como camponês, viraram camponeses.

★ O camponês virava suspeito!

Fico na base de Xambioá até 6 de junho. Nessa primeira manobra eles não tinham idéia de como era a coisa por lá. O general Antônio Bandeira chegou uma vez pra mim e disse que a gente parecia tatu, “se metia no mato e ninguém achava”.

Em Xambioá a coisa se alterou: uma cidade de mais de cinco mil habitantes de repente passou a girar em torno da média de cinco mil soldados. Eles estavam preparados para uma missão de vasculhamento da região, de batida geral. Chegavam a entrar no mato com caixas de algemas, daquelas que fecham e depois não abrem, tem que cortar. Uma operação limpeza, de prender suspeito.

Quando chega o helicóptero, eu levanto a cabeça do buraco, eles atiram pedra em mim. Mais tarde, chega o Bergson e mostram o corpo dele de longe, todo deformado que nem reconheci. Foi pendurado de cabeça pra baixo numa árvore, todo mundo chutando a cabeça dele. Daí eles vieram me bater dizendo que eu tinha achado graça porque um dos tenentes pára-quedistas tinha sido alvejado no combate.

É a partir do dia 6 que surge a primeira notícia da presença de pessoal armado na região. Isso sai em comunicado — o primeiro das Forças Guerrilheiras do Araguaia — onde os com-

batentes diziam que iam resistir; tinham um programa já conhecido da população, que era conclamada a resistir. Demonstravam um nível que eles não estavam esperando. Nesse período, também morre Maria Lúcia Petit, estudante secundarista do interior de Minas, que tinha dois irmãos na guerrilha, o Jaime Petit e outro de que não lembro o nome. Depois de morta, eles vão violar o corpo dela para saber se era virgem ou não. Porque ela vivia lá e eles faziam muita provocação sobre o nosso comportamento moral. Aliás, ponto em que jamais puderam nos atacar.

Quando estava preso na base de Xambioá, dentro de um buraco, apareceram vários camponeses presos. Um deles, com um tumor na perna, foi se tratar em São Geraldo e acabou preso. Outro me perguntava que negócio era aquele que amarravam na orelha dele e ele começava a "pular como sapo". Era choque elétrico.

Nesse período eles me interrogavam sobre tudo que ocorria lá, qualquer morte. Quando eles organizaram a primeira grande operação, em 72, de setembro a novembro, surgiram outros comunicados da guerrilha — o n.º 2 e o n.º 3. Houve também a divulgação do Programa dos 27 Pontos, sobre o qual foi criada a União pela Liberdade e Direitos do Povo, que abrangia outras regiões, além do Sul do Pará, inclusive cidades do Norte de Goiás e Sul do Maranhão. Também saiu o Regulamento Militar das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Fui levado para Brasília no início de junho. Lá também era interrogado sobre tudo o que acontecia no Sul do Pará, como a morte do sargento Ibraim, que conheci na base de Xambioá. De noite, no mato, ele acendeu uma lanterna na região em que eu morava e levou um tiro no peito, ninguém sabe de onde. Me interrogaram sobre aquilo. E também sobre a carta que o pessoal fez para um deputado. A mesma coisa quando *O Estado de S. Paulo* publicou aquela reportagem sobre os acontecidos lá.

Em janeiro de 73 me transferiram para o DOI-CODI de São Paulo, depois para o DOPS, onde fiquei até 5 de junho de 73, ainda isolado. Aqui eu tive o primeiro contato com o mundo: foi o primeiro contato que tive com minha advogada, doutora Rosa Cardoso.

Daí comecei a percorrer os presídios, onde passei a receber visitas normalmente. Ao ser ouvido pela Auditoria, em julho de 73, fiz um relato sobre o que aconteceu comigo até aquele momento. Pedi exame de corpo de delito e tes-

O GUERRILHEIRO

temunhas do Sul do Pará para falar sobre a vida que eu tinha lá. Tudo negado.

Em março de 75 fui julgado, quando apresentei a carta-defesa. Fui condenado a 5 anos, 3 já cumpridos. Cumpri a pena no Hipódromo, Casa de Detenção, Penitenciária do Estado, Presídio Barro Branco, em São Paulo, e no Instituto Penal Paulo Sarazate, no Ceará, de onde saí em abril de 77.



“A guerrilha se incorporou à História”

A história da guerrilha do Araguaia não se resume nesse depoimento. Ela não está totalmente contada. Meu depoimento é baseado nos dois anos em que vivi na região, não falo pelo conjunto dos que dela participaram. Quem pode melhor contar ainda essa história são os que sobreviveram durante todos os combates.

Ao longo de todo esse tempo, da prisão, em 72, até hoje, senti um pouco o desenvolvimento da luta no Araguaia. Vi que a guerrilha durou dois anos porque era consistente, preparada e tinha o apoio do povo. Foi uma luta dura, pelas condições da selva e pelo nível dos combates e da repressão.

A ida para lá e a preparação foi feita com muitas dificuldades. Apesar de não ter sido a preparação que planejávamos, ela foi marcada de vitórias. Nas duas primeiras campanhas do Exército a guerrilha no essencial foi preservada e alcançou algumas vitórias.

No ano de 73, eles admitiam que a guerrilha tinha penetrado nos castanhais, nas fazendas e nas moradias. Falava-se até no ingresso de novas pessoas da região. Depois desse período, no final de 73 e início de 74, é feita a Terceira Campanha, no período das chuvas. O Exército conseguiu a partir daí penetrar mais na mata e houve combates desvantajosos. Morre um grande número de pessoas na região.

Os resultados não foram os planejados. A guerrilha não teve condições de tomar a iniciativa. A própria inexperiência nesse tipo de luta, a diferença entre se preparar e fazer a guerra. • Pode ter havido subestimação das forças adversárias e do papel de certos elementos da região — os guias, por exemplo, apesar de serem uma

minoridade insignificante no conjunto da população. Faltou um maior conhecimento do adversário, seus objetivos em cada campanha, suas debilidades e seus planos em nível nacional. Os guerrilheiros ficaram isolados de outras regiões do campo e principalmente da cidade. Além da situação geral do país: censura à imprensa e prisões em massa na cidade.

No entanto, a guerrilha do Araguaia se incorporou à História. Mostrou a importância das lutas camponesas e deixou evidente os objetivos democráticos, em defesa dos direitos do povo pobre e contra a dominação estrangeira. Na defesa disso, mostraram coragem e decisão, reconhecidas até por figuras do próprio Exército. A luta foi resultado da violência que existe no campo e na cidade, e apontou o caminho para a solução dos mais profundos problemas do povo brasileiro.

Lendo, posteriormente, a entrevista do senador Jarbas Passarinho, tenho algumas observações a fazer. Primeiro: os guerrilheiros do Araguaia nunca foram treinados em Cuba. Aprendemos a arte da guerra e o manejo das armas vivendo, pesquisando e aprendendo na própria Amazônia.

Segundo: a luta no Araguaia não foi uma guerra de terrorismo, “uma guerra suja dos dois lados”. Os guerrilheiros foram atacados, tiveram que fugir para o mato, a maioria da população ficou sendo perseguida. Decidiram resistir, contando com apoio da maioria da população local.

As Forças Armadas entraram na região com muitas armas, bombas e ordem de matar quem resistisse, sem levar em conta qualquer respeito aos direitos humanos ou até mesmo às leis de exceção vigentes no país.

Os guerrilheiros não se entregavam e nem fugiram da região. É verdade que atiravam, matavam e até justificaram publicamente pistoleiros.

O GUERRILHEIRO

Quando um pelotão de mulheres fuzilou Pedro Mineiro, fizeram porque o povo apoiou. Era bate-pau, odiado por todo mundo, conhecido como deflorador das filhas dos camponeses.

Se os guerrilheiros resistiam ao serem presos, expressavam o seu forte desejo de continuar vivos, de não serem supliciados, como acontecia sempre que alguém era preso. Lá travou-se uma guerra de resistência, onde evidenciou-se o heroísmo dos que viviam na mata.

Terceiro: a guerrilha não teve nada a ver com foco, muito menos com “a teoria do foquismo”. É verdade que lá vivíamos há muito tempo, que nos preparamos para a resistência. Ao contrário do foco, nossa experiência nasceu na região, com uma preparação vinculada ao povo, com um programa político à altura das exigências e aspirações da população. Os guerrilheiros eram moradores conhecidos na região, tinham a orientação e a participação de um partido político, sob cuja direção a classe operária exerceria sua hegemonia no processo de transformação conseqüente da sociedade. A maioria da população sempre esteve ao lado dos guerrilheiros. Eles eram pessoas do povo, conhecidas e amadas na região.

Os que foram para a Amazônia, lá se dedicaram ao trabalho de organizar os explorados. Lá tiveram de tratar a luta armada como um meio de levar o povo ao poder. E isso não tem nada a ver com o foquismo. Os guerrilheiros não pensavam arrastar atrás de si massas passivas, através de seus feitos. Acreditavam na luta do povo, eram pessoas do povo e achavam que só tem futuro a luta com sólida base popular.

Tudo o que foi feito era pra elevar a consciência dos homens simples, colocar de pé o povo da região na defesa dos seus direitos e compreender o caminho da guerra de tipo popular.



Operação Carajás

OS COMBATES

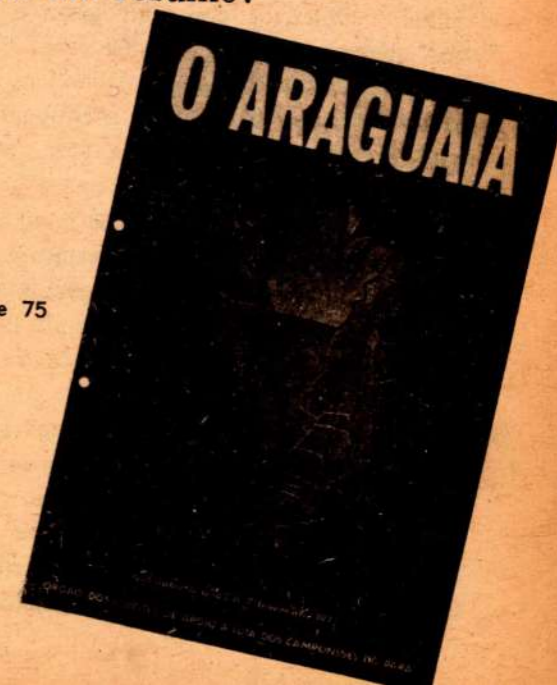
“Recebe um tiro;
estrebucha no chão”

Araguaia,
o jornal de apoio aos
guerrilheiros, descreve os
combates na selva

Araguaia, saiu nove vezes. Editado no Rio – tablóide mimeografado, capa de duas cores, média de 15 páginas – chegava às redações pelo correio, de 73 até fim de 74: notícias da guerrilha, comunicados, editorial. Reportagens brasileiras, tiradas

da imprensa oficial. Denúncias da imprensa internacional contra o Governo. Poesias, artigos sobre temas históricos – a Guerra do Contestado, a Revolta da Chibata... Um desses números traz alguns dos combates na selva, nas três campanhas das Forças Armadas. Eis um resumo:

Jornal Araguaia, fevereiro de 75



Primeira Campanha

"O primeiro choque ocorre com integrantes do Destacamento B. Em fins de abril, Osvaldo e outro companheiro defrontam-se com um grupo do Exército numa picada de Santa Cruz. Um sargento é morto e um soldado ferido.

"Em maio, um grupo dirigido por Bergson, do Destacamento C, acampa num lugar chamado Água Bonita. Trava-se tiroteio e um soldado tomba gravemente ferido.

"Dias depois, cinco guerrilheiros chefiados por Paulo Rodrigues caem numa emboscada. Conseguem escapar, mas um dos combatentes perde a vida: Bergson. Antes de morrer, atinge um tenente do Corpo de Pára-quedistas do Exército.

"Em meados de maio ocorre um choque no mato entre um grupo de pára-quedistas, do Rio de Janeiro, e uma patrulha do 2.º Batalhão de Infantaria da Selva de Belém. Depois de intenso tiroteio, um sargento pára-quedista é gravemente ferido. O lavrador que servia de guia aos pára-quedistas foi acusado de conivência com os guerrilheiros.

"Na primeira quinzena de junho, três do Destacamento pediram a um conhecido, Coioió, que lhes fizesse uma pequena compra em São Geraldo. Três dias depois voltariam para apanhá-la. Uma noite antes do dia marcado, acampam a uns 200 metros. Pela manhã, aproximam-se. À frente vai Maria Lúcia, que leva um tiro a 30 metros da casa.

"Em fins de junho, o Destacamento C realiza uma operação contra a sede de um castanhal. Objetivo: conseguir gêneros alimentícios, querosene e pilha para lanterna. É comandada por Paulo Rodrigues. Dominam os vigias. O administrador é intimado a entregar as mercadorias. Fazem propaganda para os peões e empregados do castanhal.

"Também em princípios de julho, o combatente "Quelê" (Kleber), do Destacamento C, é localizado e preso. Ele não agüentara a caminhada que fazia devido a uma fistula de leishmaniose na perna. Levam-no a um centro chamado Abóbora e o matam.

"Três do Destacamento C, dirigidos por "Mundico" (Rosalino), defrontam-se na mata com um bate-pau, que vinha com outro capanga. Ele propalava que o Exército lhe ofereceria 1.000 cruzeiros por guerrilheiro morto. Rosalino grita-lhe "mãos ao alto!" Rapidamente, o

OS COMBATES

bate-pau saca da arma. Recebe um tiro, estrebucha no chão.

"Ainda em julho, um grupo do Destacamento B, chefiado por João Carlos, encontra-se com uma patrulha do Exército, próximo da Grota Vermelha. No tiroteio, João Carlos é atingido por duas balas, uma na perna, outra na coxa, mas consegue recuperar-se na mata.

"Mas Idalício, que se perdera do grupo, foi descoberto e acabou sendo morto pelo Exército.

"O Exército pensava liquidar os rebeldes numa rápida investida. Fracassou. Retirou-se para as cidades próximas. Já preparar nova ofensiva."

Segunda Campanha

"Em setembro de 72, as Forças Armadas voltam com 8 a 10 mil homens sob o comando dos generais Viana Moog e Antônio Bandeira. As tropas ocupam estradas, fazendas, sedes de castanhais, roças e a aldeia dos índios Suruí. Abrem picadas no mato. Utilizam helicópteros e aviões. Recrutam bate-paus. Distribuem boletins afirmando que "era inútil prosseguir". Em Xambioá, cavam um enorme fosso, cercado de arame farpado, onde encerram os suspeitos.

"Guerrilheiros do Destacamento B preparam uma emboscada contra o inimigo na picada que vai para Santa Cruz. Matam um soldado.

"Cinco guerrilheiros, sob a direção de João Carlos, num local denominado Porto Franco, recebem ordem de "Rendam-se". Num instante, Flávio responde com um tiro que atinge um soldado. E se retiram, sem baixas.

"No dia 20 de setembro, morre Cazusa, do Destacamento C. Confunde algumas pessoas na selva com companheiros seus.

"Tombam também, noutro encontro com o Exército, Chaves — já idoso, ex-marinheiro, viúva do movimento aliancista de 35; Vítor — bancário. No encontro, o geólogo Antônio é gravemente ferido. Levam-no para São Geraldo. Ali aplicam-lhe torturas e matam-no.

"No dia 29, num encontro casual, cai a jovem guerrilheira Elenira Resende de Souza Nazaré, ex-dirigente da UNE. Desde então o Destacamento A leva seu nome.

"Zé Carlos e Nunes, procurando local apropriado para uma emboscada, são vistos pela tropa. Perseguidos, escapam.

"No dia 30, o grupo de João Carlos é atacado de surpresa, perto da casa de um lavrador,

na região de Caiano. Morrem João Carlos, Flávio e Gil.

"Em fins de outubro, o Exército teve, mais uma vez, que se retirar da área guerrilheira. Cabe ressaltar o papel das mulheres. Sônia, Diana, Valquíria, Sueli, Tuca, Elenira, Áurea, Mariadina, Lia, Cristina, Rosa e Maria Lúcia.

"Durante a campanha, a vida dos combatentes e do povo não é fácil. Dormem ao relento, dentro da mata, onde a tatuquira persegue sem descanso todos os mortais. Sem poder utilizar arma nem cachorro pra caçar, poucos animais captura. Se a tropa anda por perto, precisa de mais cautela ao apanhar água nas grotas. Até acender o fogo constitui tarefa trabalhosa. A situação se agrava se ele está enfermo. Protege a munição da chuva e cuida que a umidade não estrague a arma. Faz grandes caminhadas a pé para estabelecer contatos ou buscar informações.

"A preparação vai durar quase um ano: até outubro de 1973. O Exército aumenta seus efetivos na Amazônia. Decide construir mais cinco quartéis — Marabá, Altamira, Itaituba, Humaitá e Imperatriz. Todos destinados a Batalhões de Infantaria da Selva. Abrem-se estradas dentro da zona guerrilheira que, nessa ocasião, abarca uma área de 6.500 quilômetros quadrados. Os trabalhadores locais recebem uma carteira especial de identificação. Quem não a possui é detido e interrogado.

"Enquanto isso, em março de 1973, o Destacamento B realiza uma operação contra o grileiro Pedro Mineiro, da Capingo (Capim Goiás), conhecido pelos crimes praticados contra os lavradores. Sob o comando de Osvaldo, o Destacamento prende o grileiro. Faz-se um julgamento sumário e ali mesmo Pedro Mineiro é fuzilado.

"Em agosto, o Destacamento C realiza uma operação contra a casa comercial do paulista Nemer Kouri. Nemer, também grileiro, tinha posto sua fazenda à disposição do Exército e ajudou na prisão de "Geraldo" (Genuíno). Apreendem alimentos, remédios, roupas e revólveres. Nemer é posto em liberdade e advertido.

"Na segunda quinzena de setembro, o Destacamento A realiza uma operação contra o Posto da Polícia Militar em plena Transamazônica, no entroncamento para São Domingos das Latas. O ataque é comandado por Zé Carlos, secundado por Nunes, Alfredo e mais sete. Apreendem

OS COMBATES

seis fuzis, um revólver, munições. Deixam os soldados só de calção."

Terceira Campanha

"A 7 de outubro de 1973, inicia-se a terceira campanha. Calcula-se de cinco a seis mil efetivos empregados. O Exército ocupa diversas localidades e planta-se em vários pontos da mata, em forma de arco, como que tentando cortar possível retirada dos guerrilheiros. Traz não somente recrutas, mas tropas especializadas e bem treinadas em luta na selva, grande número de mateiros e rastreadores. Dentro da zona, estabelece bases de apoio nas fazendas, roças e sedes de castanhais. Suas patrulhas de penetração na floresta portam metralhadoras leves e fuzis FAL. Dispõem de meios rápidos de comunicação. Aviões e helicópteros participam da Operação.

"A primeira parte da ofensiva é contra os moradores. Prendem mais de mil pessoas, incluindo pequenos comerciantes, religiosos e até mesmo fazendeiros. Onde as tropas não encontram moradores, os barracos são incendiados.

"Os guerrilheiros estão mal calçados. Faltam-lhes roupa, plásticos para se abrigarem da chuva. Mas têm o apoio dos moradores. Distribuem suas forças para defender-se da ofensiva inimiga.

"Nelito e seu grupo, com a participação de vários moradores, preparam uma emboscada contra as tropas. Mas os soldados não passam pelo local escolhido. Vão então para a Transamazônica tentar destruir uma ponte.

"Osvaldo e mais 10 organizam também uma emboscada. Permanecem mais de uma semana no local, mas os soldados retornam porque terminou o alimento que levaram.

"Um grupo de três guerrilheiros, dirigidos por Ari, realiza uma missão de fustigamento nas proximidades de Franco. Há intenso tiroteio.

"Dia 14 de outubro, Zé Carlos, Alfredo, Nunes e Zebão morrem num encontro com o inimigo. Alfredo havia insistido em que o grupo fosse a uma roça apanhar dois porcos. Zé Carlos considera a ação perigosa. Sabe-se que o Exército desde o dia 7 tinha ocupado a roça. Pegam os porcos, matam, limpam e quando vão retirar-se são metralhados.

"Dia 24, o Destacamento Elenira Resende sofre outra baixa: Sônia, ao ir a um encontro na mata.

“Dia 21 de novembro, três guerrilheiros do Destacamento C fustigam uma tropa que passava na estrada de São Geraldo. Matam um soldado.

“Dia 24, Ari é atingido por uma bala próximo de uma grotta. Seu corpo é achado sem cabeça.

“Em São Félix, bairro de Marabá, os guerrilheiros tomaram o cartório e queimaram todos

OS COMBATES

os papéis de títulos de terras. Na Belém-Brasília entraram num ônibus e falaram aos passageiros sobre os acontecimentos na mata.

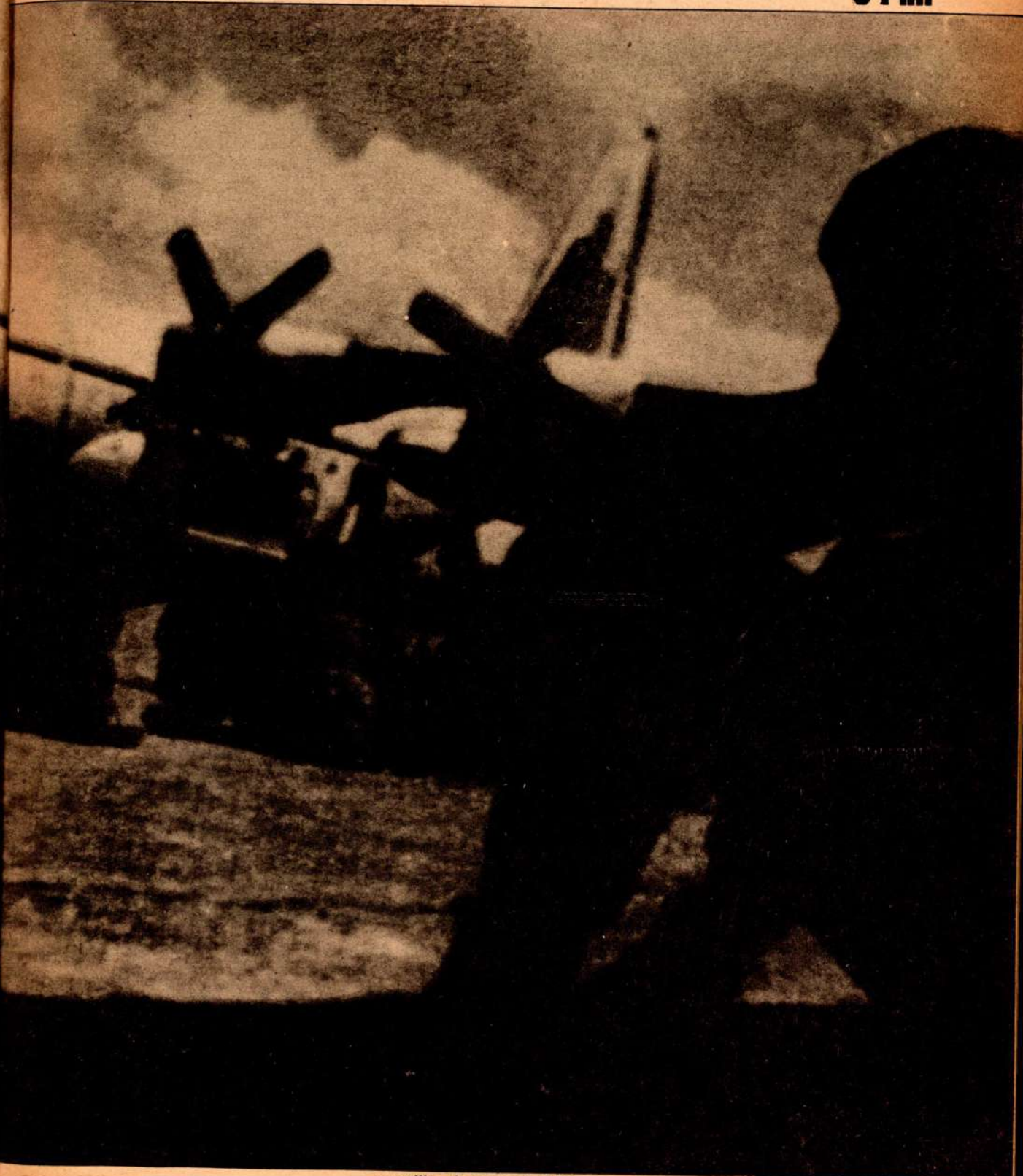
“Dia 28 de dezembro, uma coluna de 20 guerrilheiros aproxima-se do refúgio do Destacamento Elenira Rezende. São cercados por tropas. Há intenso tiroteio. Entre os guerrilheiros está Maurício Grabois.



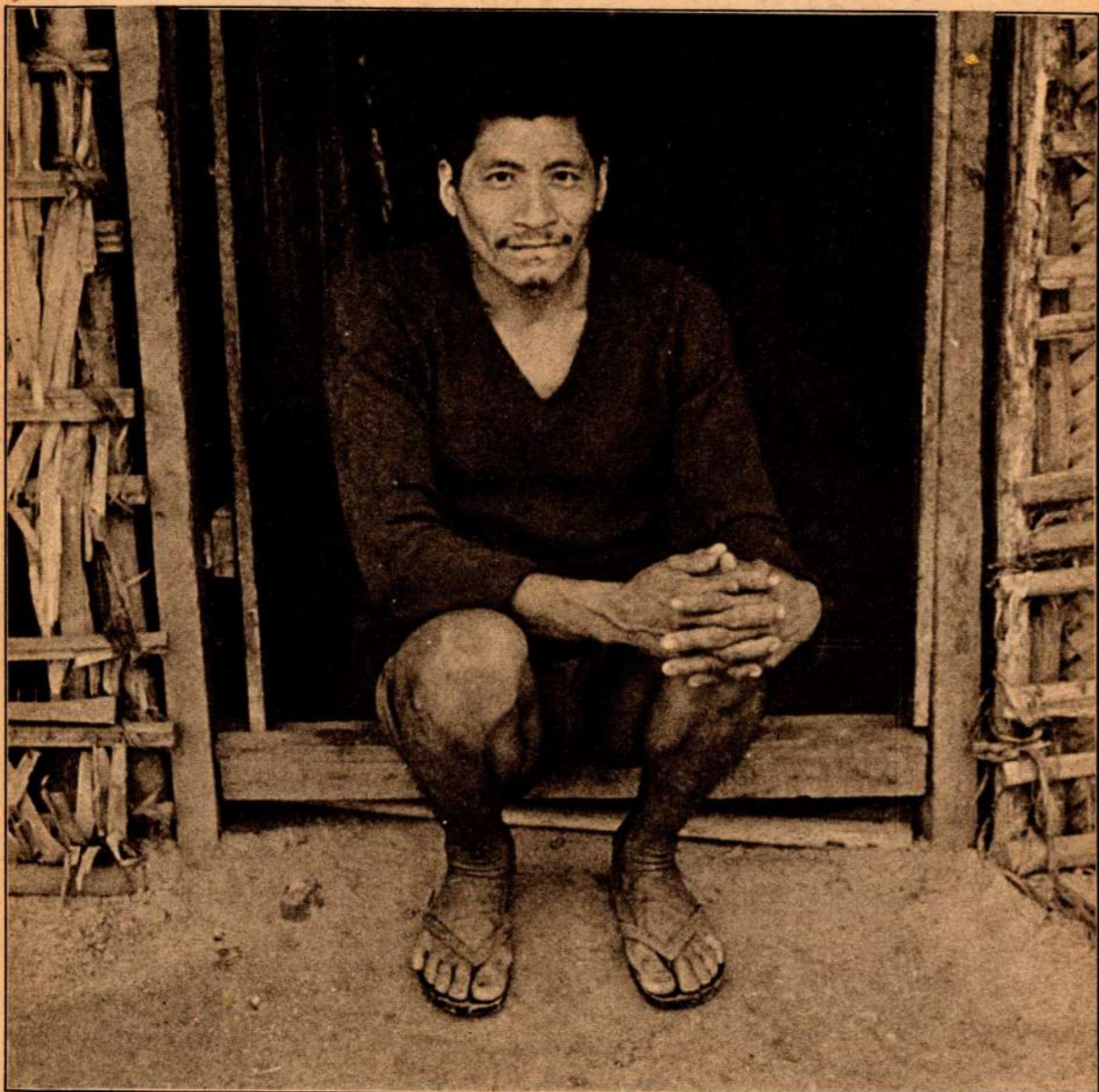
Maria Lúcia Petit, secundarista
— a primeira guerrilheira morta



Operação Carajás



O Fim



Areni

OS ÍNDIOS

"Osvaldão morreu ali..."

Os índios Suruí descrevem os últimos lances da guerrilha, inclusive a morte do lendário Osvaldo Orlando Costa, um dos chefes, em 74

No centro da maloca cravada na mata, os índios da tribo Suruí narram os últimos lances da guerra. Massu, o principal narrador, foi um dos que serviram de batedores para os grupos do Exército que entravam na selva à procura dos guerrilheiros.

Ao falar da guerrilha, numa tranqüila e bela noite de novembro de 76, é freqüentemente interrompido por um ou outro dos 20 índios que acompanham o relato. A aldeia toda acompanhou a guerrilha desde quando o general Antônio Bandeira, com auto-

rização da Fundação Nacional do Índio (Funai) recrutou os Suruí. Alguns se comportam como se tivessem traumas daqueles tempos. É o caso de Areni, um dos batedores, que às vezes acorda gritando. Mas hoje, vivendo num grupo de 64 pessoas, perto do povoado paraense de São Domingos das Latas, a 8 quilômetros da estrada que o general Bandeira mandou construir em apenas 60 dias, os Suruí estão mais tranqüilos e dão, também, a sua versão da guerrilha. Quando faltam as palavras, eles rabiscam o chão ou imitam o som dos combates.

Ds soldados sempre procurava nós:
— Rapaz, você conhece a mata, né?
— Sabe sim.
— Vocês sabe onde está terrorista?
— Sabe sim.

Então os soldados pediu licença da Funai. Maravi e Arecachu, os dois entrou primeiro na mata — veio um Toyota buscar. Nós procurava a pinicada, via barraquinha dele embaixo do cipozal — a gente achava muita coisa... remédio, farinha... no buraco do cupim —, mas terrorista se escondeu mesmo.

Nós esperava na mata... esperava... esperava... Tinha muito avião... helicóptero voava baixinho. Demorou, até que quebrou o pau. Terrorista mandou uma brasa: "tá-tá!". Soldado também mandou uma brasa: "ttrrrrr!"

Esse cara (o índio Arecachu) ajudou muito carregando morto dentro do helicóptero. Cortava a cabeça e levava pro São Raimundo pra tirar retrato. Era homem, mulher, tudo misturado.

De primeiro morreu um bocado de soldado. Soldado foi tomar água, a Dina tava esperando lá: "paaaaaaá!" Agora chegou um cara lá de Brasília, rapaz! Foi ele que acabou tudo. Como era o nome dele?... Doutor Antônio (NR: general Antônio Bandeira).

Ele trouxe muita espingarda pra nós, cartucho pra gente caçar. Soldado primeiro pegou pessoal que dava coisas pro terrorista. Foi tudo preso, tudinho. Bateram, bateram — soldado perguntava pra ele assim:

— O que tu deu pra ele?...
— Cartucho.
— E mais?...
— Farinha.
— E mais?...
— Sal.
— Aonde tem quem ajuda terrorista?
— Tem muito aí.
— Me diz qual ele é?
— Pernambuco.

E fomo atrás do Pernambuco. Levemo ele pro São Raimundo. Amarremo de cabeça pra baixo numa árvore — aí o cara ficava à altura. Soldado falou e levou logo a peixeira na testa dele — "tec!", só estrelava.

— Conta aí, nego velho, o que tu deu?

OS ÍNDIOS

— Ele convidou pra mim fazer paiol na mata pra ele, paiol de farinha.

— Tu tava mentindo pra mim, rapaz!

— Eu tava com medo dele me matar!

— É, matava nada! Porque vocês que dá, rapaz!

Uma vez terrorista saía da mata. Pegaram soldado lá no entroncamento de São Domingos. Terrorista pegou a arma dele. E voltava pros acampamentos dele.

Os soldado entravam de seis com a gente no mato. Ele avisava pra nós:

— É escutar barulho, vocês passa pra trás de mim.

Agora o soldado, na hora que vê o barulho dele vai andando mesmo: taaaaaaá!" Quebrou tudinho cabeça, saiu tudinho o miolo: "Paaaaaaaá". "A gente escutava aqui na aldeia o barulho: "Tá-tátátá tátátá-tátátá-ttrrrrrr!"

Antes era difícil de achar. Agora, não: é fácil. Soldado falou:

— Tem que acabar com esse terrorista: ele quer tomar o Brasil, esse terrorista não presta.

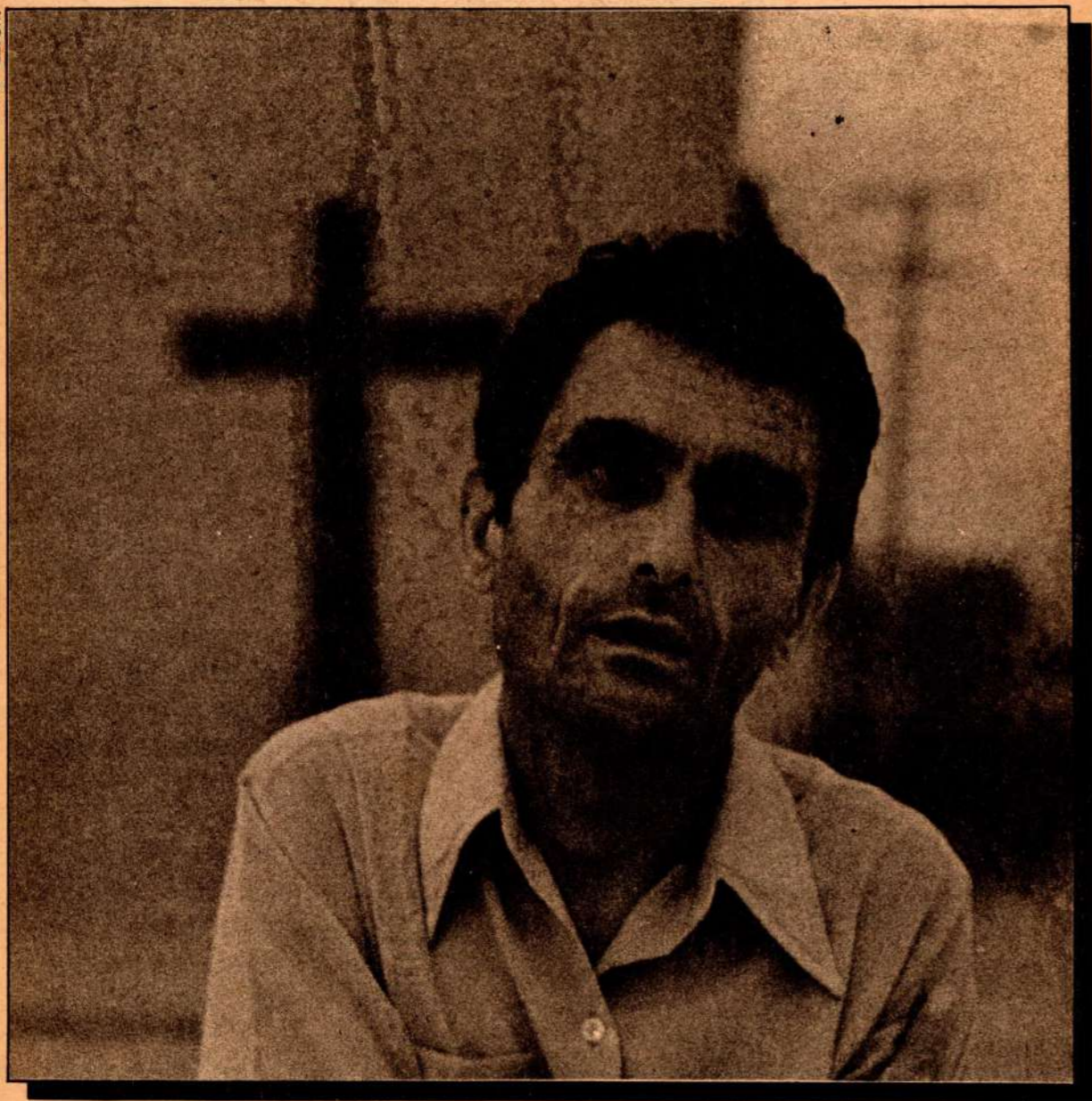
Roupa de terrorista já parecia saco velho. Primeiro camisa nova, depois camisa velha. Gente branca, morena, preta... Amarelo tinha também. Tem ferida, tudinho também aqui na cara, tudinho cheia de caroço. Não tem fogo, não tem fósforo, acabou tudo. Nós chegava no acampamento dele no cipozal e soldado ia mexer nas coisas, não deixa nós.

— Rapaz, você não pega nesse bicho aí!

Ele abriu, rapaz! Coisou, queimou tudo na cara do soldado — o pólvora. Ele fez o negócio todo feito pra morrer qualquer soldado. Mas soldado já tava com muita força.

A Dina — diz que ela era baiana —, foi pegada lá em Marabá: ia atravessar pro São Félix, mataram ela. O Osvaldão morreu sozinho — foi ali: nós vimos lá no São Raimundo (NR: uma das pequenas bases de apoio do Exército dentro do mato), morto, pendurado pela corda no helicóptero, por corda. Rapaz, ele era fogo mesmo — muito preto. Roupa dele não presta não, tudo rasgado.

Enterram todos no São Raimundo, mas já vieram buscar os ossos."



Padre Humberto Rialland

A IGREJA

“Civil é quem mais sofre”

Humberto Rialland, padre na Palestina, conta o que a Igreja e o povo do Araguaia sofreram na guerra.

Quando chegou ao Araguaia, em 1970, vindo da Bretanha, o padre francês Humberto Rialland queria apenas trabalhar ao lado do povo. No início, entrosou-se com o INCRA, o instituto oficial de terras, e passou a ajudar os camponeses. Mas um dia alguém o confundiu com um guerrilheiro e o padre Humberto entrou na guerra — assim como quase toda a igreja do Araguaia, que se mobilizou para evitar que as sobras dos combates atingissem pessoas que apenas moravam e trabalhavam na região. Dom Alano Maria Pena, por exemplo, bispo de Marabá, no Pará, diz que muitos desses moradores morreram ou sofreram torturas. Sobre a guerrilha, o bispo disse ao jornal *Movimento* (n.º 159, página 10):

— Foi um movimento que de fato existiu por aí e eu admito que foi totalmente aniquilado. Pelo menos ninguém mais ouviu falar nisso. Por ter representado com toda certeza um sinal de esperança para um grupo de brasileiros. Devem ter tido seus erros também, mas ninguém pode negar que foi um ideal muito profundo o que eles trouxeram no coração. E eu nem sei se o pessoal que está aí hoje defendendo essa tal de democracia teria coragem de dar a vida por ela como eles deram no ideal deles. Não sei.

Ainda no Araguaia, mas em Mato Grosso (município de São Félix), a mil quilômetros da área da guerrilha, outro bispo, Dom Pedro Casaldáliga, falou ao mesmo jornal:

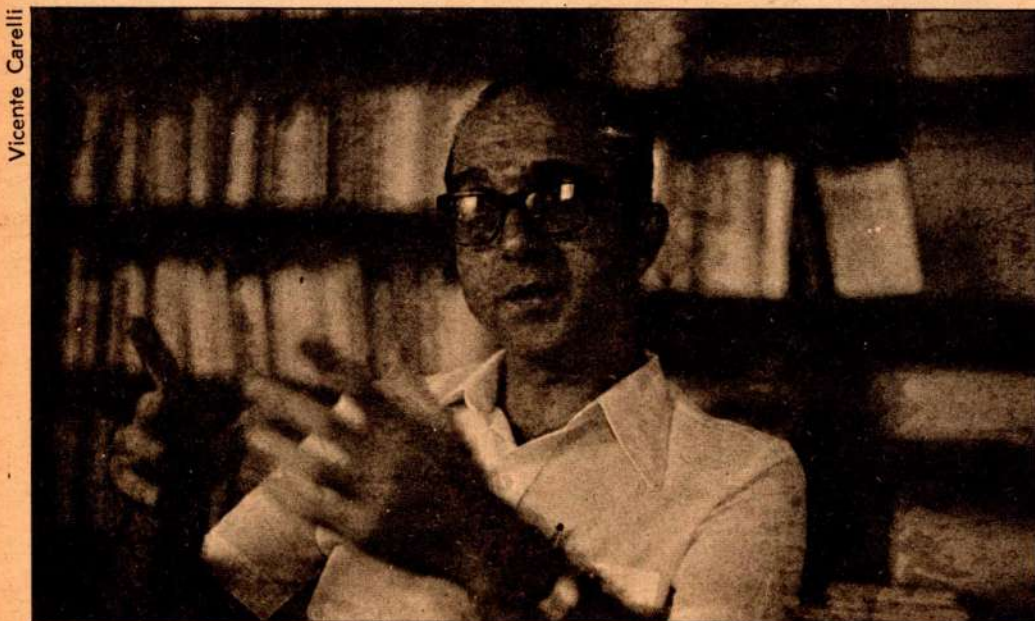
— A Prelazia de São Félix, o povo da região e mais concretamente a equipe pastoral de São Félix, sofreram realmente a repressão, que imaginava que nós só podíamos ser isso mesmo: guerrilheiros, como sinônimos ainda de terroristas. E a Ação Cívica Social — realizada pelo Exército em 1972, e também em 73, se deu com técnicas e solenidades de operação antiguerrilha. Os soldados que vinham e faziam treinamentos no morro de São Félix, os códigos que eles usavam... Visitavam casa por casa no sertão, e caíam sobre a população, criando um clima de autêntico terror, apreendendo até facas de cozinha. A repressão perseguiu, naquela hora, o bispo de São Félix, os padres e os agentes de pastoral — sobretudo esses leigos, que eles imaginavam, fantasmagoricamente, não sei o quê.

— Teve o caso das famosas emissoras de rádio clandestinas que eles nos acusavam de possuir. A polícia as procurou por duas vezes, até dentro da caixa d'água.

A IGREJA

Todas essas operações procuravam ligar a Prelazia de São Félix às guerrilhas do Araguaia. E aprendemos muito por causa disso. Todo o povo da região, logicamente, pegou mais antipatia à repressão. Posteriormente, o povo fez outro tipo de comentário: “Então, se os terroristas são isso que eles dizem, só podem ser gente boa”. O povo viu que nós fomos identificados com os guerrilheiros e comunistas — nós, os bispos e os padres, os professores e todo o pessoal que eles conhecem; e eles bem sabem o que temos de terroristas, dentro e fora, né?

Preso e maltratado, o padre Humberto Railland é, portanto, um dos membros da Igreja que pode falar sobre a guerrilha. Nós o entrevistamos em Marabá, onde ele continua aquilo que, quando nem imaginava ser confundido com um guerrilheiro, o trouxe ao Brasil: a defesa dos camponeses. Padre Humberto tira da guerrilha do Araguaia a mesma conclusão que tirou de outras guerras: “Os civis são os que mais sofrem”.



Dom Alano Penna

Vivi etapas bem diferentes. Ao chegar, em 1970, fui aprender português num garimpo lá perto de Itupiranga. Vi a construção da Transamazônica, que deu uma grande esperança ao povo. Depois fiquei entre São Domingos e Palestina. Foi chegando muita gente do Maranhão, que vivia sobretudo do coco de babaçu.

Então, nessa região do município de São João do Araguaia, que vai daqui do rio Tauarizinho até a beira do Araguaia, havia três mil lavradores, quando ajudei o INCRA a fazer um relatório. O relatório foi para o Rio de Janeiro. De lá mandaram um projeto, sem nada a ver com nosso relatório, sem respeitar nada da vida local.

A outra etapa — a mais penosa — foi a famosa guerra contra os guerrilheiros que estavam entre a Transamazônica e São Geraldo, mais ou menos localizados ao redor da serra das Andorinhas, município de São João do Araguaia.

Na guerra não se sabe... o inocente é que paga mais nas guerras modernas. Teve um isolamento do povo com o povo, através de prisões arbitrárias, castigos físicos, torturas. Teve pelo menos três lavradores nessa região que faleceram torturados.

Então muitos lavradores maranhenses que chegaram se assustaram — muitos foram embora de medo, as mulheres pediam para sair. Acho que essa violência não se justificava, porque essas coisas arbitrárias graças a Deus foram desvendadas. Se tratou de fazer conhecer bastante, através das autoridades — o bispo de Marabá viajou várias vezes para Belém e Brasília, para fazer conhecer e pedir pelo menos um julgamento antes de torturar. Os próprios militares diziam que foi o bispo que parou isso.

Nunca encontrei nenhum dos guerrilheiros, porque quando cheguei a Palestina eles já tinham se embrenhado no mato. Sei só que um médico e um farmacêutico tinham ficado lá até quando chegou a Transamazônica, mais ou menos janeiro e fevereiro — cheguei em maio.

Naquele tempo ninguém falava diretamente e soube da existência deles só quando os militares começaram a falar. Em 72 os militares chegaram em massa e de farda, sem preparação nenhuma para a guerrilha. Por isso se retiraram rapidamente e foram se formar em Manaus.

Antes da guerra, o famoso Osvaldão passava muito pela Palestina. Era muito simpático, o povo gostava muito dele, dava muitas sementes, tratava de ajudar as pessoas a fazer horta — um homem excessivamente agradável de encon-

A IGREJA

tro. A população da Palestina e de Araguatins conhecia bem ele, porque andou bastante tempo lá. Normalmente não aparecia nunca com os dois que tinham farmácia — Flávio, o farmacêutico, e Amauri, o médico. Me disseram isso depois, um ano depois, imagine!

Amauri salvou muitas crianças. Quando eles saíram de lá, se estima que em menos de um ano faleceram mais de 100 crianças. Ele também salvou muitas mães de família, porque na região da Palestina se estima que mais ou menos 20% das mulheres morrem no primeiro parto ou no resguardo — descalcificação, falta de vitaminas, todas essas coisas; então o Amauri salvou muita gente passando as noites nas caibeiras.

Ele era muito silencioso. Flávio era mais expansivo, mais alegre; então foi compadre de muita gente, e quando os militares chegaram lá, teve um rapaz que deu o nome de todos os compadres — foram os primeiros presos e os primeiros torturados.

Imagina que não significava nada para eles ser compadre do farmacêutico, que não se apresentou como guerrilheiro, nem nada. Eles ficaram muito amigos da polícia, eram muito amigos de todo mundo, não se escondiam, não.

Os militares tinham uma lista de 80 guerrilheiros. Os soldados tinham a lista na mão em todas as barreiras que havia aqui ao porto da balsa; faziam todos os passageiros dos ônibus passarem por eles... Estou rindo porque daqui até lá são 120 quilômetros; era cinco vezes que tínhamos que pular do ônibus, cinco vezes abrir a mala, cinco vezes os documentos.

Uma vez, um soldado descobriu uma semelhança entre eu e um certo Paulo Rodrigues — era comerciante em São Geraldo, um dos chefes da guerrilha. E o soldado viu a foto na cidade e se confundiu. O bispo me levou para falar com o comandante Oton, lá em Araguatins. O bispo pediu a foto para ver, o comandante foi buscar mas não entregou porque não tinha nenhuma semelhança.

Nessas guerras — eu já vi guerra quando era menino... a de 40 a 45 — o povo aumenta tudo. É um momento onde os nervos ficam muito excitados. As mulheres, por exemplo, vêem coisas por todas as partes. E a gente que vem do Sul tem muito medo da mata.

Uma vez eu vi, em Brejo Seco — um domingo de manhã, eu ia celebrar a missa lá —, uma turma de militares que se tinha preparado, tinha pedido um guia, tinha arrumado alguns

burros para transportar a comida, mas entraram na mata com a cabeça tão baixa que parecia que todos iam para uma condenação à morte. Aí eu perguntei:

— Mas vocês foram muito longe?

— Você pensa que nós somos bobos de ir até lá!

Então ficaram num acampamento na mata, a um quilômetro do povoado. Mas depois voltaram preparados. Até aí já tinha se tornado conhecida nos combates uma certa Dina, mito de mulher que nunca errava um tiro — eu imagino uma mulher de uns 30 anos... Tinha uma japonesinha. Muitas mulheres sobreviveram aos últimos tempos. Fala-se pela Palestina que se salvaram dois guerrilheiros, que não se sabe se eram da turma deles ou fantasmas. Não sei se é fantasma ou realidade: de vez em quando aparecem... pop-pop... e os militares vão correndo lá. Mas nada.

Então essa terceira fase de minha vida foi mais uma pastoral dos acontecimentos que nós vivemos. Acabou a guerra, de novo veio a esperança de terra e começamos a fazer abaixo-assinados, um deles com mais de 800 assinaturas, para o presidente da República, através dos sindicatos.

A IGREJA

Isso deu bastante esperança ao povo, abalado pela guerra. Por causa da tortura tinham perdido a confiança em todas as autoridades, e o INCRA mesmo não parecia oferecer aos mais pequenos uma oportunidade de fato: os fazendeiros pegavam 10 lotes dentro da colonização tranqüilamente, colocando esposa, irmão e até inventando nomes.

Através dos abaixo-assinados, a população ganhou mais confiança e então formou-se um sindicato com 300 sócios, só no povoado da Palestina. Isso deu a impressão para nós de que, apesar das dificuldades econômicas, as coisas iam mudar.

Mas todos os dias vem uma procissão de gente pedir terra, pedir trabalho. Este ano (76) teve uma coisa que não se via desde 73: uma avalanche de malária. Naquele ano tinha havido uma avalanche, caminhões e caminhões de gente que chegava meio morto desses pontos de colonização. Um homem passou ontem por aqui, voltou pra trás porque não tinha mais ninguém com ele.

— Minha mulher e meus filhos morreram de malária.

Para mim o problema da terra está nessa situação.

HOJE



Xambioá



O Incra assentou 2 mil em Xinguara, em setembro do ano passado. Mas depois tornou sem efeito os títulos que os colonos mostram na foto. Em São Pedro da Água Branca, cerca de 7 mil pessoas passaram a viver na área de três fazendas com título falso. Parte da população da vila também posou, "para se representar lá fora".

HOJE

Volta
ao centro da
guerrilha

Em julho de 1978, quase três anos após o fim das operações antiguerrilha voltamos ao Sul e Sudeste do Pará. Em 15 dias de viagem, deu para ver que o clima de trauma continua. No quartel da 23.^a Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá, ninguém informa nada: só fazem perguntas sobre "os objetivos da viagem". Não dizem nem como se chega à área da guerrilha, cortada por estradas operacionais — OPs — mandadas abrir

pelo Exército. O que mais impressiona é a maneira com que as forças de segurança atuaram e atuam na região. A população da beira daquelas estradas conta como passou a colaborar com o Exército e com a PM, o que acontecia com quem não colaborava — coisas que deixam qualquer pessoa pasmada, mesmo acostumada aos métodos nada gentis utilizados pela polícia no Brasil, em saber que tudo aquilo acontecia e o país não sabia de nada.

De cima de um caminhão, o representante do INCRA, Jorge Brasil, gritou bem alto:

— Quem tem título de terra aqui levante a mão!

Ninguém levantou. Os colonos reunidos na praça de Xinguara, localidade a meio caminho entre Redenção e Marabá, iam enfim entrar num projeto de colonização do INCRA, que dividiu

uma vasta área em lotes de 21 alqueires (cerca de 100 hectares) e foi assentando mais de duas mil famílias, em setembro do ano passado.

Jorge Brasil deu cinco dias para cada família desmatar um pedaço e erguer um casebre. "No muque, debaixo de chuva, fiz o meu" — conta José Domingos Marinho, um dos primeiros a receber título de posse na área. Mas nem bem espichou os pés de mandioca, veio a no-

tícia: uma das 10 grandes fazendas da região reclamava o lugar.

O INCRA transferiu Jorge Brasil, colocou no lugar Soldemar Lino e começou a enviar um convite aos colonos, "para tratar de assunto do seu interesse" nos escritórios do órgão. Josmo José de Bastos conta a proposta que recebeu:

— O doutor Soldemar, acompanhado do Zé Francisco, gerente da fazenda Santa Rosa, disse que a fazenda me indenizaria pelo que eu já tinha feito. Mas, se eu não aceitasse a oferta, o INCRA não ia se responsabilizar.

Mas Josmo fincou o pé:

— Se a gente estivesse contra a lei, saía. Mas estamos no nosso direito, porque as fazendas não têm título e a gente tem.

A fazenda Santa Rosa, pastagem bem cuidada, currais pintados, belas casas de alvenaria na sede, com quase mil cabeças de gado, é da Construtora Guarantã, que tem duas outras fazendas do mesmo tamanho no Pará — 7.400 alqueires, o equivalente a mais de 350 lotes de 21 alqueires iguais aos dos colonos.

— Até um mês atrás tínhamos aqui perto de mil peões, que desmataram 1.700 alqueires para pastagem, diz, orgulhoso, Hortêncio Ferreira de Moraes, o administrador da Santa Rosa. — Hoje a fazenda tem 41 empregados.

Ele confirma que nenhum dos quatorze lotes da fazenda tem título definitivo e apenas quatro têm títulos provisórios.

Alguns colonos cederam. Geraldo Oliveira dos Santos, aceitando o conselho do pastor de sua igreja (Assembléia de Deus), fazendeiro, juntou os trapos, os oito filhos e foi embora no começo de julho. Mas a maioria não quer sair de jeito nenhum.

— Nosso desespero é grande, explica Antônio Pedroso, um dos 32 pais de família que se deslocou quilômetros com mulher e filhos, sob um sol escaldante, para posar para uma foto de todos juntos, exibindo seus títulos, a pedido dos repórteres.

Todos reclamam, denunciam, contam histórias:

— O seu Tanaka, que tem uma fazenda aí, botou fio elétrico na mata e pegou vários nissos. A gente denunciou o caso na cidade e veio até o Exército para desmontar o negócio.

Essa área, entre os rios Xingu e Araguaia, é talvez uma das mais instáveis do país. Novas estradas e novas vilas surgem da noite para o dia, terra não falta, mas onde está a terra?

HOJE

Pega-se a rodovia Pará-Mato Grosso. A 200 km da margem do Araguaia encontra-se uma picada que vai dar na sede da fazenda Aldeia, da Nix-Dorf Comércio e Representações Ltda., empresa alemã. Depois de 15 km dentro da mata vê-se uma clareira, onde quatro caminhões Mercedes aguardam que uma enorme carregadeira deposite toras de mogno sobre suas carrocerias, numa quarta-feira, 19 de julho. Nada demais, se sete soldados da PM paraense, armados de metralhadoras, não estivessem assegurando o carregamento da madeira, que a fazenda está confiscando dos posseiros.

Em 76, a Nix-Dorf comprou 76 glebas de 900 alqueires — cerca de 50 mil hectares. Desde então vem tentando retirar da área cerca de 400 famílias de posseiros, em boa parte vindos do Paraná, que repeliram todas as tentativas que a fazenda fez de ultrapassar o rio Grotão, segundo Helmut Hilgartner, gerente-geral da fazenda, da serraria e de uma fábrica de componentes de computadores que a Nix-Dorf tem em Redenção do Araguaia.

Praticamente não há fazenda que não tenha posseiros dentro dos seus alegados limites. Há seis meses, a fazenda Chaparral expulsou mais de 100 famílias. Helmut diz que a Chaparral usou pistoleiros para conseguir isso, mas que a Nix-Dorf prefere recorrer mesmo à polícia.

— Os fazendeiros aqui perto nos mandam bilhetes dizendo que é pra gente sair agora senão será tarde.

No caso da fazenda Aldeia, os posseiros estão dispostos a resistir. Segundo o sargento Gérson Abelardo, da PM de Conceição do Araguaia, encarregado da operação naquela fazenda, um dos líderes do movimento é Pedro "Ventinha", "um paranaense que usa dois 38 na cinta e, quando não tem o que fazer, fica embalando cipó a bala".

A PM, assim como o Exército, segue tudo o que acontece. No início de julho, por exemplo, teve que expulsar mais de mil famílias de um rio chamado Água Azul. Começou quando um grupo de 15 comerciantes de Xinguara resolveu abrir um lugarejo, no km 70 de uma rodovia que no futuro vai dar em São Félix do Xingu — a estrada foi aberta até o km 60 e o desmatamento chega à beira do rio Água Azul, "o de água mais bonita do Pará", segundo o comerciante Raimundo Alves de Souza.

Os pioneiros foram chegando e construindo seus ranchos para comércio. Até que chegou um certo Geraldo Pereira Sarmento se intitulando dono da área. O fazendeiro mostrou-se

condescendente, doou 20 alqueires para o futuro vilarejo, mas ocorreu o inesperado: espalhou-se em Xinguara que ali havia ouro. Em oito dias, mais de mil famílias se transferiram para Água Azul.

— O problema é que o pessoal já estava dividindo a fazenda inteira, de modo que foi preciso intervir, conta o capitão Osvaldo Ferreira da Silva Filho, da PM de Marabá.

Segundo ele foi apreendida uma quantidade enorme de espingardas e revólveres. Em uma semana só restavam 100 famílias na área, à espera de um plano de ocupação dos 20 alqueires doados pelo fazendeiro. O capitão Osvaldo explica que seguiu ordens da 23.^a Brigada de Infantaria de Selva.

— O que tivemos aqui foi uma verdadeira rebelião, uma das movimentações mais descontroladas que já vi.

O capitão chegou a fazer uma comparação com a guerrilha que combateu não muito longe dali:

— É evidente que aquele era um movimento organizado, que tinha objetivos muito claros, enquanto que aqui não. Foi um estouro espontâneo, provocado pelo boato de minério, mas muito violento.

De Xinguara a Marabá são 200 km de estrada de terra. Lá está a 23.^a Brigada de Infantaria de Selva, junto com o 52.^o Batalhão de Infantaria de Selva — no km 8 da rodovia Transamazônica, em direção ao rio Araguaia. O Sul do Pará inteiro, inclusive os municípios de Santana do Araguaia e São Félix do Xingu são cobertos pelo "Oito", como é chamado o Batalhão.

— O pessoal aqui é assim: briga de terra, briga de rua, briga de família, corre tudo pro Oito — costuma-se dizer na região.

A ação do Exército na área é muito mais abrangente do que se pode pensar. Por exemplo, Bertoldo de Lira explica como virou interventor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, há três anos:

— O sindicato aqui estava com muito problema de administração, e daí fizeram a intervenção. Quem começou foi o Exército, mas daí passou para a Delegacia do Trabalho, pra não dar muito na vista.

Hoje o Exército procura aparecer o menos que pode. Desde 75, a orientação é o Exército não mexer com essas coisas. Porque estava ficando muito difícil, como dizia o ex-comandante do Oito, coronel Cid Zenóbio de Aguiar:

— Tudo vinha cair em nossas mãos. Sabe

HOJE

como é que é, aqui não tem nada. Agora não; estamos mandando tudo para os canais competentes: o que é do INCRA, para o INCRA; o que é da Polícia Militar, para a Polícia Militar...

Ainda existem algumas barreiras em pontos incertos da PA-70 e Transamazônica, mas é a PM que toma conta, pede documentos, anota as placas dos carros. Um desses postos estava montado, por exemplo, na rodovia Transamazônica, pouco antes da travessia do Araguaia, na direção Oeste-Leste, num domingo, dia 23 de julho.

O 52.^o BIS dispõe de 1.500 homens. ("Estamos ensinando esses caboclos a comer com talher", comentou o coronel Cid.) São intensamente treinados para combates na selva. O treinamento é feito numa área de 600 alqueires de mata pertencentes ao Exército, na altura do km 50 da margem esquerda da Transamazônica, entre Marabá e Araguatins, no sentido Leste.

— É pesado, principalmente para quem está entrando — conta um soldado, que não esconde duras lembranças. — Certa vez eu e mais 15 ficamos três dias no mato só com água, sal e uns anzóis que não serviram pra nada...

A maioria dos soldados que prestam serviços no 52.^o BIS são recrutados na própria região. "O sujeito em idade de servir, a não ser que tenha defeito físico, não escapa", conta outro soldado. Nas aulas teóricas, o "tempo da guerra" é muito usado para exemplificar situações. As táticas de luta dos "terroristas" são também lembradas nessas aulas.

Se em Brasília os oficiais classificam o assunto como "sigiloso", na área da guerrilha, hoje, as informações brotam. Estamos no km 45 da Transamazônica, saindo de Marabá. Vamos encontrar à direita uma das estradas abertas para o combate à guerrilha, a rodovia Operacional 2, ou OP-2. Construída em 1972, ela atinge a margem do Araguaia, após passar pela localidade de São Domingos. No km 90 nasce a OP-3, paralela à OP-2. Há ainda a OP-1, ligando OP-3 à OP-2, formando uma malha de estradas.

As margens dessas estradas moram hoje, principalmente, as famílias de ex-guias e colaboradores do Exército e da Polícia Militar no combate aos guerrilheiros. Foram assentados em lotes de 21 alqueires após o fim da guerra. São perto de 400 famílias assentadas na área. De 15 em 15 dias, passa por lá o *major* Curió, que faz o contato entre o Exército e os ex-guias. Um deles é o bate-pau Venâncio de Jesus, hoje com 28 anos. Mora perto da Gameleira. Não

olha nos olhos, prefere olhar para um toco, uma pedra. Roe o canto da unha. Fala devagar.

— Quando o senhor chegou aqui?

— Cheguei em 1973, vindo com o pessoal da polícia. O Exército já estava aqui. Vinha eu, meu irmão, o Adão Venâncio, o cabo Mendes, o tenente Oscar, tenente Luzimar... Chegamos e fizemos um acampamento aqui perto. Eu não conhecia esta região. Começamos a trabalhar e quando chegamos aqui em cima, na Semana Santa de 74, encontramos um depósito dos terroristas. Um colega nosso ainda viu um deles. O Exército já estava aí na OP-3, perto da fazenda Matrinchã. A base do Exército era ali no Jacaré Grande, na fazenda do dr. Olímpio.

— O Exército veio então buscar o material que tinha nos três depósitos. Tinha armas, remédios, dinheiro e muitas outras coisas que a gente não via porque eles não deixavam a gente olhar. Descobrimos estes esconderijos. Nesta operação de levar material o Exército tinha 22 homens. Vieram com helicóptero. Mas em todos os pontos da mata tinha uma equipe do Exército.

— Você recebe um salário?

— Não, só a terra.

— E este major Curió, o que ele faz quando vem aqui?

— Ele traz remédio pro pessoal, dá dinheiro pra quem tá precisando. Nós temos a mesma assistência que tem o pessoal que foi guia do Exército, se bem que eles dão preferência pra

HOJE

aqueles que foram guias, né? Mas não tem ninguém que recebe salário fixo, só picadinho.

— Quando vocês chegaram aqui, como é que tava a região?

— Tava muito perigoso, muito atacada. A minha turma mesmo não chegou a ser atacada, mas aqui e acolá a gente tava escutando tiroteio. Até o dia que pegaram o Osvaldão. Eu não vi na hora mas ouvi o tiroteio. Foi aqui na fazenda Consolação, que fica aqui atrás, a 21 quilômetros abaixo do Brejo Grande.

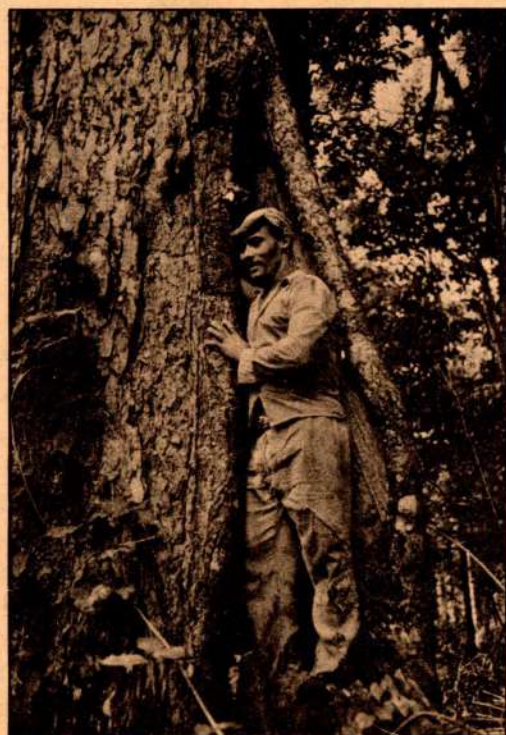
— Que dia foi isso?

— O dia não me recordo, mas foi logo depois da Semana Santa de 74 — maio, talvez junho. Depois do Osvaldão, eles pegaram muita gente. Me lembro de uma mulher que eles pegaram aqui perto, de nome Mariadina...

— O pessoal aqui da região lutava também?

— Não. Antes do Exército chegar eles tavam a favor, eram ligados. O Exército tentou pegar o pessoal daqui, mas tava muito difícil. Daí ele foi embora e voltou. Voltou pra pôr pra quebrar, pegando todo mundo. Levou todo mundo pra Marabá, pra Araguaína, pra todo canto. Depois voltou quase tudo, a maioria como guia. A maioria mora aqui ainda. Mora aqui também alguns presos, que estão aí e funcionam igual, que nem os guias.

— E militar, morreu muito nesta época aqui na área?



Venâncio de Jesus

HOJE

com o Exército dando aquela cobertura, seguindo tudo.

— O Exército chegou a fazer bombardeio de avião?

— Não. O único ataque contra o Exército aqui perto foi aquele que eu contei contra o major Curió e o cabo Rosa, que mataram e eu não sei nem quem foi. Até hoje chama Clareira do Cabo Rosa uma clareira que tem ali por trás da Fazenda Consolação, perto do Some-Homem, que fica na OP-2. O major Curió foi baleado na mesma região, por uma mulher chamada Sônia.

— E como é que foi a distribuição da terra?

— Antes do Exército terminar a guerra nós fazia os planos. Uns dizia que ia tirar 500 alqueires, outros 100, outros 200. Mas aí, quando terminou a guerra, o Exército chegou aqui e mandou dividir de 500 em 500 metros a terra.

— E o Osvaldão?

— Eu mesmo não conheci, mas meu irmão conhecia, bebia cerveja com ele e tudo mais, em Araguatins.

— E quando ele foi morto, tava acompanhado de mais gente?

— Tava, tava... Ele andava sempre com mais gente. Nesse dia foi pego ele e mais dois. Ele nem atirou em ninguém. Quando eles assustaram, o Exército já tava baleando eles. O Exército tava de tocaia e baleou os três direto. Tinha mais junto, mas conseguiram escapar. Quem atirou nele primeiro foi um guia chamado Arlindo, que mora agora na OP-2.

— Como é o nome todo do major Curió?

— Não sei lhe dizer. É Curió e é Curió mesmo.

— Ele passa aqui de quanto em quanto tempo?

— Agora tá com quase dois meses que não vem, mas ele vem quase de cada 15 dias. Antes ele manda convidar o pessoal todo e reúne tudo numa casa, distribui as coisas — remédios, leite, aveia...

— E o que ele fala pra vocês?

— Promete escola, promete estrada, documento de terra...

— E quando tem problema, como é que faz?

— Bom, quando aparece alguém estranho, a ordem é levar pro Oito.

— Vocês têm direito de usar arma?

— A gente usa arma de caça. Quando vem uma pessoa só a gente pega a mão mesmo, não precisa de arma. Junta muita gente.

— Não, morreu pouco, mas morreu. Inclusive o major Curió foi baleado a revólver.

— Como eram os esconderijos deles?

— Bom, tinha dois deles em mogno e um num pau chamado guarra-branco. Eles cavavam o pau ocado, furavam ele e entravam pra dentro. O pau de pé, normal, e eles faziam até escadinha por dentro, com prateleiras para guardar remédios e as coisas que tinham aí. Era um negócio bem feito, e, só nesse mogno maior que tinha, os 22 homens gastaram duas viagens de helicóptero pra levar tudo o que tinha dentro.

— Como era a vida de vocês aqui? Como era o relacionamento de vocês com o Exército e o pessoal da polícia? E os guerrilheiros?

— Os terroristas eu nunca cheguei a ver, mas inclusive eu tive um colega da minha turma que foi jurado deles. Era o "Paulista", dono de uma oficina em Araguatins, que, quando os terroristas disseram pra ele que iam matar ele se continuasse a colaborar com a polícia, foi embora para São Paulo.

— Como é que vocês foram recrutados pra vir com a polícia?

— Tinha o cabo Mendes, que era muito amigo da gente. Aí veio o major Benedito e convidou nós pra vir com eles. Isso no tempo que a OP-3 não tava terminada ainda — ela foi construída em 73. A OP-2 já estava pronta, e esta parte aqui da OP-3 foi construída em 74.

— Por que foi escolhida esta área aqui pra vocês ficarem com suas terras?

— Essa área toda aqui se chamava Castanhal da Viúva, porque era de uma viúva que eu não me lembro o nome. Aí então, quando o negócio terminou, eles pegaram esta área da beirada da estrada, dividiram e puseram a gente aqui.

— Essa área fica bem no centro de onde tudo aconteceu, não?

— É, fica.

— E a serra das Andorinhas, fica longe daqui?

— Não, dá uns 18 quilômetros até o pé da serra. O pessoal da mata tinha acampamento lá também.

— Você era de Araguatins, né? Foi lá que você foi contratado para vir pra cá, não foi?

— Foi.

— Vocês ficavam fixos num lugar?

— Era assim: tinha aqui dois acampamentos nossos; nós vivia era andando, fazendo picada na mata, pra lá e pra cá. Mas sempre

— Isso acontece muito?

— Depois da guerra ocorreu bem umas três vezes. Desses, só um seguiu pra frente. Os outros foram soltos. O último foi pegado ano passado.

■ Outro ex-guia: Alexandre de Oliveira, um negro de 60 anos, hoje morador da OP-3. Seus gestos são teatrais. Cabelos grisalhos, demonstra satisfação em contar as histórias daquele tempo.

“Eu vim do Maranhão aqui pro Pará em 1967. Depois da guerra fui colocado neste lote que a gente tá morando. De 67 a 70 morei em Santa Luzia, onde a gente tinha ajeitado uma rocinha. A guerra eu acompanhei de ponta a ponta. Quando começou nós não sabia quem era os “bichos” da mata. Tudo era o mesmo. Sabe como é, nós vivia embolado com eles e não sabia quem era o bom e quem era o ruim. Mas, depois que a força passou e deu conhecimento, nós abrimos fora, porque pensamos: “Não, esse caminho aqui não tá bom pra nós”.

Agora vou lhe explicar: eu não fui guia não senhor; eu fui é preso. O preso trabalhava menos, mas era tudo um só. Eu não trabalhava debaixo da chuva o tempo todo, mas tava sempre em contato com o capitão Aníbal. Eu ficava com mais quatro na “zebra” (busca de rastro na mata), e não tinha dia, não tinha sol, não tinha chuva: o pau quebrava mesmo no mato. Era uma força por um lado, outra por outro, e nós tombando no meio, que era pra espalhar os caítus no meio da boiada. Não escapava nada: pra cada lado que nós pisava, caía em riba do rastro das botinas dos soldados e dos “bichos”. Mas nós nunca se topava, nem com a turma do Exército, nem com a polícia, nem com o pessoal.

Mas antes disso, em 1973, nós fomos presos. O negócio foi assim: tava preso eu, o compadre Raimundo, era bem uns quarenta e tantos só num quartinho de dois por três, e eu como o mais velho da turma. Uma noite, ouvi as botinas no lado de fora: “tlaque, tlaque, tlaque”. E uma voz falou: “Alexandre de Oliveira!” E ele disse: “Levanta, velho, que é pra morrer!”

Aí eu tomei aquele suspiro, porque o senhor sabe... quem está preso e se sente judiado só pode ter medo, né? E ele disse: “Não traga nada!” Mas nós não tinha nada, porque tava era até deitado no chão mesmo, lá dentro de Marabá, porque era no Oito.

Toquei pelo corredor. Passamos pelos escritórios grandes, que são lá dos homens gran-

HOJE

dões, e fomos lá no fundo, com os soldados atrás, até que chegamos numa sala que tinha uma mesa bem grande, toda arrodada de gente deles. Tinha o doutor Nunes, o doutor Doca, o sargento de Barros e um monte de gente. Aí o dr. Nunes arrancou um charutão, pôs na boca e disse pra mim: “Que destino é o seu?” E eu:

— Doutor, o senhor não repara, mas é o mesmo que o senhor me disser. Na altura que eu tô, prá todo lado que você me botar eu me viro. O senhor não me matando, não me fazendo entrar no chão em vida, tudo que o senhor quiser fazer pode fazer.

Aí ele disse:

— Não, eu lhe chamei foi pra fazer uma proposta. Lhe dou uma terra no loteado, lhe dou 200 contos, lhe dou uma casa mobiliada e lhe sustento seis meses. Eu vou tirar seu lote em Itaituba.

E eu:

— Doutor, o senhor não repare, mas eu só sei assentar o preto no branco. Não quero seus 200 contos, não quero casa mobiliada e nem quero que o senhor me sustente seis meses. Quero é que o senhor me dê meu lote cortado, loteado em Santa Luzia.

O senhor sabe como é, né? O pau é na casca. Eu só podia pedir pra ir pra onde eu tinha meu pezinho de mandioca pra poder comer. Mas ele disse:

— Todo o pedido que você fizer eu lhe atendo, mas lhe colocar lá de volta eu não posso. E os bichos?

E eu disse:

— Mas o senhor não tá pelejando pra tirar os bichos?

— Ah, mas isso ainda vai dar fogo, vai dar muito fogo. É o mesmo que pegar numa orelha, puxar água e sair sangue. Não, não, de Santa Luzia eu vou tirar vocês!

Aí mandaram nós pra cá pra baixo, pro Bacabal, entre o entroncamento do São João e o Brejo Grande, que era a primeira balsa. Então eu fiquei lá e disse: “Só saio daqui agora com a lei; quando os homens grandes chegarem e mandarem eu sair, aí eu saio”. Mas tinha outros que saíam, que vendiam e iam embora. Porque eu pensava: eu já peguei pena uma vez e não quero pegar outra. Peguei a primeira vez inocente e só pego de novo sabendo do que se trata. Tinha ficado preso em 73, por uns quatro meses.

Mas, sim... Depois resolveram que era pra gente mudar lá pra Palestina. Quem não tinha dinheiro eles diziam que iam ajeitar as coisas com a prefeitura. E então corremos eu mais minha mulher pra Palestina, compramos uma choupaninha e chocamos debaixo. Até que um dia veio um sujeito do INCRA e mais o sargento Elizeu, mandado pelo tenente Tufi, e disse que nós vinha aqui pra OP-3.

Agora, meu amigo, vou lhe dizer uma coisa: ruim é o camarada pagar o que não deve. Eu trabalhava no mato, dei tudo o que podia pela força, graças a Deus. Mas vou lhe contar uma história pro senhor ver como é que era:

Lá na Palestina, um dia eu ia batizar uma criança e, no dia antes, veio um senhor me chamar, que era pra ajudar o Exército e a polícia, que tinha lá um negócio enrolado. Mas quando deu 11 horas da noite eu disse: “Vocês vão me desculpar mas tenho que ir embora. Amanhã cedo tenho que batizar uma criança”

Quando deu três horas, foi truuuum, quem é que não conhece o ronco da “pretinha da viuvinha”? Falei pra minha mulher:

— Velha, vai ter canguela.

Aí gritaram:

— Alexandre Oliveira!

E eu digo:

— Pronto, presente!

Me mandaram sair pra fora. Apanhei a

HOJE

lamparina, botei em cima da mesa, abri a porta e botei o pé, assim, pra fora. Tinha um sargento e outro sujeito da polícia, um de um lado da porta, outro do outro lado. Eu tava só de calçãozinho, e cumprimentei eles. Aí o sargento disse:

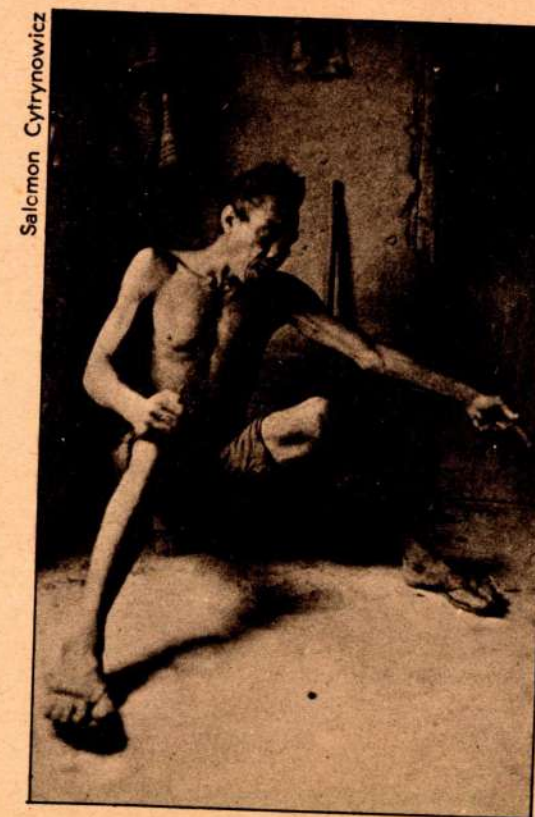
— Que boa noite o quê, seu terrorista!

E eu disse:

— Ter...

E foi *plan* aqui no meu peito, que eu fui bater lá longe na parede. Aí eles me pegaram pelas mãos e pelos pés e me sacudiram. Isso já foi em 74. Sei que me deram um monte de pancada, me jogaram lá dentro da C-10 e foram buscar outros. Não levavam a gente pra base, não. Foram diretinho pra mata como quem vai matar terrorista. Isso era três horas da manhã e foram soltar a gente às duas e meia da tarde, sem tomar uma xícara de café nem dar uma pitadinha sequer num fumo. Era pau comendo solto. Me amarraram com as mãos cruzadas com os pés, passaram uma vara no meio e me penduraram de cabeça pra baixo. Volta e meia vinha um e dava botinada nas costas que a gente chegava a dar a volta por cima. Depois chegava outro e dava duas bofetadas de mãos juntas no ouvido, que fazia *tóim*.

Queriam que a gente dissesse que tava sustentando terrorista. Agora, veja o senhor, a gente mal tinha pra forrar o estômago e ia lá



Alexandre de Oliveira

ter jeito de sustentar os outros. E eu dizia pra eles:

— Mata logo esse véio, não judia mais não! O senhor não diz que nós somo terrorista? Então mata logo, mas não judia.

Aí eu falei pro sujeito da polícia; que chamava tenente Lucas, me parece:

— O senhor passa um rádio pro dotor Aníbal que ele vai dizer quem nós somos.

HOJE

E ele passou. Aí o capitão Aníbal pegou um aviãozinho e veio lá do Marabá que era uma flecha. Já tinha gente amarrada nos tocos, morrendo que nem porco. Quando o dotor Aníbal chegou, não tinha jeito de descer na cabana que nós tava, e então ele falou pelo rádio lá de cima e mandou soltar todo mundo. Era bem uns 40 homens, que já tavam ficando aleijados de tanto apanhar... O senhor veja aqui. Essa costela aqui até hoje tá assim, mole.”

Elza de Lima Monnerat, velha militante do PC do B, foi presa em São Paulo em dezembro de 1976. Na Justiça, admitiu que morou no Sul do Pará durante cinco anos, mas não tomou parte na guerrilha. Elza foi condenada a 5 anos de prisão, mas, posteriormente, o Superior Tribunal Militar reduziu a pena para 3 anos — que ela está cumprindo na Penitenciária Feminina do Estado de S. Paulo. Este seu depoimento foi por ela anexado ao processo, manuscrito, antes do julgamento:

“Exmo. Sr. Juiz da 1.^a Auditoria Militar de São Paulo

Vivi no Estado do Pará no período de 25/12/1967 a abril de 1972 visando a residir livremente, sem preocupação com a repressão. Pelo mesmo motivo, alguns dirigentes e militantes do Partido Comunista do Brasil ali também residiam, entre os quais Maurício Grabois e Ângelo Arroyo.

Em 14/4/1972, quando me dirigia para o local em que vivia, deparei com uma barreira do Exército na Transamazônica, justamente no ponto em que ia descer do ônibus. Prossegui viagem até Marabá porque tinha militância conhecida e levava comigo uma moça que aqui estava sendo procurada pela polícia.

A guerrilha começou porque as Forças Armadas utilizaram a violência, em abril de 1972, contra moradores da região. Os militantes que ali residiam também foram atingidos e juntamente com outros moradores passaram à resistência armada. Não se tinha a intenção de “deflagrar a revolução para conquistar o governo”. Não é o Partido que deflagra a luta armada. É a própria massa, cansada de sofrer injustiça, que acaba dando um “basta” ao sofrimento.

A luta armada é uma forma de luta legítima dos povos. Muitos são os exemplos de feitos grandiosos dos que optaram por esse caminho para resolver seus problemas, tais como as revoluções Francesa, Norte-Americana, Russa, Chinesa, a libertação do Vietnã, dos povos da África, as lutas pela nossa independência.

A luta armada popular é um direito inalienável dos povos. Estes não pedem licença para deflagrá-la. Usam-na quando esgotam todos os recursos legais. É um direito reconhecido pela ONU.

O Partido apóia todas as lutas verdadeiramente populares, sob quaisquer formas que se apresentem. Critica toda ação voluntarista, de indivíduos ou de pequenos grupos, que radicalizam artificialmente a luta sem apoio popular. Critica, igualmente, o terrorismo como recurso de desespero, ineficaz e prejudicial à luta dos povos.

Não participei de nenhum ato que visasse à deflagração da luta armada, nem tive contato com armas a não ser com uma espingarda “20” para espantar curicas do nosso arrozal e um revólver que usei contra um camaleão, dando uns dois ou três tiros, mas apoiei a resistência dos moradores da região do Araguaia: era

a luta do fraco contra o forte, do castanheiro, da quebradora de côco de babaçu, do plantador de arroz, do fabricante de farinha para obterem melhor preço pelo seu trabalho. Era, principalmente, a luta do posseiro para conservar sua posse que estava sendo cobiçada pelo grileiro.

A guerrilha teve apoio de 90% da população local. Houve mais de mil prisões, desde camponeses pobres e pequenos comerciantes até padres e freiras. O próprio bispo de Marabá ficou retido na Transamazônica durante várias horas. A luta durou mais de dois anos: desde o dia 12 de abril de 1972 até meados de 1974, mais ou menos. O Exército realizou, até o final de 1973, três campanhas de cerco e aniquilamento contra os guerrilheiros, nelas empregando cerca de 25 mil homens. Se não fosse o apoio da população, sua participação na luta, a guerrilha não teria resistido tanto tempo, não haveria necessidade de tantos soldados, tanto armamento ultramoderno e apoio da aviação para liquidar 69 comunistas.

A guerrilha criou a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo — ULDP — que lançou um programa que denominou “Em Defesa do Povo Pobre”, síntese das principais reivindicações da região, que são, salvo algumas particularidades, mais ou menos as mesmas reivindicações da maior parte das zonas camponesas do país.

Os guerrilheiros atacaram um posto do Exército na Transamazônica de onde levaram os fuzis existentes. Também justicaram dois bate-paus.

Como acontece todas as vezes que o povo, cansado de sofrer, resolve resistir, até mesmo pelas armas, o Exército pôs a prêmio as cabeças dos guerrilheiros.

Durante a fase guerrilheira surgiram poetas e músicos. Foi feito o Hino dos Guerrilheiros e também dois poemas em estilo de literatura de cordel, de autoria de Mundico e Petit, bem como várias poesias dedicadas a Elenira e João Carlos. Até um reco-reco funcionou em plena selva amazônica.

Na região do Araguaia, enquanto se desenvolveu a luta, muitos camponeses e militantes do Partido deram a vida. Até o dia de Natal de 1973, quase dois anos após o início do ataque das Forças Armadas, haviam sido mortos vinte guerrilheiros. Sei apenas os nomes de Elenira Resende de Sousa Nazaré, ex-dirigente da UNE, que, ao ser atacada por dois soldados, matou um deles e feriu o outro. Metralharam-na nas pernas e a torturaram barbaramente até a morte. João Carlos Hass Sobrinho, médico, natural do Rio Grande do Sul, foi morto quando procurava contato com companheiros. Bergson Gurjão, morto ao dar cobertura a dois companheiros atacados por um grupo bem maior. Maria Petit da Silva, abatida ao se aproximar da casa de camponeses. Além desses, há outros de que sei apenas os nomes pelos quais eram conhecidos lá: Quelé, que depois de preso foi amarrado a um burro e arrastado pela estrada; José Carlos Nunes, Zezão e Alfredo, que dias antes haviam participado de um ataque o posto militar da Transamazônia; e Gil, que, ao ver o médico João Carlos cair, precipitou-se para socorrê-lo. Sônia, estudante de Medicina, queridíssima pela massa, que, ao ser presa e ao lhe perguntarem o nome, respondeu: “Sou uma guerrilheira na luta pela liberdade”. José Francisco, velho marinheiro, que vinha da ANL de 1935; Chico, que recebeu um tiro e

teve a cabeça cortada e levada pelos que o mataram. E ainda: Antônio, cientista; Vítor; Mundico, o poeta; Lourival e outros de que não lembro os nomes.

No dia de Natal de 1973 foi cercado e bombardeado o local da mata em que se encontravam Maurício Grabois e outros guerrilheiros. Depois que fui presa, disseram-me que naquele dia e naquele local haviam sido mortas mais de vinte pessoas. Por que o Exército não informa ao povo o que ocorreu? Por que não informa os que foram mortos? Os que foram presos? Onde se encontram estes? Por que tamanho segredo, após mais de três anos?

Na última reunião do CC não foi constituída nenhuma Comissão Militar. Só houve uma comissão militar no Partido até hoje: a que foi constituída por Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e João Carlos Hass Sobrinho, após o início da guerrilha. Depois dessa não houve mais nenhuma outra porque estava em curso, ainda, a análise da experiência sobre o Araguaia. Portanto, Ronald Gonçalves Freitas e José Renato Rabelo não poderiam fazer parte de nenhuma comissão militar.

Não são verdadeiras, igualmente, as informações de que Ronald, José Renato Rabelo, Ramiro de Deus Bonifácio, Armando Teixeira Frutuoso e Wladimir Ventura Torres Pomar tenham participado das guerrilhas. A luta armada começou em abril de 1972 e desde sua eclosão mais nenhum militante pode ser mandado para lá. Além disso, os três primeiros eram da AP e só vieram para o PC do B em 1974. Armando Frutuoso nunca esteve em Xambioá e Wladimir não esteve na zona guerrilheira. Volto a repetir que, dos denunciados, os únicos que estiveram na região do Araguaia foram Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, João Amazonas e Elza de Lima Monnerat.

São Paulo, 19 de abril de 1977
Elza de Lima Monnerat”

Um regulamento de 32 artigos disciplinava as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Ele definia as funções de um combatente, a organização e a hierarquia dos contingentes militares e até instituiu uma Justiça Militar Revolucionária, encarregada de resolver problemas causados por “infrações muito graves”. O regulamento foi escrito em “meados de 1973” e a reprodução que aqui publicamos foi extraída do jornal *Araguaia*. Seu valor jornalístico é indubitável: mostra as minúcias da organização dos guerrilheiros.

I

“As Forças Guerrilheiras do Araguaia guiam-se pelo seguinte Regulamento Militar:

1. Combatente é todo integrante das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Não há distinção entre os combatentes a não ser pelas funções que exerçam.

2. Os combatentes ingressam voluntariamente nas FGA, dispostos a orientar-se pelos seguintes princípios:

a — Estar disposto a enfrentar e vencer todas as dificuldades;

b — Estar decidido a lutar até a vitória final;

c — Estar resolvido a transformar-se num verdadeiro revolucionário.

3. O combatente deve elevar suas qualidades morais. Esforçar-se para:

a — Ter um estilo de vida simples e de trabalho duro;

b — Viver, pensar e combater como um lutador a serviço do povo;

c — Desenvolver a confiança em si mesmo e ser ao mesmo tempo modesto;

d — Cultivar permanentemente o espírito de iniciativa, audácia e responsabilidade;

e — Ser fraternal e solidário com os companheiros e com os integrantes do povo.

4. O combatente deve observar a mais estrita disciplina, que consiste em:

a — Obedecer sem vacilações as ordens do comando em todos os níveis;

b — Cumprir os Regulamentos e Normas das FGA;

c — Exercer integralmente seu dever quando investido em funções de comando, não podendo renunciar às prerrogativas do cargo, nem delegar a outros seus poderes.

5. Os combatentes têm direito de:

a — Apresentar sugestões ao comando;

b — Criticar os companheiros nas questões oportunas, isto é, nas reuniões de Chefes de Grupo, tendo em vista o aperfeiçoamento da atividade militar e a elevação do espírito revolucionário.

6. O combatente tem o dever de:

a — Zelar permanentemente por seu armamento e equipamento, ter suas armas e munições em perfeitas condições de uso;

b — Cuidar continuamente de sua preparação militar, de seu estado físico e da elevação da sua consciência política;

c — Preocupar-se constantemente pela segurança do conjunto das FGA, observar sigilo, não revelar segredos e manter severa vigilância contra qualquer infiltração do inimigo.

II

7. O grupo constitui a unidade militar de base das Forças Guerrilheiras e é parte integrante do destacamento. Sua autonomia de ação é restrita, atuando sobre a base das ordens de comando do destacamento.

8. O grupo está composto de sete combatentes. Opera em ações militares de acordo com o conjunto, sobre a base das ordens do comando do destacamento.

9. O grupo se autoabastece em tudo que se refere a sua alimentação.

10. O grupo é comandado por um chefe de grupo. As atribuições do chefe de grupo são:

a — Velar pela execução das ordens de comando do destacamento, pelo cumprimento dos Regulamentos e Normas;

b — Manter o grupo em condições de combate;

c — Comandar o grupo como unidade de combate, planejar a direção das operações militares de acordo com as ordens do comando do destacamento e atuar sob as ordens diretas do comandante.

d — Empenhar-se na manutenção de uma elevada moral do grupo e em criar um ambiente de fraternidade entre os combatentes;

e — Dirigir, de acordo com as Normas e Planos Gerais, o treinamento militar do Grupo;

f — Exercer o controle das armas e munições do grupo, a fim de que se encontrem sempre em perfeito estado;

g — Supervisionar o abastecimento do grupo;

h — Reunir periodicamente os combatentes do grupo para fazer o balanço das atividades do mesmo, receber críticas e sugestões.

11. O chefe do grupo tem um substituto eventual, que ocupará o posto de chefe de grupo na ausência ou impedimento deste.

III

12. O destacamento é uma unidade militar das FGA, composta de três grupos, que dispõe de relativa autonomia e opera sob a direção da Comissão Militar.

13. O destacamento tem uma área determinada de operação.

14. O destacamento pode atuar isoladamente ou sob as ordens diretas da Comissão Militar em coordenação com outros destacamentos.

15. O destacamento tem sua própria logística.

16. O destacamento tem um comandante e um vice-comandante.

17. O comandante do destacamento, dentro das diretrizes da Comissão Militar, dos Regulamentos e Normas, possui pleno poder de decisão sobre todos os assuntos do destacamento. Suas atribuições são as seguintes:

a — Nomear e destituir chefes de grupo assim como seus substitutos eventuais;

b — Indicar entre os chefes de grupo o substituto eventual do comandante do destacamento para o caso em que surja impedimento do comandante ou do vice-comandante do destacamento;

c — Velar pela execução das ordens superiores e pelo cumprimento dos Regulamentos e Normas;

d — Manter o destacamento permanentemente em condições de combate;

e — Planejar ou dirigir as operações de combate do destacamento;

f — Planejar e controlar o treinamento militar do destacamento;

g — Cuidar da logística do destacamento em todos os seus aspectos;

h — Organizar o serviço de informações e comunicações na área do destacamento.

18. O vice-comandante do destacamento tem as seguintes atribuições:

a — Substituir o comandante do destacamento em sua ausência ou impedimento;

b — Exercer as funções de Comissário Político, empenhando-se no trabalho de elevação do nível político e da consciência dos combatentes, na manutenção de um alto moral no destacamento e a criação de um ambiente fraternal entre os camaradas;

c — Assessorar diretamente o comandante do destacamento militar, no planejamento e na execução das operações de destacamento.

ANEXOS

IV

19. As Forças Guerrilheiras são constituídas pelos destacamentos que operam na região e são comandadas por uma Comissão Militar.

2. A Comissão Militar tem as seguintes atribuições:

a — Planejar, coordenar e dirigir as operações militares no conjunto da região;

b — Nomear ou destituir os comandantes ou vice-comandantes dos destacamentos;

c — Coordenar e controlar a preparação militar em todos os seus aspectos, das Forças Guerrilheiras;

d — Definir a área de operações das Forças Guerrilheiras e as zonas de operações de cada destacamento;

e — Coordenar e controlar toda a logística das Forças Guerrilheiras;

f — Organizar as reservas estratégicas no que se refere à logística;

g — Organizar e controlar o serviço de transportes e comunicações com os destacamentos;

h — Organizar e coordenar o Serviço de Saúde;

i — Organizar o serviço de informações.

21. A Comissão Militar é um órgão designado pelo Comitê Político da região guerrilheira e a ele subordinado. A Comissão Militar submete à aprovação do Comitê:

a — sua atividade geral, inclusive os nomeamentos e destituições de comandantes e vice-comandantes dos destacamentos;

b — A criação de novas unidades ou a alteração na estrutura das forças guerrilheiras.

22. As ações mais importantes sobre o desenvolvimento da luta armada são tomadas pelo Comitê Político.

V

23. As Forças Guerrilheiras, além de sua atividade militar, realizam trabalho produtivo, tendo em vista a sua auto-sustentação.

24. O trabalho produtivo deve ser sempre planejado de modo a não prejudicar a atividade militar, sendo que, pelo contrário, buscando fortalecê-la.

VI

25. As relações entre os combatentes são democráticas e regidas por um alto espírito de camaradagem, solidariedade e respeito mútuo. Os combatentes tratam-se como companheiros. Cada combatente se esforçará não somente por cumprir integralmente suas obrigações, mas buscará, além disso, o êxito do conjunto.

VII

26. O combatente, em suas relações com o povo, deve observar o seguinte:

a — Conhecer os problemas das massas e ajudá-las na medida do possível;

b — Respeitar a família, os hábitos e os costumes das massas;

c — Não tomar nada das massas, pagar o que se compra ou devolver o que se toma emprestado;

d — Não tratar as massas com arrogância;

e — Realizar a propaganda revolucionária entre as massas.

VIII

27. O comandante, no trato com os prisioneiros, deve obedecer as seguintes normas:

a — Não maltratar o prisioneiro, oferecer-lhe os alimentos e os medicamentos, no caso de estar ferido;

b — Revistar minuciosamente o prisioneiro e requisitar-lhe qualquer tipo de arma;

c — Identificar o prisioneiro e levá-lo frente ao chefe do grupo que procederá ao interrogatório preliminar;

d — Não permitir que o prisioneiro conheça todos os combatentes, locais e armamentos;

e — Não conversar com o prisioneiro, uma vez que apenas os encarregados do interrogatório poderão fazê-lo.

IX

28. As infrações à disciplina são qualificadas em leves, sérias e muito graves.

29. Em caso de infração leve, o comandante do destacamento faz ao combatente uma advertência particular ou diante do grupo ao qual pertença o infrator.

30. Em caso de infração séria, o comandante do destacamento critica o infrator diante dos demais combatentes e aplica uma pena que sirva para fazê-lo compreender o erro cometido.

31. Em caso de infração muito grave, o comandante do destacamento transfere a questão para a Justiça Militar Revolucionária.

X

32. As Forças Guerrilheiras têm seu hino, suas formas de saudação, suas bandeiras e seus estandartes.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA
BRASIL, meados do ano de 1973"

O que os guerrilheiros queriam fazer no Sul do Pará? Um programa de 27 pontos responde à pergunta. O programa, levado à frente pela "União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo — ULDP", uma espécie de organização que dirigia politicamente o movimento, sintetizou aquelas que os guerrilheiros consideraram as "reivindicações mais sentidas e mais imediatas" dos moradores do Araguaia. Ia desde a reivindicação da terra até direitos aparentemente prosaicos, como "liberdade para coletar, quebrar e vender o babaçu", um produto nativo na região. O texto do programa aqui publicado também foi extraído do jornal *Araguaia*.

ANEXOS

"A União do Povo do interior deve fazer-se partindo de suas reivindicações mais sentidas e mais imediatas. Que deseja o homem do interior? Quais são os problemas que mais o afetam? Ele quer:

1 — Terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse.

2 — Combate à grilagem, com castigo severo a todos que grilarem terras.

3 — Preços mínimos compensatórios para os produtos da região, preços que não se distanciem muito dos que estão em vigência nos grandes mercados de consumo. Criação de Distribuidoras do Estado, que adquirem por preço fixado todos os produtos que lhe sejam oferecidos e, ao mesmo tempo, vendam com uma pequena margem de lucro, e também a prazo, adubos, ferramentas, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, lonas para a colheita de arroz, moinhos, etc.

4 — Facilidades para o deslocamento da produção através de diferentes meios de transportes, e financiamento ao lavrador para compra de animais.

5 — Proteção à mão-de-obra dos que trabalham nos castanhais, na extração da madeira ou nas grandes fazendas. O castanheiro deve receber por hectolitro de castanha cortada um preço que seja, pelo menos, um terço do fixado pelo governo para a cidade de Marabá. O hectolitro deve ser de 6 latas de parafina, sem cálculo e sem arredondar as latas. O preço das mercadorias vendidas nos armazéns não pode exceder em muito o preço corrente nas cidades e povoados próximos. O pagamento ao castanheiro deve ser realizado no local de trabalho. Os trabalhadores da exploração da madeira ou das grandes fazendas devem receber seus salários em dinheiro no final de cada mês, não sendo permitido o pagamento de salários em espécie ou bagulhos.

6 — Assegurar aos "garimpeiros" o direito de trabalhar livremente e a regulamentação de sua atividade, impedindo que seja explorado na venda dos bens obtidos em seu trabalho.

7 — Liberdade de caça e pesca para sua alimentação, permitindo-se a venda das peles dos animais por eles mortos para seu próprio consumo. A matança generalizada de caça com o único objetivo de comercializar as peles deve ser proibida.

8 — Liberdade para coletar, quebrar e vender o babaçu.

9 — Redução dos impostos que recaem sobre o trabalho da terra e sobre o pequeno comércio. Os pequenos e médios lavradores não devem pagar nenhum imposto ou taxa ao INCRA. Liquidação do sistema de multas dos serviços de impostos e da cobrança de impostos com o auxílio da polícia.

10 — Direito de todo lavrador ou trabalhador da selva possuir sua arma de caça e de defesa pessoal.

11 — Assistência médica por meio de postos instalados em zonas e distritos e também de postos ambulantes montados sobre embarcações e caminhões. Serviço médico gratuito, para as doenças endêmicas, e pago a preços módicos, para as doenças evitáveis, como a sífilis. Combate sistemático e eficaz à malária e à verminose.

12 — Criação de escolas nos povoados, nas margens dos grandes rios, nas proximidades de várias plantações, com doação do material escolar. Construção de internatos para crianças que vivem longe das escolas, com cursos de 8 a 10 meses de duração.

13 — Fim das arbitrariedades da polícia contra o povo. A polícia não pode cobrar suas diligências, autorização para festas, as prisões, não pode prender ninguém sem motivo plenamente justificado. Não tem direito a bater nos presos, nem tirar armas, animais, instrumentos de trabalho ou objetos de utilização do homem do interior. Os policiais estão obrigados a manter uma atitude de respeito com o lavrador e sua família, como também em relação às mulheres.

14 — Casamento civil e registro de nascimento gratuitos.

15 — Proteção à mulher. Em caso de separação do marido ou companheiro a mulher tem direito a uma parte da produção e dos bens domésticos, de acordo com o trabalho desenvolvido, direta ou indiretamente, para a obtenção ou produção desses bens. Ajuda à maternidade. Cursos práticos para formar novas parteiras ou melhorar os conhecimentos técnicos das que já trabalham na região, com o objetivo de garantir uma melhor assistência às mulheres grávidas.

16 — Trabalho, instrução e educação física para a juventude. Estímulo ao desenvolvimento do esporte, com a construção de campos de futebol e de basquete, pistas de atletismo e outras iniciativas. Ajuda à criação de clubes, centros recreativos e culturais e à construção de suas sedes.

17 — Respeito a todos os religiosos, não sendo permitida a perseguição a qualquer pessoa por motivos de prática religiosa, inclusive de quem professa a pagelância, o terecô (religiões da região), o espiritismo, sempre que esta prática não cause danos ao indivíduo.

18 — Liberdade para reunir-se, discutir seus problemas, criticar as autoridades, exigir seus direitos, organizar suas associações e eleger, sem pressão de nenhum tipo, seus representantes.

19 — Criação de Comitês Populares, eleitos diretamente pelo povo, para administrar os distritos e povoados, orientar as iniciativas que têm relação com a coletividade e resolver as desavenças surgidas entre os habitantes. Os Comitês estabelecem, de comum acordo com o povo, as normas de proteção à plantação, contra a invasão de gado, porcos e outros animais, assim como orientam a maneira de criá-los sem causar prejuízo aos interesses coletivos.

20 — Eleição livre do prefeito e de um Conselho Administrativo nos municípios, assim como de Comitês Populares nos bairros das cidades.

21 — Emprego de boa parte dos impostos arrecadados nos municípios para o desenvolvimento das cidades e povoados. O Governo Federal e o Governo Estadual de cada Estado devem ajudar aos municípios na construção de estradas, pavimentação de ruas, instalação de luz e água, manutenção de escolas e execução de serviços médicos.

22 — Elaboração de planos de urbanização e desenvolvimento em todas as cidades. Facilidades para a construção de casas, estímulo à criação de bibliotecas e radioemissoras locais, sem que seja necessário nenhuma permissão das autoridades para seu funcionamento.

23 — As terras do Estado abandonadas e localizadas nas proximidades dos povoados e pequenas cidades devem ser distribuídas anualmente entre os habitantes, para que sejam cultivadas por um ano.

ANEXOS

24 — Aproveitamento racional das grandes áreas não cultivadas em torno das cidades e povoados para a criação de granjas e plantações rentáveis, com o objetivo de garantir trabalho e meio de vida à população da região.

25 — Defesa da terra dos índios, respeito a seus hábitos e costumes e ajuda do Governo aos indígenas.

26 — Obrigação de reflorestamento e aproveitamento total das árvores derrubadas na exploração de madeira em larga escala. O benefício da madeira deve ser feito na região para incentivar seu progresso. A madeira existente em cada área determinada de terra pertence ao posseiro.

27 — Respeito à propriedade privada que não ocasione prejuízo à coletividade. Apoio às iniciativas privadas de caráter progressista, à pequena e média indústria e ao artesanato.

A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO, surgida para unir as amplas massas, crê que esses 27 pontos sintetizam as reivindicações mais sentidas e imediatas do homem desta região. Incluem tudo que ele deseja e tem direito. Representam, contudo, o mínimo exigido por ele nas condições atuais. Por isso a ULDP considera que este é um programa em defesa dos pobres e pelo progresso do interior. Em torno dele se unirá o povo sofrido: os lavradores, os castanheiros, os vaqueiros, os garimpeiros, os peões, os barqueiros, os que trabalham na madeira e na quebra de babaçu, os pequenos e médios comerciantes, enfim, todos os que querem o progresso da região e a facilidade de seus habitantes.

É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros abandonados, humilhados e explorados. A Revolução abrirá o caminho para uma nova vida.

Até hoje, o povo foi tratado como escravo. Chegou o momento de levantar-se para varrer os inimigos da liberdade, da independência e do progresso do Brasil."

Castas, Estamentos e Classes Sociais

Sedi Hirano	132 pp.	Cr\$ 65,00
Condicionamento Verbal — Pesquisa e Ensino		
Geraldina Porto Witter	187 pp.	Cr\$ 90,00
Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil		
Herminio Linhares	98 pp.	Cr\$ 65,00
Coronelismo, Enxada e Voto — 4ª edição		
Victor Nunes Leal	276 pp.	Cr\$ 115,00
Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil		
Catullo Branco	136 pp.	Cr\$ 70,00
Escravidão Africana no Brasil		
Maurício Goulart	300 pp.	Cr\$ 115,00
Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)		
M. do Carmo Campello de Souza	178 pp.	Cr\$ 90,00
Estatística Básica para Ciências Humanas		
Nagib Lima Feres e Bernardete A. Gatti	166 pp.	Cr\$ 80,00
Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil		
Sérgio Silva	120 pp.	Cr\$ 65,00
História das Lutas Sociais no Brasil		
Everardo Dias	336 pp.	Cr\$ 130,00
História Sincera da República Vol. I		
Leôncio Basbaum	284 pp.	Cr\$ 100,00
História Sincera da República Vol. II		
Leôncio Basbaum	316 pp.	Cr\$ 100,00
História Sincera da República Vol. III		
Leôncio Basbaum	252 pp.	Cr\$ 100,00
História Sincera da República Vol. IV		
Leôncio Basbaum	216 pp.	Cr\$ 100,00
Idéia Republicana no Brasil Através dos Documentos, A		
Reynaldo X. C. Pessoa	176 pp.	Cr\$ 70,00
Luta pela Industrialização no Brasil, A		
Nícia Vilela Luz	224 pp.	Cr\$ 70,00
Luta pela Modernização da Economia Cafeeira, A		
Hélio Duque	167 pp.	Cr\$ 80,00
Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios, O		
Maria Isaura Pereira de Queiroz	230 pp.	Cr\$ 90,00

SUGESTÕES ALFA-OMEGA

Messianismo no Brasil e no Mundo, O — 2ª ed. Rev. e Aumentada		
Maria Isaura Pereira de Queiroz	448 pp.	Cr\$ 160,00
Monções		
Sérgio Buarque de Holanda	163 pp.	Cr\$ 75,00
Política e Segurança		
Heloísa Rodrigues Fernandes	259 pp.	Cr\$ 95,00
Sentido do Tenentismo, O		
Virgínio Santa Rosa	127 pp.	Cr\$ 65,00
Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana		
José Carlos Mariátegui	260 pp.	Cr\$ 110,00
Tecnocracia na História, A		
Carlos Estevam Martins	167 pp.	Cr\$ 70,00
Testamento Político de D. Luiz da Cunha		
103 pp.		Cr\$ 50,00
Três Industrialistas Brasileiros		
Mauá — Rui Barbosa — Simonsen		
Heitor Ferreira Lima	197 pp.	Cr\$ 70,00
Verdade sobre a Revolução de Outubro de 1930, A		
Barbosa Lima Sobrinho	203 pp.	Cr\$ 75,00
Vida em Seis tempos, Uma (memórias)		
Leôncio Basbaum	309 pp.	Cr\$ 120,00
Textos I		
Marx & Engels	254 pp.	Cr\$ 100,00
Textos II		
Marx & Engels	217 pp.	Cr\$ 100,00
Textos III		
Marx & Engels	381 pp.	Cr\$ 145,00
LITERATURA		
Crônicas e Bustos Domecq		
Jorge Luiz Borges e Adolfo Bioy Casares	118 pp.	Cr\$ 65,00
Em Câmara Lenta (romance)		
Renato Tapajós	176 pp.	Cr\$ 60,00
Força dos Mitos, A		
Janer Cristaldo	168 pp.	Cr\$ 70,00

PEDIDOS PELO REEMBOLSO À EDITORA ALFA-OMEGA

05413 - Rua Lisboa, 502 - Tel.: 853-4489 - São Paulo - Capital



Contos de Esquina
O trágico e o grotesco diluídos no cotidiano da metrópole. 115pp Cr\$ 60,00



Ciriaco Martins
O autor operário e o dia a dia dos habitantes da periferia. 120pp Cr\$ 55,00



Cadeira para os Mortos
Histórias de ficção política. 108pp Cr\$ 65,00



Assim escrevem os Paulistas
(inéditos) 207pp Cr\$ 85,00



Assim escrevem os Paranaenses
(inéditos / editados) 154pp Cr\$ 70,00



Isto é um assalto
As multinacionais, a propaganda, e o consumo. Um livro em defesa do consumidor. 128pp Cr\$ 60,00



Notícia: Um Produto à Venda
O processamento da notícia, a indústria da comunicação, o dia a dia dos jornais. 194pp Cr\$ 95,00



A Ilha
A primeira reportagem brasileira sobre Cuba, desde o bloqueio continental 115.000 exemplares vendidos. Ilustrada. 208pp Cr\$ 40,00



Violência
Um estudo sobre o recrudescimento da agressividade humana em nossos dias. 114pp Cr\$ 60,00



Assim escrevem os Gaúchos
Contos, "desde casos de galpão a histórias do campo e cidade". 170pp Cr\$ 65,00



Assim escrevem os Catarinenses
(inéditos / editados) 192pp Cr\$ 70,00



Tango Fantasma
Erotismo, contradições e conflitos emocionais da mulher brasileira. 108pp Cr\$ 55,00



Pedras de Calcutá
O horror da vida de uma geração "violenta, colonizada e drogada a partir de 1964". 124pp Cr\$ 55,00



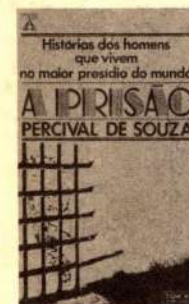
Não passarás o Jordão
A realidade terrível, pesada, do início da década de 70. 123pp Cr\$ 60,00



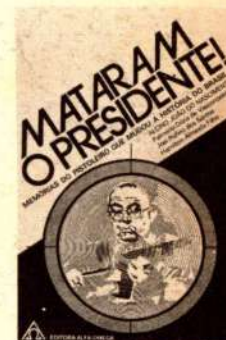
Fronteiras
A questão geopolítica: existe imperialismo "brasileiro". 230pp Cr\$ 95,00



A Sangue Quente
"Um dos trabalhos mais dignos do jornalismo brasileiro", Mino Carta. 99pp Cr\$ 25,00



A Prisão
História dos homens que vivem no maior presídio do mundo. 132pp Cr\$ 25,00



Mataram o Presidente
A verdade sobre o crime da Rua Toneleiros e a República do Galeão. 140pp Cr\$ 70,00



Quatro Olhos
Romance moderno e documental. A crônica da geração "Mariana Antonia" neurotizada pela repressão. 188pp. Cr\$ 70,00

AGUARDE

Ensaio Geral

(novela) de Antônio Marcello. Depois de "Em Câmara Lenta" de Renato Tapajós, Ensaio Geral retoma o problema de que se convencionou chamar "Guerrilha Urbana" no Brasil. O que aconteceu com os que ficaram de "fora".

ATENÇÃO: nos pedidos superiores a Cr\$ 500,00 você receberá um livro grátis da Editora Alfa-Omega à sua escolha, dentre os títulos anunciados neste número.

LIVROS PELO REEMBOLSO POSTAL

ATENÇÃO: nos pedidos superiores a Cr\$ 500,00 você receberá um livro grátis da Editora Alfa-Omega à sua escolha, dentre os títulos anunciados neste número.

Cupom de pedido por reembolso postal

A	1 _____	6 _____
Editora Alfa-Omega	2 _____	7 _____
05413 Rua Lisboa, 502	3 _____	8 _____
São Paulo — Capital	4 _____	9 _____
Solicito o envio, pelo Reembolso Postal, dos livros de sua publicação abaixo relacionados.	5 _____	10 _____
Se o meu pedido for superior a Cr\$ 500,00, enviem-me, livre de quaisquer despesas e inteiramente grátis, o livro _____		
_____ também da Editora Alfa-Omega.		

NOME _____ ENDEREÇO _____ N.º _____ CEP _____

CIDADE _____ ESTADO _____ DE _____ DE 197 _____ ASSINATURA _____

A GUERRILHA DO ARAGUAIA



O GUERRILHEIRO

A primeira tarefa era desenvolver nosso trabalho de roça, aprofundar a atuação política, resolver o problema de mantimentos, se fixar todo mundo. E aí dar um salto.

O MILITAR

Uma guerra civil, essa guerrilha de Xambioá, que foi a única no meu entender bem preparada.

A IGREJA

Na guerra não se sabe... o inocente é que paga mais nas guerras modernas

OS ÍNDIOS

A gente escutava aqui na aldeia o barulho: "Tá-tátátá tátátá-tátátá-trrrrrrr!"

HOJE

O sujeito em idade de servir, a não ser que tenha defeito físico, não escapa"

APRESENTAÇÃO

O personagem histórico essencial desse conflito foi e é o posseiro.